



BNDES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS EM IFRS

30 de junho de 2025

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras Intermediárias	BALANÇOS PATRIMONIAIS 2
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 3
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 4
	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 5
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 6
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias	1. CONTEXTO OPERACIONAL 7
	2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS 8
	3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES 11
	4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS 12
	5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 22
	6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO 22
	7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 28
	8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO 36
	9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS 37
	10. OUTROS ATIVOS 40
	11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES 40
	12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS 43
	13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS 46
	14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO 46
	15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITOS 48
	16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS 50
	17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 52
	18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS 55
	19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS 57
	20. OUTROS PASSIVOS 66
	21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 66
	22. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA 69
	23. PARTES RELACIONADAS 73
	24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO 78
	25. GESTÃO DE RISCOS 79
	26. OUTRAS INFORMAÇÕES 90
	27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS 93
	28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 94
	29. EVENTOS SUBSEQUENTES 95
	30. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO 95
	31. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS 96
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO 115
	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS 116

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	60.206.026	40.103.192
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)			
Títulos e valores mobiliários	7	115.605.971	94.473.618
Derivativos	7.5.1	2.604.125	1.452.852
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)			
Títulos e valores mobiliários	7	90.267.374	116.124.171
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	6	556.002.883	553.454.931
Títulos e valores mobiliários	7	42.526.334	16.833.840
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	8	3.537.238	4.632.122
Ativos fiscais		13.975.346	14.260.989
Correntes	17.3	1.634.125	997.435
Diferidos	17.2	12.341.221	13.263.554
Ativos mantidos para venda		501	501
Investimentos em coligadas	9	2.162.604	2.204.912
Imobilizado		155.506	138.580
Intangível		4.937	5.807
Outros ativos	10	930.205	1.106.126
Total do ativo		887.979.050	844.791.641
Obrigações por depósitos	12.2	4.763.355	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	13	33.201.980	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e letras de créditos	15	22.457.381	12.775.699
Derivativos	7.5.1	1.630.348	74.005
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	126.300	348.016
Obrigações por empréstimos e repasses	11	66.963.662	66.730.516
Fundos financeiros e de desenvolvimento	14	83.968.100	71.444.146
Dívidas subordinadas	12.1	462.824.410	443.893.437
Outros passivos financeiros	16	8.171.481	9.301.329
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.5	6.668.736	6.267.069
Diversos		1.502.745	3.034.260
Obrigações fiscais		21.888.515	22.282.769
Correntes	17.1	3.702.980	2.229.759
Diferidos	17.2	17.403.665	19.598.776
Outros		781.870	454.234
Obrigações de benefícios a empregados	19.1	4.751.627	4.484.653
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	1.830.634	1.786.392
Outros passivos	20	1.347.528	1.600.008
Total do passivo		713.925.321	674.060.437
Patrimônio líquido			
Capital Social	21.1	109.001.243	98.973.934
Instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	8.731.760	8.731.760
Reservas de lucros	21.3	21.969.341	38.263.718
Outros resultados abrangentes	21.4	30.594.257	30.724.459
Resultados acumulados não apropriados	27	3.757.128	(5.962.667)
Total do patrimônio líquido		174.053.729	170.731.204
Total do passivo e patrimônio líquido		887.979.050	844.791.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	Três meses findos		Seis meses findos	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receitas de intermediação financeira	22.1	19.201.400	19.106.964	34.107.234	36.171.163
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		12.220.338	16.153.111	21.675.291	29.436.942
Moeda nacional		14.336.587	10.889.665	27.333.963	22.514.789
Moeda estrangeira		(2.116.249)	5.263.446	(5.658.672)	6.922.153
Resultado com títulos e valores mobiliários		6.615.345	2.725.991	11.825.556	6.271.258
Rendas com administração de fundos e programas		365.717	227.862	606.387	462.963
Despesas de intermediação financeira	22.1	(14.284.240)	(11.714.394)	(25.658.722)	(23.511.505)
Captação no mercado - financiamentos e repasses		(11.472.137)	(16.159.384)	(18.926.157)	(28.181.412)
Moeda nacional		(14.253.825)	(9.293.989)	(26.244.794)	(18.889.823)
Moeda estrangeira		2.781.688	(6.865.395)	7.318.637	(9.291.589)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	7.5.2	(2.578.649)	3.309.758	(4.617.375)	4.353.823
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	6.4	(179.952)	1.107.650	(1.946.849)	222.361
Resultado da carteira de câmbio		(53.502)	27.582	(168.341)	93.723
Resultado bruto da intermediação financeira	22.1	4.917.160	7.392.570	8.448.512	12.659.658
Resultado com equivalência patrimonial	9.1	(8.090)	(9.784)	(27.979)	66.836
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		(454.382)	(211.771)	(590.948)	(402.621)
Receita de dividendos	7.2.2	2.168.803	2.532.493	2.962.624	3.683.028
Receita de juros sobre capital próprio	7.2.2	649.961	636.855	674.056	655.334
Resultado com alienações de títulos de renda variável	9.6	8	706	50	706
Resultado com derivativos - renda variável	7.5.3	160.804	389	160.724	514
Resultado com fundos de investimento		79.294	147.796	320.348	407.095
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	9	3.883	123.012	3.883	123.012
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	(32.591)	(31.588)	(84.907)	(114.538)
Despesas tributárias		(196.972)	(439.845)	(521.348)	(771.955)
Despesas com pessoal		(732.234)	(658.964)	(1.443.162)	(1.334.259)
Despesas administrativas		(99.527)	(96.428)	(232.643)	(202.965)
Outras receitas operacionais		49.448	64.787	1.913.932	244.379
Outras despesas operacionais		(232.032)	(323.137)	(317.868)	(613.971)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		6.273.533	9.127.091	11.265.274	14.400.253
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.1	(2.439.352)	(1.024.172)	(4.501.268)	(3.284.653)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17.1	3.142.596	298.899	2.197.247	1.469.990
Lucro líquido do período		6.976.777	8.401.818	8.961.253	12.585.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do período	6.976.777	8.401.818	8.961.253	12.585.590
Outros Resultados Abrangentes				
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado	(14.303)	32.493	1.150	21.255
Participação no resultado abrangente de coligadas				
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	11.994	(7.405)	16.278	(696)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(26.297)	39.898	(15.128)	21.951
Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado	(3.493.121)	2.145.547	769.995	632.264
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais designados VJORA	(5.702.812)	3.010.492	3.006.798	143.079
Efeito fiscal	2.321.676	(1.330.835)	(602.520)	(546.772)
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	(200.260)	588.194	(1.776.665)	1.144.110
Efeito fiscal	88.275	(122.304)	142.382	(108.153)
Total de Outros Resultados Abrangentes	(3.507.424)	2.178.040	771.145	653.519
Resultado Abrangente do período	3.469.353	10.579.858	9.732.398	13.239.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Instrumento elegível a capital principal	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes		Resultados acumulados não apropriados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Ativos próprios	Ativos de coligadas		
Saldo em 1º de janeiro de 2024	90.650.760	8.731.760	10.619.995	201.355	8.323.174	23.713.901	26.403.327	319.277	(2.790.039)	166.173.510
Aumento de Capital	8.323.174	-	-	-	(8.323.174)	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(1.627.561)	-	-	-	(1.627.561)
Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	(3.648.559)	-	-	-	(3.648.559)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	632.264	21.255	-	653.519
Realização de instrumentos patrimoniais designados	-	-	-	-	-	-	(49.037)	-	49.037	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	-	-	-	-	-	(188.403)	(188.403)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	12.585.590	12.585.590
Saldo em 30 de junho de 2024	98.973.934	8.731.760	10.619.995	201.355	-	18.437.781	26.986.554	340.532	9.656.185	173.948.096
Mutações no período	8.323.174	-	-	-	(8.323.174)	(5.276.120)	583.227	21.255	12.446.224	7.774.586
Saldo em 1º de janeiro de 2025	98.973.934	8.731.760	11.939.378	201.355	10.027.309	16.095.676	30.290.537	433.922	(5.962.667)	170.731.204
Aumento de Capital	10.027.309	-	-	-	(10.027.309)	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(617.725)	-	-	-	(617.725)
Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	(5.649.343)	-	-	-	(5.649.343)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	769.995	1.150	-	771.145
Realização de instrumentos patrimoniais designados	-	-	-	-	-	-	(901.347)	-	901.347	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	-	-	-	-	-	(142.805)	(142.805)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	8.961.253	8.961.253
Saldo em 30 de junho de 2025	109.001.243	8.731.760	11.939.378	201.355	-	9.828.608	30.159.185	435.072	3.757.128	174.053.729
Mutações no período	10.027.309	-	-	-	(10.027.309)	(6.267.068)	(131.352)	1.150	9.719.795	3.322.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	30/06/2025	30/06/2024
Atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	11.265.274	14.400.253
Ajustes ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.823.104	(63.041)
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito	1.946.849	(222.361)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	84.907	114.538
Resultado com equivalência patrimonial	27.979	(66.836)
Resultado com derivativos - renda variável	(160.724)	(514)
Depreciação	9.341	9.295
Juros e atualização monetária de obrigações por emissão de debêntures e letras de créditos do agronegócio	13.405	53.800
Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	901.347	49.037
Variação de ativos e obrigações	(573.391)	(23.673.547)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	(7.041.792)	(13.273.015)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(17.153.661)	(27.738.594)
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	602.012	(308.454)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por emissão de letras de crédito	9.884.558	
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	14.197.740	22.258.347
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(1.251.740)	(5.143.692)
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	189.492	531.861
Caixa gerado (consumido) nas operações	13.514.987	(9.336.335)
Juros pagos de obrigações por emissão de letras de crédito	(130.426)	-
Juros pagos de empréstimos e repasses	(1.662.356)	(1.792.560)
. IR e CSLL pagos	(3.850.195)	(2.193.447)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	7.872.010	(13.322.342)
Atividades de investimentos		
. Adição em investimentos em coligadas	(4.469)	-
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	19.957	22.125
. Adições ao imobilizado	(69.040)	(603)
. Adições ao intangível	(4)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(53.556)	21.522
Atividades de financiamentos		
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	18.930.973	24.027.955
Dividendos e juros sobre o capital próprios pagos	(6.560.738)	(10.083.158)
. Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio	-	1.308.354
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(85.855)	(100.777)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	12.284.380	15.152.374
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	20.102.834	1.851.554
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.103.192	37.639.750
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota explicativa nº 5)	60.206.026	39.491.304
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	20.102.834	1.851.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional.

Objetivos e atuação

O BNDES é o principal instrumento do Governo Federal, seu único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira. Opera desde 1952 e é um dos maiores Bancos de Desenvolvimento do mundo.

O Sistema BNDES é formado por três empresas: o BNDES e suas subsidiárias – a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais, e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (FINAME), dedicada ao fomento da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos.

Sua atuação ocorre por meio de financiamento e crédito; concessão de recursos não reembolsáveis; prestação de garantias; serviços; e participações e títulos; além de produção de conhecimento. Disponibiliza produtos, programas e fundos, conforme a modalidade e a característica das operações.

O apoio a cada projeto é avaliado com foco em seu potencial de geração de impacto social, ambiental e econômico para o país, direto ou indireto.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas por meio do seu site na internet (www.bndes.gov.br).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas (“Demonstrações Financeiras”) foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 12 de agosto de 2025. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 13 de agosto de 2025.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R\$) e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

2.2.1. Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC) que estavam em vigor em 30 de junho de 2025.

Conforme a Resolução CMN nº 4.818/2020, a partir de 1º de janeiro de 2022, todas as demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pelas instituições financeiras, inclusive aquelas elaboradas em períodos inferiores a 1 ano, deverão seguir o padrão internacional emitido pelo IASB.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações financeiras utilizadas na gestão do BNDES.

2.2.2. Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das Demonstrações Financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

2.4. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do IASB e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis aplicadas e estimativas gerais significativas pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 32.

2.5. Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- BNDES Participações S.A. - BNDESPAR;
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME;
- Fundo BB Gaia - Fundo de Investimento de Renda Fixa;
- Fundo BB Gaia II - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia); e
- Fundo BB Gaia III – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia, como o Fundo BB Gaia II).

Os critérios de consolidação estão listados na Nota Explicativa n.º 31.

2.6. Enchentes no Rio Grande do Sul em 2024

Em razão dos impactos provocados pelas enchentes em todo o estado do Rio Grande do Sul, nos meses de abril e maio de 2024, o BNDES adotou medidas emergenciais para as empresas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos.

As principais medidas emergenciais que o Banco estruturou para auxiliar na recuperação da economia do estado foram:

BNDES Emergencial para o Rio Grande do Sul

O BNDES disponibilizou R\$ 20 bilhões do Fundo Social, conforme a Lei nº 14.981 de 20 de setembro de 2024, por meio do Programa Emergencial para o Rio Grande do Sul, para financiamentos a aquisição de máquinas e equipamentos, projetos de investimento e reconstrução e capital de giro.

Suspensão de pagamentos

O BNDES aprovou suspensão completa dos pagamentos (*"standstill"*) de principal e juros por até 12 meses, contados a partir de maio, e a prorrogação do prazo do contrato vigente por até 12 meses, sem necessidade de elevar a taxa de risco de crédito.

A ação é destinada a empresas e produtores rurais ou investimentos localizados em municípios em situação de emergência ou de estado de calamidade pública declarado pelo estado do Rio Grande do Sul.

FGI PEAC Crédito Solidário RS

O Fundo atua como garantidor nas operações de crédito para produtores rurais, microempreendedores individuais (MEIs), micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), cujo faturamento anual seja de até R\$ 300 milhões, sendo seu principal objetivo possibilitar a ampliação do acesso ao crédito para esse público, permitindo a manutenção do emprego e da renda, por meio da concessão de garantias facilitando assim o acesso à linha de crédito.

Nesse contexto, foi realizada a reabertura do FGI PEAC Crédito Solidário RS exclusivamente para tomadores de crédito afetados no estado do Rio Grande do Sul. Para esse público não haverá incidência de encargo de comissão em garantia, o prazo máximo por operação poderá ser de até 84 meses, com carência de 24 meses, garantia de até 80% e valor máximo de R\$ 10 milhões por operação de crédito e o fundo estará aberto até 31 de dezembro de 2024.

Mais sobre as medidas emergenciais para o estado do Rio Grande do Sul

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/emergenciais/medidas-emergenciais-rio-grande-do-sul>.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

3.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2025

A implementação citada a seguir não apresentou impacto significativo nestas Demonstrações Financeiras.

Alterações na IAS 21 – Ausência de Permutabilidade

Orientações para a definição de taxa de câmbio a ser utilizada quando o preço à vista de uma transação não é observável, inexistindo capacidade de conversão de uma moeda por outra, assim como novos requisitos de divulgação para evidenciar o impacto do uso de uma taxa de câmbio estimada. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025.

3.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Emissão do IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

Nova norma que substitui a norma IAS 1 e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas. A Administração está avaliando os impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2027.

Emissão do IFRS 19 – Subsidiárias em Responsabilidade Pública: Divulgações

Norma específica para subsidiárias que simplifica e reduz o nível exigido de divulgação. A Administração está avaliando os impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2027.

Alterações no IFRS 7 e IFRS 9 – Emendas a classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

Alterações que esclarecem os requisitos em áreas específicas debatidas no mercado introduziu requisitos adicionais para aumentar a transparência para os investidores. A Administração está avaliando os possíveis impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2026.

4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Apresentamos a seguir informações exigidas pelas normas IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 13 – Mensuração do valor justo.

Informações adicionais podem ser encontradas nas notas explicativas específicas de cada instrumento financeiro, assim como na Nota Explicativa nº 25 sobre gestão de riscos.

4.1. Categoria de instrumentos financeiros

A política contábil de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros está apresentada na Nota Explicativa nº 32.1.

Ativos e passivos financeiros

	30/06/2025				
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Instrumentos patrimoniais designados no reconhecimento inicial	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	60.206.026	60.206.026
Títulos Públicos	113.955.358	8.085.620	-	42.647	122.083.625
Ações	-	-	73.692.578	-	73.692.578
Debêntures	1.180	678.469	-	39.173.636	39.853.285
Fundos mútuos de investimentos	1.649.428	-	2.795.441	-	4.444.869
Títulos de renda fixa no exterior	5	5.015.266	-	3.310.051	8.325.322
Derivativos	2.604.125	-	-	-	2.604.125
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	556.002.883	556.002.883
Outros ativos financeiros	-	-	-	3.537.238	3.537.238
Total	118.210.096	13.779.355	76.488.019	662.272.481	870.749.951
	30/06/2025				
	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado		Total	
Passivos financeiros					
Obrigações por depósitos	-	4.763.355		4.763.355	
Obrigações por operações compromissadas	-	33.201.980		33.201.980	
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	-	22.457.381		22.457.381	
Obrigações por empréstimos e repasses	-	66.963.662		66.963.662	
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	83.968.100		83.968.100	
Derivativos	1.630.348	-		1.630.348	
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	126.300		126.300	
Dívida subordinada	-	462.824.410		462.824.410	
Outros passivos financeiros	-	8.171.481		8.171.481	
Total	1.630.348	682.476.669		684.107.017	

Devido à atualização do Modelo de negócios do Sistema BNDES, em 1º de janeiro de 2025 houve a reclassificação de debêntures com características de concessão de crédito, antes mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, para a categoria custo amortizado, no montante de R\$ 21.363.248. O efeito em decorrência desta reclassificação foi um aumento de R\$ 2.519.351 no ativo em contrapartida de outros resultados abrangentes.

	31/12/2024				
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total Valor justo	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	40.103.192	40.103.192
Títulos públicos	92.346.006	10.901.998	103.248.004	48.742	103.296.746
Ações	-	75.192.206	75.192.206	-	75.192.206
Debêntures	-	22.076.352	22.076.352	13.161.029	35.237.381
Fundos mútuos de investimentos	2.127.604	2.525.224	4.652.828	-	4.652.828
Títulos de renda fixa no exterior	8	5.428.391	5.428.399	3.624.069	9.052.468
Derivativos	1.452.852	-	1.452.852	-	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	553.454.931	553.454.931
Outros ativos financeiros	-	-	-	4.632.122	4.632.122
Total	95.926.470	116.124.171	212.050.641	615.024.085	827.074.726
	31/12/2024				
	Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo amortizado	Total	
Passivos financeiros					
Obrigações por depósitos	-	-	4.885.747	4.885.747	
Obrigações por operações compromissadas	-	-	34.453.720	34.453.720	
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos do agronegócio	-	-	12.775.699	12.775.699	
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	112.572.884	112.572.884	
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	-	25.601.778	25.601.778	
Derivativos	74.005	74.005	-	74.005	
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	348.016	348.016	
Dívida subordinada	-	-	443.893.437	443.893.437	
Outros passivos financeiros	-	-	9.301.329	9.301.329	
Total	74.005	74.005	643.832.610	643.906.615	

Receitas e despesas dos instrumentos financeiros ⁽¹⁾

	30/06/2025			
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total
Receitas de intermediação financeira	8.136.703	(72.700)	26.043.231	34.107.234
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	21.675.291	21.675.291
Resultado com títulos e valores mobiliários	8.136.703	(72.700)	3.761.553	11.825.556
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	-	-	1.077.670	1.077.670
Títulos públicos	8.130.253	506.855	-	8.637.108
Debêntures	1.548	52.619	2.534.951	2.589.118
Fundos mútuos de investimentos	4.903	-	-	4.903
Títulos de renda fixa no exterior	(1)	(632.174)	148.932	(483.243)
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	606.387	606.387
Despesas de intermediação financeira	(4.617.375)	110.823	(21.152.170)	(25.658.722)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	(18.926.157)	(18.926.157)
Resultados com derivativos - câmbio e taxa de juros	(4.617.375)	-	-	(4.617.375)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	110.823	(2.057.672)	(1.946.849)
Resultado da carteira de câmbio	-	-	(168.341)	(168.341)
Resultado bruto da intermediação financeira	3.519.328	38.123	4.891.061	8.448.512
Outras receitas (despesas) operacionais				
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	(590.948)	(590.948)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	-	3.636.680	-	3.636.680
Resultado com alienações de títulos de renda variável	42	-	-	42
Resultado de derivativos - renda variável	160.724	-	-	160.724
Resultado com fundos de investimento	320.241	107	-	320.348
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	-	3.883	-	3.883

(1) Não há totalização do resultado já que o objetivo dessa informação é o de apresentar a decomposição do resultado do exercício impactado pelas categorias de instrumentos financeiros.

	30/06/2024					
	Ativos financeiros			Passivos financeiros		Total
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Receitas de intermediação financeira	2.962.042	1.958.007	31.251.114	-	-	36.171.163
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	29.436.942	-	-	29.436.942
Resultado com títulos e valores mobiliários	2.962.042	1.958.007	1.351.209	-	-	6.271.258
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	-	-	1.069.829	-	-	1.069.829
Títulos públicos	569.946	1.955.495	-	-	-	2.525.441
Debêntures	1.497.579	-	224.262	-	-	1.721.841
Fundos mútuos de investimentos	-	2.215	-	-	-	2.215
Títulos de renda fixa no exterior	894.517	297	57.118	-	-	951.932
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	462.963	-	-	462.963
Despesas de intermediação financeira	21.469	4.780.560	294.615	(426.737)	(28.181.412)	(23.511.505)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-	(28.181.412)	(28.181.412)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	4.780.560	-	(426.737)	-	4.353.823
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	21.469	-	200.892	-	-	222.361
Resultado da carteira de câmbio	-	-	93.723	-	-	93.723
Resultado bruto da intermediação financeira	2.983.511	6.738.567	31.545.729	(426.737)	(28.181.412)	12.659.658
Outras receitas (despesas) operacionais						
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	232.137	-	(634.758)	(402.621)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	4.338.362	-	-	-	-	4.338.362
Resultado com derivativos - renda variável	-	1.418	-	(904)	-	514
Resultado com fundos de investimento	1.767	405.328	-	-	-	407.095
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	123.012	-	-	-	-	123.012

⁽¹⁾ Não há totalização do resultado já que o objetivo dessa informação é o de apresentar a decomposição do resultado do exercício impactado pelas categorias de instrumentos financeiros.

4.2. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

	30/06/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽³⁾	60.206.026	60.206.026	40.103.192	40.103.192
Títulos públicos ⁽³⁾	42.647	42.647	48.742	48.742
Debêntures ⁽¹⁾	39.173.636	36.533.515	13.161.029	12.167.206
Títulos de renda fixa no exterior ⁽²⁾	3.310.051	1.791.932	3.624.069	3.606.486
Operações de crédito e repasses interfinanceiros ⁽¹⁾	556.002.883	452.355.726	553.454.931	443.518.572
Outros ativos financeiros	3.537.238	3.537.238	4.632.122	4.632.122
Total	662.272.481	554.467.084	615.024.085	504.076.320
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado ⁽⁴⁾				
Obrigações por depósitos	4.763.355	4.763.355	4.885.747	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	33.201.980	33.201.980	34.453.720	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de crédito do agronegócio	22.457.381	22.457.381	12.775.699	12.775.699
Obrigações por empréstimos e repasses	66.963.662	66.963.662	112.572.884	112.572.884
Fundos financeiros e de desenvolvimento	83.968.100	83.968.100	25.601.778	25.601.778
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	126.300	126.300	348.016	348.016
Dívidas subordinadas	462.824.410	462.824.410	443.893.437	443.893.437
Outros passivos financeiros	8.171.481	8.171.481	9.301.329	9.301.329
Total	682.476.669	682.476.669	643.832.610	643.832.610

⁽¹⁾ Valor justo estimado no nível 3 da hierarquia de valor justo.

⁽²⁾ Valor justo estimado no nível 2 da hierarquia de valor justo.

⁽³⁾ O custo amortizado é uma aproximação razoável do valor justo destes ativos.

⁽⁴⁾ Os saldos contábeis dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos correspondentes, conforme justificativa descrita na Nota Explicativa nº 32.1.6.

4.3. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo

Informações sobre técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações ao valor justo podem ser encontradas na Nota Explicativa nº 32.1.6.

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros mensurados a valor justo de forma recorrente, classificados pelos níveis hierárquicos:

	30/06/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Títulos públicos	113.955.358	-	-	113.955.358
Debêntures	-	-	1.180	1.180
Títulos de renda fixa no exterior	5	-	-	5
Fundos mútuos de investimentos	-	-	1.649.428	1.649.428
Derivativos	-	2.442.615	161.510	2.604.125
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	8.085.620	-	-	8.085.620
Ações	70.797.438	41.539	2.853.601	73.692.578
Debêntures	399.070	87.337	192.062	678.469
Fundos mútuos de investimentos	43.875	-	2.751.566	2.795.441
Títulos de renda fixa no exterior	5.015.266	-	-	5.015.266
Total	198.296.632	2.571.491	7.609.347	208.477.470
Passivos financeiros				
Derivativos	-	1.630.348	-	1.630.348
Total	-	1.630.348	-	1.630.348

	31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Títulos públicos	92.346.006	-	-	92.346.006
Títulos de renda fixa no exterior	8	-	-	8
Fundos mútuos de investimentos	411.698	-	1.715.906	2.127.604
Derivativos	-	1.452.067	785	1.452.852
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	10.901.998	-	-	10.901.998
Ações	72.023.640	33.241	3.135.325	75.192.206
Debêntures	6.297.584	727.752	15.051.016	22.076.352
Fundos mútuos de investimentos	35.888	-	2.489.336	2.525.224
Títulos de renda fixa no exterior	5.428.391	-	-	5.428.391
Total	187.445.213	2.213.060	22.392.368	212.050.641
Passivos financeiros				
Derivativos	-	74.005	-	74.005
Total	-	74.005	-	74.005

4.3.1. Transferências entre o Nível 1 e o Nível 2

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros que tiveram ativos reclassificados entre os níveis 1 e 2, quando comparada a posição no início e no final do período. Os valores apresentados correspondem ao saldo do ativo reclassificado na data-base indicada.

	30/06/2025		31/12/2024	
	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	19.156	-	31.057	84.909
Debêntures Simples	536	303.404	95.085	-

As razões para essas transferências e a política da entidade para determinar quando se considera que ocorreram as transferências entre níveis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 32.1.6.

4.3.2. Conciliação dos saldos do Nível 3

As tabelas a seguir apresentam as movimentações dos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo.

	30/06/2025						
	Valor justo por meio do resultado			Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Total
	Debêntures	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	
Saldo no início do exercício	-	1.715.906	785	15.051.016	3.135.325	2.489.336	22.392.368
Transferências de VJORA para VJR	838	-	-	(838)	-	-	-
Transferências para Custo Amortizado	-	-	-	(14.867.958)	-	-	(14.867.958)
Transferências do Nível 3	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para Nível 3	-	-	-	25.242	-	-	25.242
Ganhos (perdas) incluídos no/em:							
Resultado do período	342	114.067	(384)	7.895	-	-	121.920
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(1.329)	(399.450)	88.444	(312.335)
Aquisições	-	67.155	161.109	-	117.726	257.033	603.023
Alienações/resgates/amortizações	-	(247.700)	-	(21.966)	-	(83.247)	(352.913)
Saldo no final do período	1.180	1.649.428	161.510	192.062	2.853.601	2.751.566	7.609.347

	30/06/2024					
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Total
	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	
Saldo no início do exercício	1.592.142	983	12.684.263	3.434.839	2.069.633	19.781.860
Transferências do Nível 3	-	-	(121.083)	-	-	(121.083)
Transferências para Nível 3	-	-	154.462	-	-	154.462
Ganhos (perdas) incluídos no/em:						
Resultado do período	23.140	515	-	-	-	23.655
Outros resultados abrangentes	-	-	(701.186)	(66.098)	28.426	(738.858)
Aquisições	124.740	-	-	-	205.601	330.341
Alienações/resgates/amortizações	(177.950)	-	(103.850)	-	(76.625)	(358.425)
Saldo no final do período	1.562.072	1.498	11.912.606	3.368.741	2.227.035	19.071.952

As razões para as transferências e a política da entidade para determinar quando se considera que ocorreram as transferências entre níveis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 32.1.6.

4.3.3. Informações sobre dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do Nível 3

O quadro a seguir apresenta um resumo dos dados não observáveis quantitativos significativos para a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros classificados no nível 3 de hierarquia de valor justo.

Ativos	Variáveis não observáveis	30/06/2025	31/12/2024
Debêntures	Spread de risco de crédito	de 1,3% a 38,4%	de 1,3% a 36,3%
	Crescimento do Ebitda (média ponderada)	de 7,6% a 9,4%	de 6% a 9,2%
Ações	Taxas de desconto (média)	de 14,8% a 15,1%	de 14% a 15,4%
	Múltiplos	de 1x a 10,5x	de 1x a 10x
Bônus de subscrição	Volatilidades	de 0,25 a 0,67	de 0,63 a 0,8

Sensibilidade a mudanças em dados não observáveis significativos

Os dados não observáveis mencionados acima foram agregados em 3 categorias: (i) taxas de juros/spreads de risco de crédito, (ii) valores de ativos de renda variável sem liquidez; e (iii) volatilidade de ações. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a alterações nos valores dos dados não observáveis para cenários selecionados.

Variáveis não observáveis	Cenários	30/06/2025		31/12/2024	
		Impacto no resultado	Impacto no patrimônio	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio
Taxas de Juros/Spreads de risco de crédito	Cenário I	-	(8.392)	-	(1.049.091)
	Cenário II	-	(37.192)	-	(4.525.796)
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	Cenário I	(160.732)	(549.132)	(129.470)	(559.191)
	Cenário II	(401.831)	(1.372.831)	(323.676)	(1.397.978)
Volatilidade de ações	Cenário I	-	(16.769)	-	(176)
	Cenário II	-	(33.373)	-	(198)

Na mensuração da sensibilidade, são utilizados os seguintes cenários:

Variáveis não observáveis	Cenário I	Cenário II
Taxas de Juros/Spreads de risco de crédito	aumento de 1 p.p. nas taxas	aumento de 5 p.p. nas taxas
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	redução de 10% nos valores dos ativos	redução de 25% nos valores dos ativos
Volatilidade de ações	aplicação de volatilidade muito baixa (0,20)	aplicação de volatilidade extremamente baixa (0,15)

4.4. Exposição bruta cambial dos instrumentos financeiros

As tabelas a seguir apresentam as exposições cambiais de ativos e passivos financeiros.

	30/06/2025					
	R\$	US\$	EUR	YUAN	CESTA ⁽¹⁾	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	58.949.231	1.256.795	-	-	-	60.206.026
Títulos e valores mobiliários	243.384.407	5.015.272	-	-	-	248.399.679
Derivativos	1.588.491	1.015.634	-	-	-	2.604.125
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	489.202.345	66.436.972	36.114	-	327.452	556.002.883
Outros ativos financeiros	1.941.507	1.595.731	-	-	-	3.537.238
Total	795.065.981	75.320.404	36.114	-	327.452	870.749.951
Passivos financeiros						
Obrigações por depósitos	4.763.355	-	-	-	-	4.763.355
Obrigações por operações compromissadas	33.201.980	-	-	-	-	33.201.980
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	22.457.381	-	-	-	-	22.457.381
Derivativos	1.206.753	423.595	-	-	-	1.630.348
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	126.300	-	-	-	-	126.300
Obrigações por empréstimos e repasses	15.474.063	47.675.974	-	3.813.625	-	66.963.662
Fundos financeiros e de desenvolvimento	83.968.100	-	-	-	-	83.968.100
Dívidas subordinadas	429.629.115	32.065.821	1.129.474	-	-	462.824.410
Outros passivos financeiros	8.171.481	-	-	-	-	8.171.481
Total	598.998.528	80.165.390	1.129.474	3.813.625	-	684.107.017
Exposição líquida	196.067.453	(4.844.986)	(1.093.360)	(3.813.625)	327.452	186.642.934

⁽¹⁾ Cesta de moedas – UMBNDES.

	31/12/2024					
	R\$	US\$	EUR	YUAN	CESTA ⁽¹⁾	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	39.057.059	1.046.133	-	-	-	40.103.192
Títulos e valores mobiliários	222.273.160	5.158.469	-	-	-	227.431.629
Derivativos	89.197	1.363.655	-	-	-	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	488.635.652	64.365.033	35.550	-	418.696	553.454.931
Outros ativos financeiros	3.496.123	1.135.999	-	-	-	4.632.122
Total	753.551.191	73.069.289	35.550	-	418.696	827.074.726
Passivos financeiros						
Obrigações por depósitos	4.885.747	-	-	-	-	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	34.453.720	-	-	-	-	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	12.775.699	-	-	-	-	12.775.699
Derivativos	68.553	5.452	-	-	-	74.005
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	348.016	-	-	-	-	348.016
Obrigações por empréstimos e repasses	59.337.036	51.969.467	-	1.266.381	-	112.572.884
Fundos financeiros e de desenvolvimento	25.601.778	-	-	-	-	25.601.778
Dívidas subordinadas	405.142.060	38.071.061	680.316	-	-	443.893.437
Outros passivos financeiros	9.301.329	-	-	-	-	9.301.329
Total	551.913.938	90.045.980	680.316	1.266.381	-	643.906.615
Exposição líquida	201.637.253	(16.976.691)	(644.766)	(1.266.381)	418.696	183.168.111

⁽¹⁾ Cesta de moedas – UMBNDES.

4.5. Risco de liquidez

Ativos financeiros por vencimento

As tabelas a seguir demonstram os saldos dos ativos financeiros por período de vencimento.

30/06/2025									
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer						Total
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	60.206.026	-	-	-	-	-	60.206.026
Títulos e valores mobiliários									
Títulos públicos	-	-	113.998.005	2.625.878	-	2.452.768	-	3.006.974	122.083.625
Ações	73.692.578	-	-	-	-	-	-	-	73.692.578
Debêntures	-	-	105.562	70.410	620.281	1.722.574	3.506.535	33.827.923	39.853.285
Fundos mútuos de investimentos	4.444.869	-	-	-	-	-	-	-	4.444.869
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	3.310.056	13.901	-	573.528	1.052.299	3.375.538	8.325.322,00
Derivativos	-	-	1.122.502	161.273	-	-	-	1.320.350	2.604.125
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	86.716.908	49.617.080	41.712.274	54.471.888	98.556.564	224.928.169	556.002.883
Outros ativos financeiros	715.048	-	1.956.967	865.223	-	-	-	-	3.537.238
Total	78.852.495	-	267.416.026	53.353.765	42.332.555	59.220.758	103.115.398	266.458.954	870.749.951

31/12/2024									
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer						Total
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	40.103.192	-	-	-	-	-	40.103.192
Títulos e valores mobiliários									
Títulos públicos	-	-	96.615.556	1.806.531	763.478	2.314.698	-	1.796.483	103.296.746
Ações	75.192.206	-	-	-	-	-	-	-	75.192.206
Debêntures	-	-	282.988	121.441	604.604	1.683.171	3.275.190	29.269.987	35.237.381
Fundos mútuos de investimentos	2.525.224	-	2.127.604	-	-	-	-	-	4.652.828
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	1.878.224	1.745.853	15.619	34.790	1.708.737	3.669.245	9.052.468
Derivativos	-	-	183.978	123	374	-	-	1.268.377	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	3.619.902	83.556.207	68.341.422	70.493.009	87.500.228	116.846.710	123.097.453	553.454.931
Outros ativos financeiros	1.463.335	-	3.088.940	39.257	-	-	-	40.590	4.632.122
Total	79.180.765	3.619.902	227.836.689	72.054.627	71.877.084	91.532.887	121.830.637	159.142.135	827.074.726

Passivos financeiros por vencimento

As tabelas a seguir demonstram os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros por período de vencimento.

	30/06/2025						
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	823.893	754.286	688.709	1.126.542	1.505.775	529.932
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos							
Debêntures							
Emissões privadas	-	166.502	97.770	46.173	46.092	-	-
Letras de crédito do agronegócio	-	2.696.103	-	2.943.897	-	-	-
Letras de crédito de desenvolvimento	-	5.505.370	96.859	295.821	22.096.957	-	-
Derivativos	-	770.989	769.119	838.554	697.768	1.327.262	826.085
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	-	126.300	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	489.162	279.782	78.448	150.054	332.098	121.802
Repasses							
País	-	6.337.064	8.021.374	7.806.055	12.756.131	19.775.215	28.345.061
Exterior	-	3.988.645	8.803.125	7.580.780	6.942.361	11.344.192	5.640.263
Dívidas subordinadas	451.020.759	30.495.468	35.463.626	41.110.550	92.227.296	272.359.026	340.622.572
Total	451.020.759	51.399.496	54.285.941	61.388.987	136.043.201	306.643.568	376.085.715

	31/12/2024						
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	856.310	776.746	734.875	1.199.310	1.673.420	778.931
Obrigações por emissão de debêntures							
Debêntures							
Emissões privadas	-	169.376	141.605	64.333	63.715	-	-
Letras de crédito do agronegócio	-	2.650.987	-	-	-	-	-
Letras de crédito de desenvolvimento	-	5.412.766	93.111	277.746	8.043.920	-	-
Derivativos	-	206.699	219.341	219.099	309.914	635.098	413.027
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	-	348.016	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	489.853	466.991	89.847	174.526	382.920	172.166
Repasses							
País	-	4.756.148	4.662.425	4.588.398	8.925.591	20.748.950	21.688.322
Exterior	-	4.161.220	6.940.712	6.465.920	7.715.874	11.651.451	7.260.131
Dívidas subordinadas	433.018.716	26.103.276	31.186.953	34.848.314	79.108.131	230.200.657	312.593.519
Outros passivos financeiros	-	116.717	116.717	116.717	233.434	350.151	-
Total	433.018.716	45.271.368	44.604.601	47.405.249	105.774.415	265.642.647	342.906.096

4.6. Exposição a risco de crédito

O quadro a seguir apresenta o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros classificados de acordo com a respectiva mensuração para perdas de crédito baseada no modelo de 3 estágios, descrito na Nota Explicativa nº 32.1.5.

	30/06/2025				31/12/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros								
Operações de crédito e repasses								
Operações de Crédito	248.297.923	75.278.924	14.830.281	338.407.128	304.486.754	16.800.878	18.794.311	340.081.943
Repasses Interfinanceiros	221.867.809	2.886.309	2.784	224.756.902	222.077.403	-	2.784	222.080.187
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	96.621	-	432.933	529.554
Direitos recebíveis	944.537	4.701	2.206.764	3.156.002	884.528	-	3.528.204	4.412.732
Títulos e valores mobiliários				-				-
Debêntures - Custo Amortizado	37.194.141	2.219.742	2.450.027	41.863.910	13.308.408	-	-	13.308.408
Debêntures - VJORA ⁽¹⁾	538.821	197.770	-	736.591	23.201.925	1.387.357	2.456.460	27.045.742
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado	3.314.478	-	-	3.314.478	3.698.790	-	-	3.698.790
Off Balance								
Garantias financeiras prestadas	456.897	-	15.604	472.501	427.272	-	-	427.272
Compromissos de crédito	-	-	-	-	194.241.097	-	-	194.241.097
Total	512.614.606	80.587.446	19.505.460	612.707.512	762.422.798	18.188.235	25.214.692	805.825.725

⁽¹⁾ Para os instrumentos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), o montante apresentado equivale ao custo amortizado antes da provisão para perdas de crédito, sem considerar a marcação a mercado.

Concentração por setor de atividade

	30/06/2025						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	60.206.026	-	60.206.026
Títulos e valores mobiliários	123.777.634	-	19.804	20.840	8.325.317	38.118.637	170.262.232
Derivativos	-	-	161.509	-	2.442.616	-	2.604.125
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	110.918.345	2.325.295	191.991.552	4.768.456	160.894.183	85.105.052	556.002.883
Outros ativos financeiros	755.638	-	-	-	-	2.781.600	3.537.238
Total	235.451.617	2.325.295	192.172.865	4.789.296	231.868.142	126.005.289	792.612.504

	31/12/2024						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	40.103.192	-	40.103.192
Títulos e valores mobiliários	110.578.809	-	14.255.491	7.564	9.052.460	13.692.271	147.586.595
Derivativos	-	-	-	-	1.452.067	785	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	107.891.780	2.200.427	185.993.813	3.679.321	160.863.308	92.826.282	553.454.931
Outros ativos financeiros	720.699	-	-	-	-	3.911.423	4.632.122
Total	219.191.288	2.200.427	200.249.304	3.686.885	211.471.027	110.430.761	747.229.692

A divulgação dos saldos de operações de crédito e repasses interfinanceiros por grupo de clientes significativos está apresentada na Nota Explicativa nº 6.1.3.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	23.618	622.564
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	60.182.408	39.480.628
Aplicações em operações compromissadas	58.756.169	38.192.370
Aplicações em moedas estrangeiras	1.233.370	1.288.258
Aplicações em depósitos interfinanceiros	192.869	-
Total	60.206.026	40.103.192

⁽¹⁾ Considerados como caixa e equivalentes de caixa somente para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às operações compromissadas, compra de títulos com compromisso de revenda no mercado de balcão em data futura.

6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO

	30/06/2025	31/12/2024
Operações de crédito	338.407.128	340.081.943
Repasse interfinanceiros	224.756.902	222.080.187
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	529.554
Direitos recebíveis	3.156.002	4.412.732
Créditos por avais e fianças honradas	18.965	-
Provisão para perdas de crédito	(10.492.615)	(13.595.019)
Subtotal operações de crédito e repasses interfinanceiros	555.846.382	553.509.397
Hedge da carteira de crédito	156.501	(54.466)
Total operações de crédito e repasses interfinanceiros	556.002.883	553.454.931
Debêntures	41.863.910	13.308.408
Provisão para perdas de crédito	(2.690.274)	(147.379)
Subtotal títulos e valores mobiliários	39.173.636	13.161.029
Total de operações da carteira de crédito	595.176.519	566.615.960
Circulante	86.898.021	87.176.109
Não circulante	508.278.498	479.439.851

As práticas contábeis de reconhecimento e mensuração dos ativos da carteira de crédito, bem como da provisão para perdas de crédito, seguem os critérios estabelecidos especificamente nos normativos IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, cujo detalhamento pode ser encontrado na Nota Explicativa nº 32.1.

As informações sobre a política e a gestão de riscos da carteira de crédito do BNDES são encontradas na Nota Explicativa nº 25.

6.1. Operações de crédito e Repasses interfinanceiros

6.1.1. Operações de crédito - Operações diretas

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

Composição

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo Bruto	338.407.128	340.081.943
Provisão para perdas de crédito	(7.852.918)	(9.710.056)
Subtotal	330.554.210	330.371.887
Hedge da carteira de crédito	156.501	(54.466)
Total	330.710.711	330.317.421
Circulante	30.260.704	32.725.416
Não circulante	300.450.007	297.592.005

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.1.2. Repasses interfinanceiros - Operações indiretas

Pelo fato de o BNDES não dispor de agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações de repasses interfinanceiros realizadas por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

Composição

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo bruto	224.756.902	222.080.187
Provisão para perdas de crédito	(436.567)	(415.253)
Total	224.320.335	221.664.934
Circulante	56.388.716	54.013.989
Não circulante	167.931.619	167.650.945

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.1.3. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	30/06/2025				31/12/2024			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	25.776.536	7,6%	43.933.029	19,7%	15.665.445	4,6%	29.655.793	13,4%
10 seguintes maiores clientes	73.244.227	21,6%	141.780.338	63,5%	65.768.540	19,3%	133.481.141	60,1%
20 seguintes maiores clientes	59.359.251	17,5%	36.067.726	16,2%	55.606.436	16,4%	53.400.358	24,0%
50 seguintes maiores clientes	66.551.546	19,7%	1.392.590	0,6%	71.427.005	21,0%	5.542.895	2,5%
100 seguintes maiores clientes	48.602.413	14,4%	-	-	55.538.107	16,3%	-	-
Demais clientes	64.873.155	19,2%	-	-	76.076.410	22,4%	-	-
Total	338.407.128	100,0%	223.173.683	100,0%	340.081.943	100,0%	222.080.187	100,0%

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

Os limites de exposição por cliente estão descritos na Nota Explicativa n.º 25.1.4

6.2. Direitos recebíveis e venda a prazo de títulos e valores mobiliários

Composição

	30/06/2025	31/12/2024
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	529.554
Provisão para perdas de crédito	-	(86.927)
	-	442.627
Direitos recebíveis	3.156.002	4.412.732
Provisão para perdas de crédito	(2.194.632)	(3.382.783)
	961.370	1.029.949
Créditos por avais e fianças honradas	18.965	-
Provisão para perdas de crédito	(8.498)	-
	10.467	-
Total	971.837	1.472.576
Circulante	157.679	436.704
Não circulante	814.158	1.035.872

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.3. Debêntures

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento conforme prevê o seu modelo de negócios.

Composição

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo bruto	41.863.910	13.308.408
Provisão para perdas de crédito	(2.690.274)	(147.379)
Total	39.173.636	13.161.029
Circulante	90.922	-
Não circulante	39.082.714	13.161.029

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.4. Provisão para perdas de crédito

Apresentamos a seguir a reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios, tanto para as operações da carteira de crédito como para os demais ativos financeiros e compromissos de crédito a liberar, sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo no início do exercício	(2.647.012)	(1.771.552)	(5.291.492)	(9.710.056)
(Constituição)/ reversão líquida	2.305.895	(1.584.544)	(2.739.593)	(2.018.242)
Transferência entre estágios	(669.465)	587.278	82.187	-
Baixas por desconhecimento	-	-	3.875.380	3.875.380
Saldo no final do período	(1.010.582)	(2.768.818)	(4.073.518)	(7.852.918)
Repasse Interfinanceiros				
Saldo no início do exercício	(414.634)	-	(619)	(415.253)
(Constituição)/ reversão líquida	273.706	(295.020)	-	(21.314)
Transferência entre estágios	(237.611)	237.611	-	-
Saldo no final do período	(378.539)	(57.409)	(619)	(436.567)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários				
Saldo no início do exercício	(340)	-	(86.587)	(86.927)
(Constituição)/ reversão líquida	340	-	(346.346)	(346.006)
Baixas por desconhecimento	-	-	432.933	432.933
Saldo no final do período	-	-	-	-
Direitos recebíveis				
Saldo no início do exercício	(14.245)	-	(3.368.538)	(3.382.783)
(Constituição)/ reversão líquida	(797)	(178)	(131.940)	(132.915)
Baixas por desconhecimento	-	-	1.321.066	1.321.066
Saldo no final do período	(15.042)	(178)	(2.179.412)	(2.194.632)
Créditos por avais e fianças honrados				
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
(Constituição)/ reversão líquida	-	-	(8.498)	(8.498)
Saldo no final do período	-	-	(8.498)	(8.498)
Debêntures - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	(147.379)	-	-	(147.379)
Reclassificação de categoria	244.413	126.373	2.177.039	2.547.825
(Constituição)/ reversão líquida	(492.705)	(236.948)	(4.361.067)	(5.090.720)
Transferência entre estágios	(24.991)	24.991	-	-
Saldo no final do período	(420.662)	(85.584)	(2.184.028)	(2.690.274)
Debêntures - VJORA				
Saldo no início do exercício	(295.300)	(44.196)	(2.177.039)	(2.516.535)
Reclassificação de categoria	(244.413)	(126.373)	(2.177.039)	(2.547.825)
(Constituição)/ reversão líquida	544.504	152.383	4.354.078	5.050.965
Transferência entre estágios	(13.738)	13.738	-	-
Saldo no final do período	(8.947)	(4.448)	-	(13.395)
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	(74.721)	-	-	(74.721)
(Constituição)/ reversão líquida	70.294	-	-	70.294
Saldo no final do período	(4.427)	-	-	(4.427)
Total de provisão sobre ativos financeiros				
Saldo no início do exercício	(3.593.631)	(1.815.748)	(10.924.275)	(16.333.654)
(Constituição)/ reversão líquida	2.701.237	(1.964.307)	(3.233.366)	(2.496.436)
Transferência entre estágios	(945.805)	863.618	82.187	-
Baixas por desconhecimento	-	-	5.629.379	5.629.379
Saldo no final do período	(1.838.199)	(2.916.437)	(8.446.075)	(13.200.711)
Compromissos de crédito				
Saldo no início do exercício				(318.840)
(Constituição)/ reversão líquida				318.840
Saldo no final do período				-

	30/06/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo no início do exercício	(1.583.113)	(216.479)	(5.780.775)	(7.580.367)
(Constituição)/ reversão líquida	(511.738)	(76.188)	(334.479)	(922.405)
Transferência entre estágios	(285.677)	22.827	262.850	-
Baixas por desconhecimento	-	-	66.777	66.777
Saldo no final do período	(2.380.528)	(269.840)	(5.785.627)	(8.435.995)
Repasse Interfinanceiros				
Saldo no início do exercício	(314.615)	(10.079)	(632)	(325.326)
(Constituição)/ reversão líquida	(14.843)	9.785	16	(5.042)
Transferência entre estágios	(294)	294	-	-
Saldo no final do período	(329.752)	-	(616)	(330.368)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários				
Saldo no início do exercício	(318)	-	(108.233)	(108.551)
(Constituição)/ reversão líquida	2	-	21.646	21.648
Saldo no final do período	(316)	-	(86.587)	(86.903)
Direitos recebíveis				
Saldo no início do exercício	(267)	-	(4.069.181)	(4.069.448)
(Constituição)/ reversão líquida	(46.877)	-	745.555	698.678
Saldo no final do período	(47.144)	-	(3.323.626)	(3.370.770)
Debêntures - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	(21.884)	-	-	(21.884)
(Constituição)/ reversão líquida	(67.708)	-	-	(67.708)
Saldo no final do período	(89.592)	-	-	(89.592)
Debêntures - VJORA				
Saldo no início do exercício	(250.607)	(62.916)	(1.027.758)	(1.341.281)
(Constituição)/ reversão líquida	(11.303)	(20.628)	53.400	21.469
Transferência entre estágios	(18.231)	18.231	-	-
Saldo no final do período	(280.141)	(65.313)	(974.358)	(1.319.812)
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	(475)	-	-	(475)
(Constituição)/ reversão líquida	364	-	-	364
Saldo no final do período	(111)	-	-	(111)
Total de provisão sobre ativos financeiros				
Saldo no início do exercício	(2.171.279)	(289.474)	(10.986.579)	(13.447.332)
(Constituição)/ reversão líquida	(652.103)	(87.031)	486.138	(252.996)
Transferência entre estágios	(304.202)	41.352	262.850	-
Baixas por desconhecimento	-	-	66.777	66.777
Saldo no final do período	(3.127.584)	(335.153)	(10.170.814)	(13.633.551)
Compromissos de crédito				
Saldo no início do exercício				(163.830)
(Constituição)/ reversão líquida				(126.210)
Saldo no final do período				(290.040)

Composição do resultado de provisão para perdas de crédito

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Reversão (constituição) de provisão sobre:				
Operações de crédito	(285.955)	(26.874)	(2.018.242)	(922.405)
Repasse interfinanceiros	23.031	(6.107)	(21.314)	(5.042)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	363	21.766	(346.006)	21.648
Direitos recebíveis	(61)	744.889	(132.915)	698.678
Créditos por avais e fianças honrados	(8.498)	-	(8.498)	-
Debêntures	15.307	56.490	(39.816)	(46.236)
Títulos de renda fixa no exterior	(98)	18	70.294	364
BNDES serviços	(36.768)	-	(36.768)	-
Compromissos de crédito	-	(31.230)	318.840	(126.210)
Total de reversão (constituição) de provisão	(292.679)	758.952	(2.214.425)	(379.203)
Recuperação de créditos baixados	112.727	348.698	267.576	601.564
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	(179.952)	1.107.650	(1.946.849)	222.361

6.5. Créditos renegociados e recuperados

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Baixas para prejuízo	26	63	58	66.777
Recuperação de créditos baixados	112.727	348.698	267.576	601.564
Créditos renegociados				
Renegociados não caracterizada como reestruturação	2.170.177	5.167.162	2.630.630	6.472.759

(1) Todos os ativos baixados do Sistema BNDES estão sujeitos à atividade de execução.

O BNDES aprovou, nos meses de abril e maio de 2024 e em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que têm por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da situação de emergência ou calamidade pública decretada em municípios atingidos pelo desastre natural no Rio Grande do Sul – RS, vide Nota Explicativa nº 2.6.

Uma das medidas é a possibilidade de suspensão temporária por prazo de até doze meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao Sistema BNDES, nas modalidades direta e indireta, destinada a empresas e produtores rurais ou investimentos localizados em municípios em situação de emergência ou de estado de calamidade pública. Essa medida é conhecida no mercado como *standstill*.

O saldo das operações com suspensão temporária de amortizações no âmbito da medida emergencial de apoio ao Rio Grande do Sul representa 62% dos créditos renegociados durante os doze meses findos em 30 de junho de 2025.

Houve também suspensão temporária de amortizações de Debêntures, no montante de R\$ 1.366.380 em 30 de junho de 2025. A carteira de debêntures está apresentada na Nota Explicativa nº 7.3.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários representam o segundo maior grupo de ativos no BNDES.

	30/06/2025				31/12/2024			
	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado (CA)	Total	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado (CA)	Total
	Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)			Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)		
Títulos públicos	113.955.358	8.085.620	42.647	122.083.625	92.346.006	10.901.998	48.742	103.296.746
Ações não coligadas	-	73.692.578	-	73.692.578	-	75.192.206	-	75.192.206
Debêntures ⁽¹⁾	1.180	678.469	39.173.636	39.853.285	-	22.076.352	13.161.029	35.237.381
Fundos mútuos de investimento	1.649.428	2.795.441	-	4.444.869	2.127.604	2.525.224	-	4.652.828
Títulos de renda fixa no exterior ⁽¹⁾	5	5.015.266	3.310.051	8.325.322	8	5.428.391	3.624.069	9.052.468
Total	115.605.971	90.267.374	42.526.334	248.399.679	94.473.618	116.124.171	16.833.840	227.431.629

⁽¹⁾ Os saldos de debêntures e títulos de renda fixa no exterior mensurados ao custo amortizado estão apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito, cuja movimentação está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

7.1. Títulos Públicos

	30/06/2025	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado		
Letras do Tesouro Nacional – LTN	30.441.285	20.143.516
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	75.960.206	65.746.444
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	2.638.978	6.229.454
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	4.914.889	226.592
	113.955.358	92.346.006
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	6.951.454	6.937.242
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	1.134.166	3.964.756
	8.085.620	10.901.998
Custo amortizado		
Notas do Tesouro Nacional – Série I – NTN-I	42.647	48.742
	42.647	48.742
Total	122.083.625	103.296.746
Circulante	113.998.005	96.615.556
Não circulante	8.085.620	6.681.190
Resumo por tipo de carteira:		
Carteira própria	96.202.890	78.779.833
Vinculados		
Compromissos de recompra	21.650.149	22.346.344
Prestação de Garantias	4.230.586	2.170.569

7.2. Ações não coligadas

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é representada, em sua maior parte, por ações de companhias sobre as quais o Sistema BNDES não exerce influência significativa, avaliadas pelo valor justo e classificados na categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”.

As demais participações societárias, composta por investimentos em empresas coligadas sobre as quais a subsidiária BNDESPAR exerce influência significativa, estão demonstradas na Nota Explicativa n.º 9.

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

As práticas contábeis de reconhecimento e mensuração das ações não coligadas seguem os critérios estabelecidos especificamente nos normativos IFRS 9 e IFRS 7. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa n.º 32.1.

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações (*BDRs e units*) classificados na categoria VJORA, contendo a abertura das principais participações em empresas listadas em bolsa.

Empresas investidas	30/06/2025			Valor contábil	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total	30/06/2025	31/12/2024
	Ordinárias	Preferenciais			
Nível 1					
PETROBRAS ⁽¹⁾	-	1.035.459	8,03	32.399.503	37.452.543
JBS N.V - BDRs ⁽²⁾	201.677	-	18,18	16.083.717	16.799.847
ELETROBRAS ⁽³⁾	146.502	36.954	7,95	7.526.843	6.380.458
COPEL	131.162	524.646	21,99	7.986.428	5.877.350
EMBRAER	39.762	-	5,37	3.059.724	2.235.447
CEMIG	106.610	-	3,73	1.633.267	1.563.970
ENERGISA – <i>UNITs</i>	29.327	117.308	6,40	1.408.867	1.067.502
COPASA	13.160	-	3,46	368.073	270.297
BRAVA ENERGIA	8.939	-	1,93	154.013	209.433
Subtotal Nível 1				70.620.435	71.856.847
Outras empresas - Nível 1				177.003	166.793
Total Nível 1				70.797.438	72.023.640
Nível 2				41.539	33.241
Nível 3				2.853.601	3.135.325
TOTAL				73.692.578	75.192.206
Circulante				1.357.910	639.800
Não circulante				72.334.668	74.552.406

⁽¹⁾ Do total da participação de 8,03%, 1,05% são detidas diretamente pelo BNDES (com 135.248 mil preferenciais) e 6,98% através da BNDESPAR (com 900.210 mil preferenciais). Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, todas as 135.248 mil ações preferenciais (PETR4) de titularidade do BNDES estão dadas em garantia a operações realizadas na B3.

⁽²⁾ Previamente à efetivação da operação de Dupla Listagem da JBS (vide detalhes a seguir), no segundo trimestre de 2025 a BNDESPAR alienou 58.308 mil ações de emissão da JBS S.A., reduzindo sua participação acionária nessa investida de 20,81% para 18,18%. O ganho apurado nessa operação foi de R\$ 479.161 (vide Nota Explicativa n.º 6.6.1).

⁽³⁾ Do total da participação de 7,95%, 4,02% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 3,93% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 71.956 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

Para detalhes da classificação da carteira em níveis, vide Nota Explicativa n.º 32.1.6.

JBS – Dupla listagem

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de maio de 2025, os acionistas da JBS S.A. aprovaram a operação que resultou na dupla listagem de suas ações na bolsa de valores no Brasil e nos Estados Unidos (“Dupla listagem”).

A efetivação da Dupla Listagem ocorreu em 06 de junho de 2025, através da incorporação das ações da JBS S.A. pela JBS N.V., considerando a relação de troca de 2:1, ou seja: cada 2 (duas) ações ordinárias da JBS S.A. foram convertidas em 1 (um) BDR, cada qual lastreado em 1 (uma) *Class A Share* (ação ordinária classe A) da JBS N.V.

A JBS N.V. é uma sociedade constituída de acordo com as leis da Holanda, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como emissora estrangeira com BDRs negociados na B3. Na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), a JBS N.V. é registrada como emissora estrangeira (*Foreign Private Issuer – “FPI”*) para listar suas ações Classe A na *New York Stock Exchange - NYSE*.

Nesse contexto, a BNDESPAR deixou de possuir ações da JBS S.A. e passou a ser acionista da JBS N.V. Em 30 de junho de 2025 o investimento da BNDESPAR na JBS N.V estava representado por 201.676.700,50 BDRs, os quais foram cancelados em 09 de julho de 2025, quando então a BNDESPAR passou a deter diretamente 201.676.700 ações ordinárias classe A da JBS N.V., listadas na NYSE sob o ticker “JBS”, correspondentes à participação de 18,18% da BNDESPAR no capital total da JBS N.V.

Tal operação resultou em ganho de R\$ 1.383.502 reconhecido em lucros acumulados, correspondente ao ajuste a valor justo da participação na JBS S/A reconhecido em outros resultados abrangentes e realizado com o desreconhecimento desse ativo. O efeito total da operação, líquido de tributos, foi R\$ 634.043.

7.2.1. Resultados com alienação de investimentos em ações não coligadas

O ganho com alienação de ações mensuradas ao valor justo é apurado pela receita de vendas, deduzida de despesas incorridas e do custo de aquisição das ações vendidas.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 o BNDES apurou ganho com alienações de ações classificadas como VJORA no valor e R\$ 434.559 (líquido de perdas na alienação de R\$ 44.614), sendo R\$ 467.713 no segundo trimestre (líquido de perdas na alienação de R\$ 11.448). Adicionalmente, foi reconhecido R\$ 1.383.502 em lucros acumulados em função do desreconhecimento do investimento na JBS S.A. no contexto da operação de Dupla listagem mencionada anteriormente.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 o BNDES apurou ganho com alienações de ações classificadas como VJORA no valor e R\$ 30.837 (R\$ 19.328 líquido de efeitos tributários).

O ganho com alienações de ações VJORA líquido dos efeitos tributários foi transferido de “Outros resultados abrangentes” para “Lucros (prejuízos) Acumulados”.

A baixa de tais ativos (por venda e desreconhecimento) ocasionou a realização de seu ajuste a valor justo, reconhecido até então em outros resultados abrangentes, no montante total de R\$ 1.822.402 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 (R\$ 24.704 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024).

7.2.2. Receita de Dividendos e JCP de investimentos em ações não coligadas

Apresentamos a seguir a abertura das receitas com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) referente aos valores mais relevantes das empresas listadas em bolsa, evidenciadas na Demonstração do Resultado.

Empresas investidas	Três meses findos					
	30/06/2025			30/06/2024		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	319.385	622.020	941.405	2.224.881	616.279	2.841.160
JBS	1.303.637	-	1.303.637	-	-	-
Copel	282.249	-	282.249	29.422	-	29.422
Eletrobras	135.256	-	135.256	126.527	-	126.527
Cemig	70.236	22.239	92.475	19.868	16.014	35.882
Naturgy Brasil (ex CEG)	19.992	-	19.992	108.683	-	108.683
Copasa	-	5.702	5.702	11.305	4.169	15.474
Subtotal	2.130.755	649.961	2.780.716	2.520.686	636.462	3.157.148
Outras empresas	38.048	-	38.048	11.807	393	12.200
Total	2.168.803	649.961	2.818.764	2.532.493	636.855	3.169.348

Empresas investidas	Seis meses findos					
	30/06/2025			30/06/2024		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	1.054.090	622.020	1.676.110	3.362.797	616.279	3.979.076
JBS	1.303.637	-	1.303.637	-	-	-
Copel	282.249	-	282.249	29.422	-	29.422
Eletrobras	135.256	-	135.256	126.527	-	126.527
Cemig	70.236	42.401	112.637	19.868	30.412	50.280
Energisa	55.721	-	55.721	-	-	-
Naturgy Brasil (ex CEG)	19.992	-	19.992	108.683	-	108.683
Copasa	2.800	9.635	12.435	18.714	8.250	26.964
Subtotal	2.923.981	674.056	3.598.037	3.666.011	654.941	4.320.952
Outras empresas	38.643	-	38.643	17.017	393	17.410
Total	2.962.624	674.056	3.636.680	3.683.028	655.334	4.338.362

Do total da receita com proventos de R\$ 3.636.680 apurada no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, R\$ 1.303.637 refere-se a proventos destinados pela JBS. Embora a subsidiária BNDESPAR não possua mais ações dessa empresa em sua carteira, parte do investimento na JBS permanece de forma indireta através da JBS N.V. (vide Nota Explicativa n.º 7.2).

O valor a receber de dividendos e JCP das ações VJORA estão apresentados na rubrica “Outros ativos financeiros ao custo amortizado” do balanço patrimonial, juntamente com os proventos decorrentes de investimento em ações de coligadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.1.

7.3. Debêntures

	30/06/2025	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado		
Valor ao custo amortizado	303.597	-
Ajuste ao valor de mercado	(302.417)	-
	1.180	-
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Valor ao custo amortizado	736.592	27.045.742
Ajuste ao valor de mercado	(58.123)	(4.969.390)
	678.469	22.076.352
Custo amortizado ⁽¹⁾		
Valor ao custo amortizado	41.863.910	13.308.408
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.690.274)	(147.379)
	39.173.636	13.161.029
Total	39.853.285	35.237.381
Circulante	105.563	282.988
Não circulante	39.747.722	34.954.393

⁽¹⁾ As debêntures mensuradas ao custo amortizado fazem parte das Operações da carteira de crédito, conforme apresentado na Nota Explicativa n.º 6.3.

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e possuem as seguintes características, dentre outras:

- (i) Setores apoiados pelo BNDES;
- (ii) Recursos captados destinados a financiar:
- (iii) Projetos de infraestrutura;
- (iv) Planos de negócio corporativos, com investimentos em: ativos fixos; capital de giro; pesquisa e desenvolvimento; fusões, incorporações e aquisições, nos casos em que os ganhos de escala e escopo advindos da consolidação sejam importantes para impulsionar o crescimento posterior; reestruturação e alongamento de dívidas; e outras finalidades, conforme o caso, desde que justificáveis para o desenvolvimento da sociedade emissora.

A atuação no mercado secundário segue os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

Conforme descrito nas Notas Explicativas n.ºs 6.5 e 2.6, no âmbito das medidas emergenciais no enfrentamento das enchentes no Rio Grande do Sul, o BNDES suspendeu temporariamente amortizações de debêntures no valor de R\$ 1.366.380 em 30 de junho de 2025.

7.4. Fundos de investimento

As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base do balanço.

Fundo	Administrador	30/06/2025	31/12/2024
SRM EXODUS PME FIDC	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	366.431	365.203
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	334.464	310.573
VINCI Crédito Infra Institucional RF	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	334.708	310.482
LGEF II BRLGEF II BRASIL FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	266.878	227.460
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	257.359	267.633
Kinea Equity Infra I FIP	Kinea Private Equity Investimentos S.A.	275.388	162.650
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	235.717	242.734
Fundo Garantidor para Investimentos – FGI	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	234.496	241.712
CRIATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	120.060	144.620
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	124.138	86.690
ALAO V Brasil FIP	TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos LTDA	112.735	65.912
Avanti Multiestratégia FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	110.671	127.192
GEF LATAM Climate Solutions FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	99.395	65.470
Fundo BBI Financeira I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A	98.957	99.530
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	84.195	95.103
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	59.514	246.240
Brasil Agronegócio FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	75.449	118.440
CRIATEC FMIEE	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	32.328	75.533
Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR	Banco do Nordeste do Brasil S. A. – BNB	-	411.698
Subtotal		3.222.883	3.664.875
Outros		1.221.986	987.953
Total		4.444.869	4.652.828
Circulante		1.649.428	2.127.604
Não circulante		2.795.441	2.525.224

Em 21 de março de 2025 o Sistema BNDES aderiu ao leilão de recompra de cotas do FINOR realizado na Bolsa de Valores do Brasil (B3), alienando 588.139.991 mil cotas desse fundo. As cotas foram vendidas pelo valor de R\$ 1,06 (um real e seis centavos) por lote de mil cotas, cujo valor bruto de venda foi de R\$ 623.428.

7.5. Derivativos

O BNDES utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins de *hedge* financeiros ou contábil. Esses instrumentos têm como objetivo o gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa nº 32.1.4.

7.5.1. Composição

	Vencimentos	30/06/2025		31/12/2024	
		Valor de referência	Valor de mercado	Valor de mercado	
			Ativo	(Passivo)	Ativo (Passivo)
Contratos swap					
Cambiais:					
Euro x USD	mai/36	41.719	52.790	(5.967)	- (13.714)
Euro x R\$	nov/32	23.604	92.568	(40.685)	- -
CNH x R\$	nov/27	(131.909)	306.942	(406.017)	88.412 (60.291)
Taxas de juros em US\$:					
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	413.888	1.015.634	(188.472)	1.363.655 -
Subtotal		347.302	1.467.934	(641.141)	1.452.067 (74.005)
Contratos futuros (*)					
DI (posição vendida)	out/25 a jan/35	(74.369.340)	-	-	- -
USD (posição comprada)	jul/25	885.414	-	-	- -
USD (posição vendida)	ago/25	(139.156)	-	-	- -
DDI (posição comprada)	ago/25 a jan/31	7.360.555	-	-	- -
DDI (posição vendida)	jul/25	(881.888)	-	-	- -
DAP (posição comprada)	ago/26 a mai/55	20.824.616	-	(15.964)	- -
Subtotal		(46.319.799)	-	(15.964)	- -
Contratos a termo					
Títulos públicos			974.682	(973.243)	- -
Subtotal			974.682	(973.243)	- -
Opções					
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Black-Scholes-Merton e Monte Carlo		161.509	-	785 -
Subtotal			161.509	-	785 -
Total			2.604.125	(1.630.348)	1.452.852 (74.005)
Circulante			1.122.502	(1.449.647)	183.978 (70.005)
Não circulante			1.481.623	(180.701)	1.268.874 (4.000)

(*) Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos – diversos".

	Circulante	Não circulante
Ativo		
Contratos de swaps	147.584	1.320.350
Contratos a termo	974.682	-
Contratos de opções	236	161.273
Derivativos embutidos	-	-
Total	1.122.502	1.481.623
Passivo		
Contratos de swaps	(460.440)	(180.701)
Contratos de futuro	(15.964)	-
Contratos a termo	(973.243)	-
Total	(1.449.647)	(180.701)

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

7.5.2 Derivativos de câmbio e de taxa de juros em mercado de balcão

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão.

Moedas de referência	Vencimento	Valor Nominal	
		30/06/2025	31/12/2024
EUR x USD (taxa fixa)	mai/2036	US\$ 109,88 milhões	US\$ 103,94 milhões
EUR x BRL (pós-fixado)	nov/32	US\$ 77,13 milhões	-
CNH x BRL (pós-fixado)	nov/2027	US\$ 698,36 milhões	US\$ 102,18 milhões
USD (taxa de juros fixa - flutuante) ⁽¹⁾	out/2042 a out/2045	US\$ 925 milhões	US\$ 1.148,86 milhões

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos ou depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, até o vencimento das operações com cada contraparte haverá verificações semanais para eventual reforço de garantias.

Em 30 de junho de 2025, o BNDES não possuía títulos públicos oferecidos ou recebidos em garantia. Em 30 de junho de 2025, foram recebidos ainda R\$ 922 e oferecidos R\$ 63 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*, registrado como “Depósitos interfinanceiros” no Passivo Circulante na rubrica “Obrigações por depósitos”, e no Ativo Circulante, respectivamente. Por fim, foram oferecidos em garantia R\$ 224 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*.

7.5.3. Resultado com derivativos

Receitas (despesas)	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Contratos de câmbio	(15.385)	-	(46.634)	-
Contratos de swaps	(220.165)	197.040	(522.328)	374.635
Contratos de futuro	(2.344.537)	3.113.237	(4.049.851)	3.979.195
Contratos a termo	1.438	(519)	1.438	(7)
Subtotal câmbio e taxa de juros	(2.578.649)	3.309.758	(4.617.375)	4.353.823
Contratos de opções	160.804	389	160.724	514
Subtotal renda variável	160.804	389	160.724	514
Total	(2.417.845)	3.310.147	(4.456.651)	4.354.337
Câmbio e taxa de juros	(2.578.649)	3.309.758	(4.617.375)	4.353.823
Renda variável	160.804	389	160.724	514

7.5.4. Hedge Contábil

O BNDES possui estruturas de *hedge* de valor de mercado para mitigar a exposição às oscilações do risco de mercado relacionadas às flutuações da taxa de juros em operações de crédito.

A proteção ocorre por meio de contratos de *swap* de taxa de juros, conforme descrito:

- Ponta Ativa: % da variação SOFR;
- Ponta Passiva: taxas pré-fixada.

O Banco monitora essas estruturas de proteção para assegurar que os instrumentos de *hedge* efetivamente compensem as variações no valor justo dos respectivos itens cobertos, ao longo de todo o período definido para a relação de *hedge*.

A avaliação da efetividade das estruturas de *hedge* é realizada no momento da designação e de forma prospectiva.

No gerenciamento de risco, espera-se que os instrumentos de *hedge* e os itens cobertos apresentem movimentos opostos e proporcionais, com o objetivo de neutralizar os fatores de risco.

Composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de valor de mercado:

Hedge de risco de mercado	30/06/2025			
	Objeto de <i>hedge</i>		Instrumento de <i>hedge</i>	
	Valor justo ⁽¹⁾	Ajuste de marcação a mercado	Valor de referência	Ajuste de marcação a mercado ⁽²⁾
Contratos de swap				
Hedge de operações de crédito	6.689.569	210.966	6.610.974	(224.757)

⁽¹⁾ Valor contábil da carteira objeto de *hedge*, mensurado ao custo amortizado, acrescido da variação do valor justo atribuível ao risco coberto.

⁽²⁾ Os ajustes a receber ou a pagar são registrados no resultado do período na rubrica "Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros". Tais ajustes incluem tanto a parcela referente à variação do valor de mercado da perna prefixada do *swap* (relacionado ao objeto de *hedge*), quanto a valorização da perna pós-fixada (não relacionada ao objeto de *hedge*).

Em estruturas de proteção de valor de mercado, as variações de marcação a mercado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos diretamente no resultado.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	30/06/2025	31/12/2024
Direitos a receber – Sistema Eletrobrás	40.590	54.120
Créditos perante o Tesouro Nacional (Nota 23.1.1)	715.048	666.579
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	1.014.051	2.064.193
Devedores por depósito em garantia	1.039.270	1.032.768
Cessão de direito de capitalização	39.257	39.257
Pagamentos a ressarcir	222.151	221.163
Diversos	466.871	554.042
Total	3.537.238	4.632.122
Circulante	1.956.967	3.088.940
Não circulante	1.580.271	1.543.182

8.1. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	30/06/2025	31/12/2024
Ações não coligadas		
Dividendos	376.485	1.332.198
Juros sobre capital próprio	624.961	683.894
Coligadas		
Dividendos	11.074	-
Juros sobre capital próprio	1.531	48.101
Total	1.014.051	2.064.193
Circulante	1.014.051	2.064.193

9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os investimentos em coligadas do Sistema BNDES representam todas as empresas investidas sobre as quais a subsidiária BNDESPAR exerce “influência significativa” em conformidade com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto. Para maiores detalhes sobre as práticas contábeis de investimentos em coligadas, vide Nota Explicativa nº 32.2.

O quadro a seguir apresenta informações detalhadas das participações relevantes em Coligadas.

30/06/2025 ⁽¹⁾						31/12/2024 ⁽¹⁾		
Coligadas ⁽²⁾	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Valor patrimonial do investimento	Provisão para perdas	Total	Total	Natureza das atividades do negócio da coligada
		Ordinárias	Total					
Tupy	40.645	31,04%	31,04%	996.026	-	996.026	1.023.167	Setor de metalurgia e siderurgia
CBO Holding	26.172	18,88%	18,88%	374.630	-	374.630	349.565	Apoio marítimo a indústria de E&P de óleo e gás
Iguá ⁽⁴⁾	61.729	11,09%	11,09%	355.285	-	355.285	390.849	Biotechnologia
CTC	60.902	18,99%	18,99%	310.888	-	310.888	313.525	Saneamento
Subtotal				2.036.829	-	2.036.829	2.077.106	
Outros				399.267	(273.492)	125.775	127.806	
Total				2.436.096	(273.492)	2.162.604	2.204.912	

⁽¹⁾ A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/05/2025 (31/10/2024 para cálculo da equivalência em 31/12/2024).

⁽²⁾ Empresas com sede no Brasil.

⁽³⁾ % de participação sobre o capital da coligada ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

⁽⁴⁾ Em novembro de 2024 a investida promoveu uma captação de recursos junto a determinados acionistas, tendo a BNDESPAR subscrito 17.487 mil novas ações ordinárias, pelo valor total R\$ 228.199. O levantamento da informação necessária para a alocação do valor aportado será concluído durante o exercício de 2025.

9.1. Movimentação do saldo dos investimentos em coligadas

Os quadros abaixo mostram, por coligada, as principais movimentações ocorridas na carteira da subsidiária BNDESPAR para os períodos a seguir:

De três meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024:

Coligadas	Saldo em 01/04/2025	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas ^{(2) (3)}	Saldo em 30/06/2025
Tupy	996.804	-	2.967	(3.745)	996.026
CBO Holding	383.554	-	1.736	(10.660)	374.630
Iguá	376.723	-	(21.474)	36	355.285
CTC	315.827	(9.525)	4.248	338	310.888
Subtotal	2.072.908	(9.525)	(12.523)	(14.031)	2.036.829
Outras coligadas	126.948	(5.344)	4.433	(262)	125.775
Total coligadas	2.199.856	(14.869)	(8.090)	(14.293)	2.162.604

Coligadas	Saldo em 01/04/2024	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Outros resultados de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas ⁽²⁾	Saldo em 30/06/2024
Tupy	963.767	(5)	11.482	-	20.104	995.348
CBO Holding	319.975	-	(8.009)	-	11.339	323.305
CTC	305.229	(6.868)	2.531	-	259	301.151
Iguá	232.586	-	(17.733)	-	342	215.195
Subtotal	1.821.557	(6.873)	(11.729)	-	32.044	1.834.999
Outras coligadas	130.374	(3.909)	1.945	-	447	128.857
Total	1.951.931	(10.782)	(9.784)	-	32.491	1.963.856

De seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024:

Coligadas	Saldo em 01/01/2025	Aquisições	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas ^{(2) (3)}	Saldo em 30/06/2025
Tupy	1.023.167	-	-	(25.381)	(1.760)	996.026
CBO Holding	349.565	-	-	26.054	(989)	374.630
Iguá	390.849	-	-	(38.744)	3.180	355.285
CTC	313.525	-	(9.525)	6.236	652	310.888
Subtotal	2.077.106	-	(9.525)	(31.835)	1.083	2.036.829
Outras coligadas	127.806	4.469	(10.433)	3.856	77	125.775
Total coligadas	2.204.912	4.469	(19.958)	(27.979)	1.160	2.162.604

Coligadas	Saldo em 01/01/2024	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Outros resultados de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas ⁽²⁾	Saldo em 30/06/2024
Tupy	915.050	(6.247)	73.879	-	12.666	995.348
CBO Holding	316.376	-	477	-	6.452	323.305
CTC	302.399	(6.868)	5.257	-	363	301.151
Iguá	233.612	-	(19.820)	-	1.403	215.195
Subtotal	1.767.437	(13.115)	59.793	-	20.884	1.834.999
Outras coligadas	130.454	(9.009)	7.043	-	369	128.857
Total	1.897.891	(22.124)	66.836	-	21.253	1.963.856

⁽¹⁾ Inclui a amortização da Mais e Menos Valias de ativos e passivos, apurados na aquisição de participação societária, apresentado na linha "Amortização de ágios" da demonstração do resultado.

⁽²⁾ A movimentação do "Ajuste de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas" decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pelas coligadas Tupy e CBO Holding em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

⁽³⁾ Inclui os efeitos da mudança no percentual de participação relativa da subsidiária BNDESPAR.

9.2. Valor justo de investimentos em coligadas que possuem preços cotados no mercado

Coligadas	Título	30/06/2025	31/12/2024
Tupy	ON	741.778	953.540

Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

9.3. Informação sobre os principais saldos das coligadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela subsidiária BNDESPAR e suas respectivas amortizações. As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	30/04/2025 ⁽¹⁾					01/11/2024 a 30/04/2025 - seis meses ⁽¹⁾			
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade ⁽²⁾	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Tupy	1.751.012	5.817.091	990.466	3.368.659	3.208.978	1.832.882	(84.557)	(27.934)	(112.491)
CBO Holding	6.825	1.985.266	6.718	1.103	1.984.270	116.719	146.882	(5.239)	141.643
Iguá	643.437	4.078.824	166.011	1.631.536	2.924.714	87.774	(342.724)	-	(342.724)
CTC	679.819	1.284.864	131.173	196.162	1.637.348	226.640	32.841	259	33.100

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

⁽²⁾ Inclui resultados reconhecidos pela coligada diretamente em lucros acumulados, quando aplicável.

9.4. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da subsidiária BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	30/06/2025	31/12/2024
Passivo a descoberto nas coligadas - Correspondente a participação da BNDESPAR ⁽¹⁾	(845.185)	(843.555)
Perdas não reconhecidas no resultado do período ⁽¹⁾	(1.812)	(2.312)

⁽¹⁾ Apurado no investimento de coligadas cuja participação da subsidiária BNDESPAR não é relevante.

9.5. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024, a subsidiária BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não tendo identificado a necessidade de constituição de provisão.

10. OUTROS ATIVOS

	30/06/2025	31/12/2024
Despesas antecipadas	922.380	1.098.222
Incentivos fiscais	7.107	7.170
Outros investimentos – Obras de arte	244	244
Outros valores e bens	474	490
Total	930.205	1.106.126
Circulante	922.854	1.098.712
Não circulante	7.351	7.414

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/06/2025	31/12/2024
Empréstimos		
País	1.326.368	1.650.303
Repasse		
País		
Tesouro nacional	29.919.659	31.289.532
Exterior - Instituições multilaterais	35.717.635	33.790.681
Total	66.963.662	66.730.516
Circulante	4.900.613	5.238.610
Não circulante	62.063.049	61.491.906

Os contratos de empréstimos e repasses não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as Demonstrações Financeiras.

11.1. Composição

a) Empréstimos no país

	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações por aquisição de títulos federais	578.863	764.792
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	747.505	885.511
Total	1.326.368	1.650.303
Circulante	459.613	449.789
Não circulante	866.755	1.200.514

Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R\$ 578.863 em 30 de junho de 2025 – R\$ 390.294 no circulante e R\$ 188.569 no não circulante (R\$ 764.792 em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 370.781 no circulante e R\$ 394.011 no não circulante) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Repasses no país

Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	30/06/2025	31/12/2024
US\$	12,05	582.581	708.367
US\$ + 6,04%	13,83	4.055.061	4.765.594
SELIC	15,48	895.991	9.290.413
Reais + Taxa Fixa	-	-	11.633.467
TJLP	15,68	24.187.449	24.655.836
Reais + 3,25%	-	-	41
Juros provisionados		198.577	379.564
Total		29.919.659	51.433.282
Circulante		2.135.565	2.362.251
Não circulante		27.784.094	49.071.031

c) Repasses no Exterior - Organismos Internacionais e Instituições Multilaterais

Instituição	Vencimento médio (em anos)	Moeda	30/06/2025	31/12/2024
China Development Bank – CDB	4,75	US\$	7.094.230	5.573.070
		CNH	3.811.000	1.265.400
Inter-American Development Bank – BID	16,19	R\$	3.196.975	3.535.172
		US\$	12.619.545	14.817.289
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	7,19	US\$	1.859.380	2.944.451
		EURO	642.300	-
New Development Bank – NDB	16,19	US\$	3.274.260	3.715.380
Agence Française de Développement – AFD	5,70	US\$	187.360	283.470
		EURO	449.610	-
El Instituto de Crédito Oficial – ICO	1,86	US\$	1.091.420	1.238.460
International Fund of Agricultural Development	16,96	US\$	41.138	46.680
Corporación Andina de Fomento	1,95	US\$	1.091.420	-
Juros provisionados			358.997	371.309
Total			35.717.635	33.790.681
Circulante			2.305.435	2.567.211
Não circulante			33.412.200	31.223.470

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 0,75% e 13,97% a.a. em 30 de junho de 2025 (0,75% e 10,93% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Taxas de captação:		
Até 3%	737.159	909.330
De 3,1 a 5%	7.195.169	3.407.791
De 5,1 a 7%	24.089.724	25.355.853
De 7,1 a 9%	139.611	211.226
Acima de 11%	3.196.975	3.535.172
Juros provisionados	358.997	371.309
Total	35.717.635	33.790.681

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a outros organismos multilaterais contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Kreditanstalt für Wiederaufbau* – KfW, *Agence Française de Développement* – AFD, *China Development Bank* – CDB e o *Instituto Oficial de Crédito* - ICO, não demandaram garantia formal da União.

No segundo trimestre de 2025, foram contratadas duas novas operações de captação de recursos no exterior a saber:

- Novo contrato assinado entre o BNDES e o Instituto Oficial de Crédito da Espanha (ICO) em 12/05/2025, com captação de até US\$ 200 milhões (duzentos milhões de dólares), sem garantia da União;
- Novo contrato assinado entre o BNDES e o *Japan International Cooperation Agency* (JICA) em 23/06/2025 com captação de até ¥ 30 bilhões (trinta bilhões de ienes), com garantia da União.

Ainda no segundo trimestre de 2025, o BNDES recebeu recursos no valor de US\$ 200 milhões da *Corporación Andina de Fomento* (CAF) referente ao contrato assinado em 19/11/2024.

11.2. Composição por vencimento

	30/06/2025			31/12/2024		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
Até 1 ano	2.595.178	2.305.435	4.900.613	5.665.802	2.567.211	8.233.013
Entre 1 e 2 anos	2.199.136	7.015.972	9.215.108	4.904.767	5.136.539	10.041.306
Entre 2 e 3 anos	2.002.114	6.173.713	8.175.827	4.281.447	4.782.148	9.063.595
Entre 3 e 5 anos	4.002.024	4.775.831	8.777.855	7.897.895	5.348.713	13.246.608
Entre 5 e 10 anos	9.986.597	8.039.399	18.025.996	18.360.310	7.796.853	26.157.163
Após 10 anos	10.460.978	7.407.285	17.868.263	37.671.982	8.159.217	45.831.199
Total	31.246.027	35.717.635	66.963.662	78.782.203	33.790.681	112.572.884

11.3. Movimentação das obrigações por empréstimos e repasses

	Empréstimos			Repasses			Total de empréstimos e repasses
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total	
Saldo no início do exercício	1.650.303	-	1.650.303	31.289.532	33.790.681	65.080.213	66.730.516
. Ingresso de recursos	-	-	-	-	6.516.036	6.516.036	6.516.036
. Variação cambial	(98.432)	-	(98.432)	(638.827)	(3.537.925)	(4.176.752)	(4.275.185)
. Provisão de juros	3.473	-	3.473	833.909	957.293	1.791.202	1.794.676
. Pagamento de juros	(9.306)	-	(9.306)	(880.518)	(969.605)	(1.850.123)	(1.859.429)
. Amortização de principal	(225.635)	-	(225.635)	(988.790)	(1.038.846)	(2.027.636)	(2.253.271)
. Outras	5.966	-	5.966	304.353	-	304.353	310.319
Saldo no final do período	1.326.368	-	1.326.368	29.919.659	35.717.635	65.637.294	66.963.662

12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Informações adicionais podem ser verificadas em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-de-amparo-ao-trabalhador-fat/fat-bndes>.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

12.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP), pela Taxa Referencial (FAT – TR), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia descontada da taxa de remuneração (SELIC REDUZIDA) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT – Cambial). Para a parcela de recursos que integra a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos têm seu contravalor em reais e podem ser determinados com base nas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres (*London Interbank Offered Rate* - Libor), a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR), a Taxa de Juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – (*Treasury Bonds*) ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo interbancário na moeda euro, a *Euro Interbank Offered Rate* (Euribor), a *Euro Short-Term Rate* (ESTR), a taxa representativa da remuneração média de Títulos de Governos de Países da Zona Econômica do Euro – *Euro Area Yield Curve* AAA, divulgada pelo Banco Central Europeu, ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional; iii) referenciado em outras moedas conversíveis, sendo remunerado por taxa a ser definida pelo Conselho Monetário.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à TLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a transferência representada pela remuneração à TJLP e à TLP limitada a 6% ao ano, capitalizada a diferença positiva. O valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à SELIC REDUZIDA, incidente sobre os recursos disponíveis, é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

Dívidas Subordinadas	30/06/2025	31/12/2024
FAT - Moeda nacional (TJLP/TLP/TR/Selic)	419.045.805	395.061.642
FAT - Moeda estrangeira (Cambial) ⁽¹⁾	31.974.954	37.957.074
	451.020.759	433.018.716
Juros provisionados	11.803.651	10.874.721
Total	462.824.410	443.893.437
Circulante	11.803.651	10.874.721
Não circulante	451.020.759	433.018.716

⁽¹⁾ Até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução CODEFAT nº 320, de 29.04.2003, revogada pela Resolução CODEFAT nº 932, de 15.12.2021, atualizada pela Resolução CODEFAT nº 967, de 23.11.2022).

Dívida subordinada – FAT Constitucional Elegível a Capital

O controle contábil da dívida subordinada observa o previsto no artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, que limita o uso do FAT como Capital Nível II do Patrimônio de Referência ao saldo de 30 de junho de 2018, com redução de 10 p.p. ao ano a partir de 1º de janeiro de 2020, até atingir 0 p.p. em 1º de janeiro de 2029.

O saldo contábil é recalculado em 1º de janeiro de cada ano e registrado em conta contábil específica para esta finalidade. Adicionalmente, o saldo da dívida subordinada é destacado em linha específica do passivo do BNDES.

Em 1º de janeiro de 2025 o limite está em 40% do saldo apurado em 30 de junho de 2018, vide Nota Explicativa n.º 25.2 - Mensuração do Capital Regulamentar.

12.2. FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos dos Depósitos Especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto, disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

O saldo devedor do FAT – Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Obrigações por depósitos”, conforme apresentado a seguir:

Obrigações por depósitos	30/06/2025	31/12/2024
Depósitos especiais - FAT	3.791.336	4.056.194
Depósitos interfinanceiros	971.259	828.834
Depósitos diversos	760	719
Total	4.763.355	4.885.747
Circulante	1.524.679	1.387.615
Não circulante	3.238.676	3.498.132

O FAT – Depósitos Especiais é composto pelos seguintes programas:

FAT – Depósitos especiais	30/06/2025	31/12/2024
Fomentar	1.155.926	1.231.117
Pronaf	1.953.678	2.102.504
Infraestrutura	681.732	722.573
Total	3.791.336	4.056.194
Circulante	552.660	558.062
Não circulante	3.238.676	3.498.132

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa:

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	30/06/2025												
	Entra- das	Remuneração (Apropriação)				Recolhimento					Saldo		
		SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Princip al	Total	Dispo nível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA	-	5.762	24.067	-	29.829	5.498	23.939	-	41.233	70.670	99.623	582.109	681.732
Econômica-TADE n.º 06/2005	-	5.762	24.067	-	29.829	5.498	23.939	-	41.233	70.670	99.623	582.109	681.732
PRONAF:	-	2.938	5.346	90.942	99.226	3.335	5.577	94.712	144.431	248.055	42.851	1.910.827	1.953.678
Investimento-TADE n.º 19/2005	-	2.938	5.346	90.942	99.226	3.335	5.577	94.712	144.431	248.055	42.851	1.910.827	1.953.678
FAT FOMENTAR:	-	2.032	51	67.820	69.903	1.140	56	71.224	72.671	145.091	37.903	1.118.023	1.155.926
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	-	1.787	3	63.270	65.060	930	3	66.468	67.216	134.617	35.347	1.038.307	1.073.654
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	-	245	48	4.550	4.843	210	53	4.756	5.455	10.474	2.556	79.716	82.272
Total	-	10.732	29.464	158.762	198.958	9.973	29.572	165.936	258.335	463.816	180.377	3.610.959	3.791.336

12.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	30/06/2025			
	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP/TLP/Selic	Cambial		
Saldo no início do exercício	405.384.886	38.508.551	4.056.194	447.949.631
. Ingresso de recursos	14.183.410	-	-	14.183.410
. Variação cambial	-	(4.356.712)	-	(4.356.712)
. Provisão de juros	12.597.502	509.135	-	13.106.637
. Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	198.958	198.958
. Capitalização de juros	8.175.346	-	-	8.175.346
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(258.335)	(258.335)
. Pagamento de juros	(11.626.233)	(551.475)	(205.481)	(12.383.189)
. Movimentação cambial	1.625.409	(1.625.409)	-	-
Saldo no final do período	430.340.320	32.484.090	3.791.336	466.615.746

12.4. Análise da expectativa de pagamentos extraordinários ao FAT

O BNDES participa do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) e monitora regularmente a projeção do saldo da Reserva Mínima de Liquidez (RML) do FAT, estimada para três exercícios a frente, com base no Boletim de Informações Financeiras do FAT, elaborado bimestralmente pela Coordenação Geral de Gestão de Fundos do Ministério do Trabalho e Emprego. Caso seja detectado um eventual déficit considerando o cálculo estabelecido no parágrafo 4º do art.7º da Lei 8.019/90, incluído pela Lei nº 13.932 de 2019, o BNDES analisa a possibilidade de solicitação de pagamentos extraordinários ao FAT.

Tal análise considera o valor total de receitas do FAT, deduzidos: os repasses ao BNDES de que trata o parágrafo 1º do artigo 239 da Constituição Federal, e os valores necessários para o custeio do Programa de Seguro-Desemprego, o pagamento do Abono Salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica, conforme previsto no Boletim de Informações Financeiras do FAT para essas arrecadações e dispêndios durante o exercício.

Caso o valor total de receitas do FAT seja insuficiente para o pagamento de suas despesas, deverá ser verificado se o FAT possui valores em suas disponibilidades para cobrir o eventual déficit. Caso contrário, o FAT deverá solicitar o pagamento de valores extraordinários ao BNDES. Nesse caso, o FAT notifica o BNDES por meio de Ofício, solicitando o pagamento extraordinário, limitado ao valor da devolução máxima, previsto no art. 5º da Resolução CODEFAT nº 885/2020.

Nos primeiros seis meses de 2025, não houve pagamentos extraordinários ao FAT. E não se projeta até o final do exercício de 2025 a necessidade de pagamento extraordinário ao FAT Constitucional.

13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

Títulos	30/06/2025	31/12/2024
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.718	2.029.811
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	22.646.325	24.652.926
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	10.378.964	7.577.993
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	174.973	192.990
Total	33.201.980	34.453.720
Circulante	33.201.980	34.453.720
Não circulante	-	-

14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Os valores abaixo, referem-se aos saldos dos recursos recebidos para operacionalização dos fundos. A atualização desses saldos varia de acordo com o regulamento de cada fundo.

	30/06/2025	31/12/2024
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC)	24.848.214	13.772.287
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	18.877.512	22.013.194
Fundo Social	18.375.270	20.143.750
Fundo Amazônia (FA)	6.098.063	5.951.558
Fundo Rio Doce (FRDC)	5.482.813	-
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	3.728.802	4.772.585
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	3.394.960	3.351.122
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTELL)	1.208.761	-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	1.062.643	1.010.429
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	357.697	336.165
Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT)	297.012	-
Eco Invest (FNMC)	125.283	-
Outros	111.070	93.056
Total	83.968.100	71.444.146
Circulante	42.188.018	26.349.294
Não circulante	41.780.082	45.094.852

Fundo Social

Em 2024, o BNDES recebeu transferência de recursos do Fundo Social, no âmbito do artigo 27 da Lei nº 14.981, de 20 de setembro de 2024. O objetivo principal foi financiar o Programa Emergencial para o Rio Grande do Sul, oferecendo linhas de crédito para empresas e produtores que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul.

Em 30 de junho de 2025, o montante aplicado em operações de crédito era de R\$ 16.274.758 e o montante disponível de R\$ 2.100.511.

Fundo da Marinha Mercante – FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 30 de junho de 2025, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 18.219.804 e o percentual atrelado à moeda estrangeira era de 80% (82% em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, o montante de saldo disponível era de R\$ 657.708 em 30 de junho de 2025.

Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC

O BNDES atua como agente financeiro Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, com a finalidade de assegurar recursos para apoiar projetos ou estudos e financiar empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos

Em 30 de junho de 2025, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 3.892.667 e o montante de saldo disponível atualizado era de R\$ 19.978.448.

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527/2008, alterado pelos Decretos nº 8.773/2016, 10.223/2020 e 11.368/2023. O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do BNDES, sendo o BNDES responsável pela sua gestão e administração.

Fundo Rio Doce

O Fundo Rio Doce é um fundo de natureza privada, sendo a União o seu único cotista. O montante é oriundo do acordo judicial para reparação integral e definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Os recursos são destinados a projetos, ações e medidas compensatórias coletivas de natureza socioeconômica e socioambiental decorrentes da obrigação de pagar conforme previsto no acordo. Em 12 de março de 2025 foi emitido o Decreto nº 12.425, o qual regula o fundo, em consonância com o acordo judicial. O BNDES atua como administrador do Fundo Rio Doce, conforme previsto pelo acordo judicial e pelo decreto mencionado.

Informações adicionais sobre os fundos podem ser verificadas por meio do seu site:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais>,

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima>,

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-amazonia> e

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-rio-doce>.

15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITOS

	30/06/2025	31/12/2024
Debêntures	329.133	401.583
Letras de Crédito do Agronegócio	4.560.791	2.552.937
Letras de Crédito do Desenvolvimento	17.567.457	9.821.179
Total	22.457.381	12.775.699
Circulante	7.889.729	7.588.649
Não circulante	14.567.652	5.187.050

15.1. Emissões de debêntures

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES está demonstrado a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
3ª emissão de debêntures simples do BNDES		
1ª série		
Principal corrigido (TR)	70.382	85.855
Juros provisionados (6% a.a.)	147	199
2ª série		
Principal corrigido (TR)	70.382	85.855
Juros provisionados (6% a.a.)	147	199
3ª série		
Principal corrigido (TR)	70.382	85.855
Juros provisionados (6% a.a.)	147	199
4ª série		
Principal corrigido (TR)	70.382	85.855
Juros provisionados (6% a.a.)	147	199
5ª série		
Principal corrigido (TR)	46.919	57.235
Juros provisionados (6% a.a.)	98	132
Total	329.133	401.583
Circulante	152.105	151.036
Não circulante	177.028	250.547

15.2. Letras de crédito do agronegócio (LCA)

Nos exercícios de 2024 e 2025, o BNDES emitiu Letras de Crédito do Agronegócio, com prazo de 1 ano, por meio de oferta privada.

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	30/06/2025	31/12/2024
Valores de emissão (Principal)	2025	1.100.000	2.408.398
	2026	1.300.000	-
	2028	2.000.000	-
Juros provisionados		160.791	144.539
Total		4.560.791	2.552.937
Circulante		2.558.742	2.552.937
Não circulante		2.002.049	-

15.3. Letras de crédito do desenvolvimento (LCD)

A LCD foi instituída por meio da Lei nº 14.937, de 26 de julho de 2024. É um título de crédito de emissão exclusiva por bancos de desenvolvimento autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Tem como objetivo ampliar os mecanismos utilizados por estes bancos para financiar projetos de infraestrutura, indústria, inovação, micro, pequenas e médias empresas, impacto socioambiental, entre outras iniciativas que promovem o acesso ao desenvolvimento sustentável.

Em dezembro de 2024, o BNDES iniciou suas emissões de LCD, com prazos de até 5 anos e taxa de juros pós fixada referenciada a taxa DI.

As LCD emitidas pelo BNDES não contam com garantia real ou fidejussória, mas contam com a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, conforme previsto na Resolução CMN nº 5.169, de 22/08/2024.

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	30/06/2025	31/12/2024
Valores de emissão (Principal)	2025	4.849.969	4.849.937
	2026	74.854	74.805
	2027	199.673	199.609
	2028	209.498	209.428
	2029	5.725.999	4.419.437
	2030	5.653.920	-
Juros provisionados		853.544	67.963
Total		17.567.457	9.821.179
Circulante		5.178.882	4.884.676
Não circulante		12.388.575	4.936.503

16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações por depósitos a apropriar	399.888	2.175.547
Vinculadas ao Tesouro Nacional	35.500	31.614
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar (Nota Explicativa n.º 21.5)	6.668.736	6.267.069
Operações financeiras a liquidar	504.428	73.172
Compromissos de crédito a liberar - provisão	-	318.840
Garantias financeiras prestadas - provisão	13.163	3.100
Rendas antecipadas - garantias prestadas	14.655	16.509
Outras	535.111	415.478
Total	8.171.481	9.301.329
Circulante	8.102.439	8.908.422
Não circulante	69.042	392.907

16.1. Obrigações por depósitos a apropriar

	30/06/2025	31/12/2024
Acordo Bacia do Rio Doce	-	1.906.772
Depósitos para liquidação de operações de crédito	267.403	104.539
Depósitos do AFRMM – conta especial e conta bloqueada	56.549	52.401
Outros	75.936	111.835
Total	399.888	2.175.547
Circulante	399.888	2.175.547
Não circulante	-	-

Acordo Bacia do Rio Doce

Refere-se ao valor inicial recebido pelo BNDES do acordo judicial para reparação integral e definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Os recursos serão destinados a projetos, ações e medidas compensatórias coletivas de natureza socioeconômica e socioambiental decorrentes da obrigação de pagar conforme previsto no acordo. Os recursos ficarão sob gestão da União Federal e serão depositados em um fundo privado, denominado “Fundo Rio Doce”. Em 12 de março de 2025 foi emitido o Decreto nº 12.425, o qual regula o fundo a ser instituído, em consonância com o acordo judicial. O Fundo Rio Doce será instituído pelo BNDES, conforme previsto pelo acordo judicial e pelo decreto mencionado.

16.2. Operações de arrendamento mercantil

Apresentamos abaixo a movimentação no período, dos ativos de direito de uso dos imóveis, equipamentos e veículos, e as correspondentes obrigações.

a) Ativos de Direito de uso

	30/06/2025			
	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo no início do exercício	44.059	523	-	44.582
Adições por novos contratos	-	2.778	12.736	15.514
Ajuste por remensuração	2.387	-	-	2.387
Rescisão de contrato	-	(523)	-	(523)
Depreciação	(2.503)	(253)	-	(2.756)
Saldo no final do período	43.943	2.525	12.736	59.204

	31/12/2024		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	40.776	761	41.537
Adições por novos contratos	7.101	-	7.101
Ajuste por remensuração	2.284	47	2.331
Depreciação	(6.102)	(285)	(6.387)
Saldo no final do exercício	44.059	523	44.582

Os saldos apresentados neste quadro estão registrados na rubrica "Imobilizado" no balanço patrimonial. Os ajustes por remensuração referem-se aos contratos que tiveram os valores de suas prestações corrigidos. Destacamos que um contrato de locação de veículos foi encerrado no período, sendo substituído por um novo contrato de locação de veículos.

b) Arrendamentos a pagar

	30/06/2025			
	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo no início do exercício	54.472	627	-	55.099
Adições por novos contratos	-	2.778	12.736	15.514
Rescisão de contrato	-	(627)	-	(627)
Ajuste por remensuração	2.387	-	-	2.387
Juros Apropriados	2.378	188	-	2.566
Pagamentos	(4.674)	(411)	-	(5.085)
Saldo no final do período	54.563	2.555	12.736	69.854
Circulante				13.975
Não circulante				55.879

	31/12/2024		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	49.880	854	50.734
Adições por novos contratos	7.101	-	7.101
Ajuste por remensuração	2.284	47	2.331
Juros Apropriados	5.129	90	5.219
Pagamentos	(9.922)	(364)	(10.286)
Saldo no final do exercício	54.472	627	55.099
Circulante			9.223
Não circulante			45.876

Um contrato de locação de veículos foi encerrado no período, sendo substituído por um novo contrato. Foi efetuado o registro de um contrato de *leasing* de equipamentos no mês de junho.

16.3. Garantias financeiras e provisão para garantias financeiras prestadas

Tipo de Garantia Financeira	Garantias Prestadas		Provisão	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Outros Avais	15.687	33.116	6.992	417
Outras Fianças Bancárias	456.814	394.156	6.171	2.683
Total	472.501	427.272	13.163	3.100

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas segue os critérios estabelecidos para apuração da perda esperada de instrumentos financeiros, baseada no modelo de 3 estágios descrito na Nota Explicativa nº 32.1.5.

Movimentação da provisão para garantias prestadas

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	3.100	14.787
Constituição (Reversão)	10.063	(11.687)
Saldo no final do período	13.163	3.100

16.4. Rendas antecipadas – garantias prestadas

Referem-se as rendas de comissão recebidas antecipadamente pelo BNDES pela prestação de garantias financeiras que serão apropriadas ao resultado pelo regime de competência.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. O BNDES e suas controladas estão sujeitos às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15 % + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
Contribuição para o PIS/PASEP ⁽¹⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽¹⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ Para as empresas não financeiras optantes pelo lucro real, e que seguem o método não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65%, e da COFINS é de 7,6%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

Detalhes sobre legislação e contabilização de tributos estão na Nota Explicativa n.º 32.14.

17.1. Demonstração da Despesa e Passivo de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, apurados conforme alíquotas nominais, e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Resultado antes da tributação sobre o lucro	6.273.533	9.127.091	11.265.274	14.400.253
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(2.823.091)	(4.107.191)	(5.069.373)	(6.480.114)
Ajustes	3.526.334	3.381.918	2.765.352	4.665.451
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	(260.717)	(4.603)	(1.614.333)	515.984
· Equivalência Patrimonial e Dividendos recebidos de coligadas	749.532	939.906	1.024.642	1.375.172
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	333.805	384.281	257.835	495.928
· Juros sobre o capital próprio	2.542.204	1.961.214	2.542.204	1.961.214
· Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	36.830	49.834	64.262	84.781
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	(29.793)	(48.437)	(2.749)	(43.507)
· Outras diferenças permanentes	154.473	99.723	493.491	275.879
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	703.244	(725.273)	(2.304.021)	(1.814.663)
· Tributos Correntes	(2.439.352)	(1.024.172)	(4.501.268)	(3.284.653)
· Tributos Diferidos	3.142.596	298.899	2.197.247	1.469.990
Alíquota Efetiva	-11,21%	7,95%	20,45%	12,60%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

IRPJ e CSLL Devido

	30/06/2025	31/12/2024
Tributos correntes reconhecidos no resultado	4.501.268	4.916.973
Tributos correntes reconhecidos no Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	-	54.661
Total tributos correntes	4.501.268	4.971.634
Ajustes de exercícios anteriores	-	(186)
Tributos correntes devidos no período	4.501.268	4.971.448
(-) Antecipações	(798.288)	(2.741.689)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	3.702.980	2.229.759
Outros Tributos ⁽²⁾	781.870	454.234
Obrigações fiscais correntes	4.484.850	2.683.993

⁽¹⁾ Refere-se aos tributos sobre o ganho na alienação de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), reconhecidos diretamente em Lucros acumulados.

⁽²⁾ Referem-se, principalmente, aos tributos incidentes sobre a Folha de Pagamento (IRRF, Previdência Social e FGTS) e ao PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre o Resultado da Intermediação Financeira.

17.2. Ativos fiscais diferidos e Obrigações fiscais diferidas

a) Movimentação dos Ativos fiscais diferidos e Obrigações fiscais diferidas, por natureza e origem:

Ativo	31/12/2024	Constituição	Realização	30/06/2025	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
Provisão para perdas de crédito	5.361.069	3.870.309	(4.693.680)	4.537.698	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.911.094	-	(758.266)	4.152.828	Alienação de títulos
Ajuste a Valor Justo de Instrumentos financeiros	933.447	354.630	(1.288.077)	-	Alienação de títulos
Provisão para ações trabalhistas, cíveis e fiscais	651.278	34.208	(47.933)	637.553	Decisão judicial definitiva
Participação dos empregados no lucro	135.436	1.640	(135.436)	1.640	Pagamento
Créditos Diferidos – Transição Lei nº 14.467/22	-	600.304	-	600.304	1/84 avos a partir de 2026
Prejuízo fiscal IRPJ / Base negativa CSSL	-	1.089.058	-	1.089.058	Lucros futuros
Ágio amortizado	88.312	2.833	(8.896)	82.249	Alienação de títulos
Outros	680.032	114.643	(61.166)	733.509	
Subtotal	12.760.668	6.067.625	(6.993.454)	11.834.839	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	502.387	-	-	502.387	Alienação de títulos
Perda atuarial – PAS	499	6.886	(3.390)	3.995	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	502.886	6.886	(3.390)	506.382	
Total dos Ativos fiscais diferidos	13.263.554	6.074.511	(6.996.844)	12.341.221	

Passivo	31/12/2024	Constituição	Realização	30/06/2025	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(4.696.917)	(671.337)	3.395.163	(1.973.091)	Recebimento ou efetivação da perda
Outros	(9.952)	-	(24.328)	(34.280)	
Subtotal	(4.706.869)	(671.337)	3.370.835	(2.007.371)	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	(13.971.831)	(634.369)	-	(14.606.200)	Alienação de títulos
Ganho atuarial – PAS	(920.076)	-	129.982	(790.094)	
Subtotal	(14.891.907)	(634.369)	129.982	(15.396.294)	
Total das Obrigações fiscais diferidas	(19.598.776)	(1.305.706)	3.500.817	(17.403.665)	

b) Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas:

	31/12/2024	Efeito no Resultado	Efeito no PL	30/06/2025
Ativos fiscais diferidos	13.263.554	(925.829)	3.496	12.341.221
Obrigações fiscais diferidas	(19.598.776)	2.699.498	(504.387)	(17.403.665)
Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas	(6.335.222)	1.773.669	(500.891)	(5.062.444)

	31/12/2023	Efeito no Resultado	Efeito no PL	30/06/2024
Créditos tributários diferidos	10.784.570	1.014.253	3.580	11.802.403
Débitos tributários diferidos	(18.384.986)	490.824	(666.762)	(18.560.924)
Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas	(7.600.416)	1.505.077	(663.182)	(6.758.521)

c) Expectativa de realização dos ativos e obrigações fiscais diferidas:

	30/06/2025				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2025	1.640.869	13,3%	(588.595)	3,4%	1.052.274
2026	1.639.817	13,3%	(1.085.687)	6,2%	554.130
2027	2.222.650	18,0%	(1.856.084)	10,7%	366.566
2028	1.560.925	12,6%	(1.441.246)	8,3%	119.679
2029	920.396	7,5%	(1.817.594)	10,4%	(897.198)
2030 a 2034	4.356.564	35,3%	(8.695.104)	50,0%	(4.338.540)
Após 2034	-	0,0%	(1.919.355)	11,0%	(1.919.355)
Total	12.341.221	100,0%	(17.403.665)	100,0%	(5.062.444)

	31/12/2024				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2024	1.540.176	11,6%	(2.772.578)	14,1%	(1.232.402)
2025	2.820.690	21,3%	(1.491.812)	7,6%	1.328.878
2026	2.071.251	15,6%	(1.578.642)	8,1%	492.609
2027	1.545.724	11,7%	(1.454.843)	7,4%	90.881
2028	984.104	7,4%	(1.469.129)	7,5%	(485.025)
2029 a 2033	4.301.609	32,4%	(9.544.403)	48,7%	(5.242.794)
Após 2033	-	0,0%	(1.287.369)	6,6%	(1.287.369)
Total	13.263.554	100,0%	(19.598.776)	100,0%	(6.335.222)

17.3. Ativos fiscais correntes

	30/06/2025	31/12/2024
IRPJ/CSLL a compensar	1.380.067	727.768
Imposto de renda retido na fonte	245.418	260.559
Outros	8.640	9.108
Total	1.634.125	997.435
Circulante	1.634.125	997.435

18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e a política do sistema BNDES para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 32.12.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

	30/06/2025	31/12/2024
Trabalhistas	190.894	189.450
Cíveis	1.574.968	1.522.045
Fiscais	64.772	74.897
Total	1.830.634	1.786.392
Circulante	-	-
Não circulante	1.830.634	1.786.392

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	30/06/2025			31/12/2024		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Até 1 ano	-	-	-	-	-	-
Entre 1 e 2 anos	64.114	2.299	-	61.863	2.254	-
Entre 2 e 3 anos	75.165	317.953	7.763	77.689	302.441	7.610
Entre 3 e 5 anos	49.919	1.248.368	-	48.265	1.211.529	-
Entre 5 e 10 anos	1.696	6.348	57.009	1.633	5.821	-
Após 10 anos	-	-	-	-	-	67.287
Total	190.894	1.574.968	64.772	189.450	1.522.045	74.897

O efeito no resultado dessas provisões está resumido no quadro abaixo:

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Constituições de provisões	(46.631)	(124.288)	(105.502)	(210.123)
Reversões de provisões	14.040	92.700	20.595	95.585
(Reversão) constituição de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	(32.591)	(31.588)	(84.907)	(114.538)

a) Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 160 processos judiciais (158 em 31 de dezembro de 2024), referentes principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas nos períodos:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	189.450	171.071
Pagamentos	(28.574)	(13.963)
Constituições	37.451	46.168
Reversões	(7.433)	(13.826)
Saldo no final do período	190.894	189.450

Em 30 de junho de 2025, havia 23 processos judiciais em andamento (18 em 31 de dezembro de 2024), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 369.098 (R\$ 65.943 em 31 de dezembro de 2024).

b) Provisões cíveis

Em 30 de junho de 2025, as provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 31 processos (31 em 31 de dezembro de 2024), cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, além daqueles acerca de questões contratuais, sendo o principal pleito uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Movimentação das provisões cíveis nos períodos:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	1.522.045	2.434.013
Pagamentos	-	(657.050)
Constituições	53.896	181.035
Reversões	(973)	(435.953)
Saldo no final do período	1.574.968	1.522.045

Em 30 de junho de 2025, havia 37 processos judiciais em andamento (39 em 31 de dezembro de 2024), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 67.860 (R\$ 101.904 em 31 de dezembro de 2024).

c) Provisões fiscais

Em 30 de junho de 2025, as provisões fiscais refletem a classificação de risco de perda provável sobre 2 processos (2 em 31 de dezembro de 2024), referente a compensação de créditos fiscais.

Movimentação das provisões fiscais nos períodos:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	74.897	11.224
Pagamentos	(12.092)	(1.340)
Constituições	14.156	85.786
Reversões	(12.189)	(20.773)
Saldo no final do período	64.772	74.897

Em 30 de junho de 2025, havia 6 processos judiciais em andamento (4 em 31 de dezembro de 2024) classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.114.462 (R\$ 1.242.129 em 31 de dezembro de 2024).

19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB e Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS e Novo PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 32.13.

19.1. Passivo atuarial - Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Passivo atuarial – PBB	1.552.243	1.623.958
Passivo atuarial – PAS	3.199.384	2.860.695
Total	4.751.627	4.484.653
Circulante	208.565	683.918
Passivo atuarial – PBB	88.519	572.434
Passivo atuarial – PAS	120.046	111.484
Não circulante	4.543.062	3.800.735
Passivo atuarial – PBB	1.463.724	1.051.524
Passivo atuarial – PAS	3.079.338	2.749.211

19.1.1. Planos de aposentadoria complementar

19.1.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 31 de maio de 2025 e atualizada até 30 de junho de 2025:

	30/06/2025	31/12/2024
Valor presente da obrigação atuarial	18.402.630	18.080.419
Valor justo dos ativos do plano	(15.298.144)	(14.832.503)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	3.104.486	3.247.916
Efeito do compartilhamento de risco	(1.552.243)	(1.623.958)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	1.552.243	1.623.958

O BNDES adota o compartilhamento de risco com participantes ativos e assistidos, no custeio do benefício de previdência complementar oferecido a seus empregados. Dessa forma, o passivo atuarial do PBB, ou valor da obrigação pós-emprego de Benefício Definido (BD) reconhecido em suas demonstrações contábeis, corresponde ao montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberta pelo valor justo dos ativos do plano de benefício previdencial.

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	30/06/2025	31/12/2024
Valor presente no início do exercício	18.080.419	20.385.285
Custo do serviço corrente	211.267	566.553
Custo de juros	965.067	2.070.414
Contribuição dos participantes do plano	75.062	144.930
Benefícios pagos	(495.419)	(969.139)
Perdas (ganhos) atuariais	(433.766)	(4.117.624)
Mudança de premissas (crescimento salarial)	-	40.991
Mudança de premissas (taxa de desconto)	179.216	(3.654.082)
Mudança de premissas (reajuste salarial)	-	758.753
Ajuste de experiência	(612.982)	(1.263.286)
Valor presente no final do período	18.402.630	18.080.419

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.1.3.

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	30/06/2025	31/12/2024
Valor justo no início do exercício	14.832.503	15.255.607
Receita de juros	784.876	1.510.256
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(34.951)	(1.371.784)
Contribuições recebidas do empregador ⁽¹⁾	136.073	262.633
Contribuições recebidas dos participantes	75.062	144.930
Benefícios pagos	(495.419)	(969.139)
Benefícios brutos	(562.472)	(1.100.848)
Contribuições descontadas dos assistidos ⁽²⁾	67.053	131.709
Valor justo no final do período	15.298.144	14.832.503

⁽¹⁾ Correspondem a contribuições para ativos e assistidos e aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 baixados no primeiro semestre de 2025, conforme seção "Contas a Pagar – FAPES".

⁽²⁾ Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 142.115.

A contribuição estimada com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 281.672.

A duração média da obrigação atuarial é de 14,27 anos em 30 de junho de 2025 (14,08 anos em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES na data-base de 30 de junho de 2025 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PBB	1.309.659	1.322.467	1.337.430	2.710.789	7.132.945	64.886.483	78.699.773

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2024 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PBB	1.313.608	1.322.243	1.337.871	2.712.611	7.076.047	64.864.695	78.627.075

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Custo do serviço corrente (patronal)	(54.161)	(69.264)	(105.634)	(135.607)
Custo líquido dos juros	(44.499)	(60.468)	(86.454)	(116.954)
Subtotal	(98.660)	(129.732)	(192.088)	(252.561)
Contribuições recebidas do empregador	136.073	65.777	136.073	131.052
Total	37.413	(63.955)	(56.015)	(121.509)

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes	30/06/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	3.742.411	2.513.311
Ganhos (Perdas) atuariais	433.766	4.117.624
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(34.951)	(1.371.784)
Saldo no final do período	4.141.226	5.259.151
Efeito do compartilhamento de risco ⁽¹⁾	(271.086)	(1.516.740)
Efeito da baixa dos contratos de dívida ⁽²⁾	(1.695.809)	-
Saldo no final do período (com compartilhamento de risco)	2.174.331	3.742.411

⁽¹⁾ Variação do efeito do compartilhamento de risco nos exercícios findos.

⁽²⁾ Correspondem aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 baixados no primeiro trimestre de 2025, conforme seção "Contas a Pagar – FAPES".

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	30/06/2025				31/12/2024			
	Nível1	Nível2	Nível3	Total	Nível1	Nível2	Nível3	Total
Fundos de investimento	-	13.416.198	509.781	13.925.979	-	13.171.047	464.271	13.635.318
Multimercado	-	13.416.198	-	13.416.198	-	13.171.047	-	13.171.047
Participações	-	-	509.781	509.781	-	-	464.271	464.271
Imóveis ⁽¹⁾	-	-	886.142	886.142	-	-	864.968	864.968
Locados a terceiros	-	-	841.705	841.705	-	-	820.967	820.967
Locados aos patrocinadores	-	-	44.437	44.437	-	-	44.001	44.001
Empréstimos e financiamentos	-	-	495.923	495.923	-	-	476.574	476.574
Subtotal	-	13.416.198	1.891.846	15.308.044	-	13.171.047	1.805.813	14.976.860
Outros ativos não avaliados a valor justo ⁽²⁾				98.262				99.495
Outras deduções ⁽³⁾				(227.626)				(330.889)
Total em 31/05/2025 e 30/11/2024				15.178.680				14.745.466
Atualização de data-base ⁽⁴⁾				119.464				87.037
Total				15.298.144				14.832.503

⁽¹⁾ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 4,649 em 30 de junho de 2025 (R\$ 4.647 em 31 de dezembro de 2024).

⁽²⁾ Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

⁽³⁾ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

⁽⁴⁾ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 31/05/2025 para 30/06/2025. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 30/06/2025.

Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada, em 30 de junho de 2025, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,5% a.a.	(957.444)	-5,20%
Redução de 0,5% a.a.	1.055.614	5,74%
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(1.828.576)	-9,94%
Redução de 1% a.a.	2.223.308	12,08%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	336.958	1,83%
Redução de 1 ano na idade	(347.754)	-1,89%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	540.771	2,94%
Redução de 1% a.a.	(484.658)	-2,63%

Contas a Pagar FAPES

Em 09/10/2024, foi assinado acordo entre o Sistema BNDES, a FAPES e o TCU, encerrando controvérsias administrativas. Gradativamente estão sendo encerrados os processos judiciais e administrativos, inclusive os referidos processos TC 029.845/2016-5 (contratos de confissão de dívida - CCD - de 2002 e 2004) e TC 011.488/2020-4 (processo onde seria monitorada a devolução dos valores referentes aos aportes de 2009 e 2010). O Acordo prevê, além do encerramento dos referidos processos, resumidamente: (i) a migração incentivada do PBB para um novo plano de contribuição definida até setembro de 2026; e (ii) a devolução ao BNDES, em até 360 (trezentos e sessenta) meses após a conclusão do processo de migração, do valor do ativo contingente a ser apurado ao final do exercício.

Em março de 2025, foram baixados os contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004, cujas amortizações estavam suspensas. Tal baixa foi amparada nos termos do acordo celebrado entre as empresas do Sistema BNDES e FAPES, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos ("SecexConsenso") do TCU.

O efeito da baixa está descrito na Nota Explicativa n.º 22.3.

Considerações adicionais

(a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30/12/2014, a Administração do BNDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26/07/2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança (Processo judicial n.º 0097562-78.2016.4.02.5101). Em 24/11/2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiavam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31/01/2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema

BNDES apresentou contestação. Em 03/05/2018, em provas, o BNDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 23ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência e, em 14/08/2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O BNDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27/08/2020, a juíza titular da 29ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A FAPES recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09/12/2021, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo. Manifestação da União concordando com a defesa dos Réus. O processo estava em fase de produção de prova pericial. Em 29/01/2024, o processo foi suspenso por 180 dias, tendo em vista as tratativas entre as partes para celebração de acordo no âmbito da SECEXConsenso. Cumpre informar que, em 18/09/2024, foi aprovado pelo Plenário do TCU o acordo entre o Sistema BNDES, a FAPES e o TCU. O Acordo prevê, dentre outras providências, o fim dos litígios administrativos e judiciais relacionados a valores aportados pelo BNDES no PBB. Diante disso, em 08/01/2025, foi protocolada petição conjunta, pela FAPES e pelas empresas do Sistema BNDES, visando à homologação do referido acordo no processo judicial e à consequente extinção da ação. Em 18/02/2025, foi proferida sentença de homologação do Acordo nos autos com a consequente extinção do processo com resolução do mérito.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado. Com a decisão de homologação do acordo Consenso TCU e de extinção do processo, o valor envolvido na causa, classificado como de risco de perda remoto, foi zerado para encerramento da ficha.

(b) Plano de ação para devolução dos valores aportados no PBB em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU.

Em 2019, a FAPES ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010 (Processo judicial n.º 5028499-70.2019.4.02.5101). O BNDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22/08/2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ato contínuo, a FAPES apresentou defesa contra os pedidos de restituição dos aportes. Em 28/10/2022, foi proferida sentença de primeira instância tendo sido rejeitado o pedido da ação proposta pela FAPES contra o BNDES e União e acolhido o pedido do BNDES e União para condenar a FAPES na devolução de todos os 3 (três) aportes unilateralmente perpetrados pelo BNDES, BNDESPAR e a FINAME, no valor de R\$ 395,2 milhões (junho de 2009), R\$ 11,5 milhões (julho de 2010), e R\$ 40,9 milhões (agosto de 2010), de forma proporcional ao que foi desembolsado por cada empresa, corrigidos da data de sua realização até o efetivo pagamento pela rentabilidade da reconvinada (FAPES). Em 14/11/2022, a FAPES interpôs recurso de Embargos de Declaração. Embargos de Declaração não acolhidos. Em 27/02/2023, sentença confirmada em instância. Em 30/03/2023, FAPES interpôs recurso de apelação. BNDES/FINAME/BNDESPAR apresentaram contrarrazões. Em 15/06/2023, os autos foram remetidos à segunda instância (TRF2). Em 10/08/2023, manifestação do MPF (Parecer) pelo conhecimento e não provimento da apelação da FAPES. Em 12/01/2024, as partes peticionaram em conjunto requerendo a suspensão do feito, tendo em vista suas tratativas para celebração de acordo no âmbito da SECEXConsenso. Cumpre informar que, em 18/09/2024, foi aprovado pelo Plenário do TCU o acordo entre o Sistema BNDES, a FAPES e o TCU. O Acordo

prevê, dentre outras providências, o fim dos litígios administrativos e judiciais relacionados a valores aportados pelo BNDES no PBB. Diante disso, em 06/01/2025, foi protocolada petição conjunta, pela FAPES e pelas empresas do Sistema BNDES, visando à homologação do referido acordo no processo judicial e à consequente extinção da ação. Aguarda-se sentença homologatória.

Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, sendo assim, não contabilizado.

Observa-se que, além da extinção do processo n.º 0097562-78.2016.4.02.5101, o Acordo TCU/Consenso foi também homologado nos 3 (três) processos de execução dos contratos de confissão de dívida (CCDs) firmados nos anos de 2002 e 2004 entre a FAPES e as empresas do Sistema BNDES (processos n.º 5096101-44.2020.4.02.5101, 0306553-84.2020.8.19.0001 e 5096085-90.2020.4.02.5101), restando pendente de decisão homologatória e extinção apenas o processo n.º 5028499-70.2019.4.02.5101 (item “b” acima).

19.1.1.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em 08/12/2022 e aberto para adesões a partir de 19/12/2022. Até 30/06/2025, houve 267 adesões, tendo ampliado o número de participantes do PBCD, a partir de abril de 2025, com a admissão de novos empregados aprovados no Concurso de Seleção Pública de 2024. O plano foi estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), em todas as suas fases e benefícios, com a obrigação do Patrocinador limitada à paridade com as contribuições básicas de, no mínimo, 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes ativos. Em 2025, foram aportados R\$ 977 no PBCD, pelo BNDES, em paridade com a contribuição básica dos participantes ativos inscritos no Plano CD (incluindo os repasses de competência junho de 2025), acumulando patrimônio de cobertura do plano de pouco mais de R\$ 8,6 milhões (considerando a referência do último balancete disponível, de maio de 2025).

Os benefícios de aposentadoria programada do PBCD serão pagos na forma de renda mensal, calculada com base no saldo da conta individual de cada participante. No momento da concessão da aposentadoria, o participante poderá optar por sacar à vista até 25% de seu saldo de conta. O valor remanescente será transformado em renda pelas regras do plano, dentre as 3 (três) opções a seguir: (1) percentual do saldo remanescente, entre 0,25% a 2% do saldo de conta, variando em intervalos de 0,25%, pagos mensalmente; (2) prazo determinado, entre 5 e 30 anos, variando em intervalos de 1 ano, para pagamentos mensais; ou (3) equivalência atuarial, renda mensal recalculada atuarial e anualmente a partir da data da concessão, enquanto houver saldo de conta – ou seja, até atingir o limite do valor mínimo de benefício, a ser pago em parcela única, e confirmar o esgotamento da conta individual e da condição de beneficiário. Portanto, não há risco atuarial nem de investimento recaindo aos Patrocinadores e não gera obrigação pós-emprego.

19.1.2. Planos de assistência à saúde

19.1.2.1. Plano de Assistência e Saúde - PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	30/06/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações não fundeadas	3.199.384	2.860.695
Passivo líquido	3.199.384	2.860.695

A movimentação no saldo da obrigação durante o período é demonstrada a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	2.860.695	3.782.754
Custo do serviço corrente	40.845	126.887
Custo de juros da obrigação	153.721	389.850
Benefícios pagos	(64.462)	(154.439)
Perdas (Ganhos) atuariais	208.585	(1.284.357)
Mudança de premissas de custos (VCMH) ⁽¹⁾	-	(11.853)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	39.151	(734.705)
Ajuste de experiência	169.434	(537.799)
Saldo no final do período	3.199.384	2.860.695

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.1.3.

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Custo do serviço corrente	(20.942)	(31.024)	(40.845)	(60.741)
Custo dos juros da obrigação	(79.443)	(88.436)	(153.721)	(171.525)
Subtotal	(100.385)	(119.460)	(194.566)	(232.266)
Benefícios pagos	32.384	41.881	64.462	88.881
Total	(68.001)	(77.579)	(130.104)	(143.385)

Os valores brutos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

Outros resultados abrangentes – PL	30/06/2025	31/12/2024
Saldo do início do exercício	1.924.436	640.079
Ganhos (Perdas) atuariais	(208.585)	1.284.357
Saldo no final do período	1.715.851	1.924.436

As contribuições esperadas do BNDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 147.986 (R\$ 138.827 em 31 de dezembro de 2024).

A duração média da obrigação atuarial é de 18,3 anos em 30 de junho de 2025 (17,88 anos em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES na data-base de 30 de junho de 2025 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 e 2 anos	2 e 3 anos	3 e 5 anos	5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PAS	147.896	154.244	163.358	348.968	1.016.335	17.907.500	19.738.301

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2024 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 e 2 anos	2 e 3 anos	3 e 5 anos	5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PAS	138.827	147.621	153.018	328.063	941.181	16.303.122	18.011.832

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada, em 30 de junho de 2025, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,5% a.a.	(207.681)	-6,49%
Redução de 0,5% a.a.	233.107	7,29%
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(393.392)	-12,30%
Redução de 1% a.a.	495.751	15,50%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	90.935	2,84%
Redução de 1 ano na idade	(91.857)	-2,87%
Taxa de variação dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	508.425	15,89%
Redução de 1% a.a.	(408.289)	-12,76%

19.1.2.2. Novo Plano de Assistência e Saúde – Novo PAS

A partir de abril de 2025, com a admissão de novos empregados aprovados no Concurso de Seleção Pública de 2024, entrou em operação o Novo PAS, plano privado de assistência à saúde, instituído na modalidade autogestão, destinado aos empregados que ingressaram no BNDES a partir de 19/03/2018 (quando o PAS foi fechado para novas adesões), nos termos de seu Regulamento alterado pela Resolução DIR n.º 4.306/2024-BNDES, de 28/11/2024, e registrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 28/01/2025.

O custeio do Novo Plano é feito por meio de cobrança de mensalidade e coparticipação dos beneficiários, sendo a mensalidade compartilhada com o BNDES, durante a permanência do vínculo empregatício. Conforme previsão regulamentar, ao término do vínculo, o ex-empregado e seus dependentes que optarem por permanecer como beneficiários do Novo PAS devem arcar com 100% da mensalidade.

Até junho de 2025, foram registradas adesões de 178 empregados como beneficiários titulares, com inscrição de 93 dependentes, totalizando 271 vidas cobertas pelo Novo PAS. Considerando que ainda não há ex-empregados titulares, não há custo incorrido pelo grupo familiar dessa classe de beneficiários, nem há, por decorrência, requisito para estudo de suficiência do custeio desse grupo, até o presente momento. Portanto, por ora, para o BNDES, não há obrigação de benefício pós-emprego decorrente do Novo PAS.

19.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	30/06/2025	31/12/2024
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,16% a.a.	3,16% a.a.
Grupo Apoio	3,13% a.a.	3,13% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,77% a.a.	6,77% a.a.
Grupo Apoio	6,74% a.a.	6,74% a.a.
Taxa de desconto nominal	10,84% a.a.	10,84% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,84% a.a.	10,84% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	3,63% a.a.	3,63% a.a.
Taxa nominal de tendência dos custos médicos	7,26% a.a.	7,26% a.a.

Para a data-base de 30/06/2025, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 7,00% a.a., correspondente à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA), do dia 20/06/2025, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 4.032 dias úteis (16 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo vértice registrou taxa de 6,93% a.a. em 30/06/2025, representando redução de 0,07 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

Em 31/12/2024, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 7,09% a.a., correspondente à taxa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA), do dia 20/12/2024, divulgada pela Anbima, correspondente ao vértice de 3.096 dias úteis (15,5 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial anterior. O mesmo vértice registrou taxa de 7,33% a.a. em 31/12/2024, representando redução de 0,24 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

19.1.4. Processos Judiciais e Contingências da FAPES

		30/06/2025		31/12/2024	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	28.401	160	25.365	56
	Quantidade	27	7	18	3
Classificação: Possível	Valor	26.920	339	29.130	344
	Quantidade	59	7	58	10

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 28.401 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 160 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Conforme IAS 37, para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 26.920 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação

de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 339 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

19.2. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Vale transporte	22	21	33	38
Vale-refeição	22.202	18.368	43.232	38.721
Assistência Educacional	9.810	9.277	19.239	18.249
Total	32.034	27.666	62.504	57.008

20. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2025	31/12/2024
Provisão de desembolso - Fundo Social	522.887	601.774
Provisão de desembolso - FUNTEC	175.500	113.194
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	15.116	17.116
Participação Resultado - empregados (Nota Explicativa n.º 23.7)	-	327.753
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 23.7)	3.120	5.865
Obrigações trabalhistas (pessoal)	561.071	473.998
Outras	69.834	60.308
Total	1.347.528	1.600.008
Circulante	1.345.382	1.596.303
Não circulante	2.146	3.705

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R\$ 150.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do exercício prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorrida em 28 de abril de 2025, aprovou um aumento do capital social, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, no montante de R\$ 10.027.309, referente à parcela da destinação dos lucros do exercício de 2024, sem emissão de novas ações. Assim, o capital passou a ser de R\$ 109.001.243.

21.2. Instrumentos elegíveis ao capital principal

Em 30 de junho de 2025 havia um contrato de dívida celebrado com a União que compõe o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumento Elegível ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.955/2021:

- Contrato n.º 963/PGFN/CAF - Instrumento de novação e confissão de dívida celebrado em junho de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 8.731.760.

Esse contrato não possui vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do BACEN.

Composição e movimentação dos instrumentos:

Remuneração	N.º do contrato (STN)	Patrimônio líquido			Passivo			
		31/12/2024	Amortização	30/06/2025	31/12/2024	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	30/06/2025
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	8.731.760	-	8.731.760	348.016	142.804	(364.520)	126.300
Circulante					348.016			126.300
Não circulante					-			-

21.3. Reservas de lucros

A composição do saldo de Reservas de lucros é apresentada a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Reserva legal	11.939.378	11.939.378
Reserva para futuro aumento de capital	-	10.027.309
Reservas de equalização de dividendos	9.828.608	16.095.676
Incentivos fiscais	201.355	201.355
Total	21.969.341	38.263.718

21.4. Outros resultados abrangentes

A composição do saldo de outros resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários, é apresentado a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Ativos próprios		
Ajuste a valor justo de ativos financeiros ao VJORA	27.046.198	25.543.267
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	3.112.987	4.747.270
Subtotal	30.159.185	30.290.537
Ativos de coligadas e ativos mantidos para venda		
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	(181.545)	(197.823)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	616.617	631.745
Subtotal	435.072	433.922
Total	30.594.257	30.724.459

21.5. Pagamento de dividendos

Durante primeiro semestre de 2025 o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme descrito a seguir:

30/06/2025					
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago ⁽¹⁾	Data de pagamento	Meio de pagamento
Dividendos na forma de JCP	2024	5.485.516	5.742.563	16/05/2025	Dinheiro
Dividendos	2024	781.552	818.175	16/05/2025	Dinheiro
Total		6.267.068	6.560.738		

(1) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

Durante o exercício de 2024, o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme descrito a seguir:

31/12/2024					
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago ⁽¹⁾	Data de pagamento	Meio de pagamento
Dividendos complementares na forma de juros sobre o capital próprio (JCP) ⁽²⁾	2022	4.000.000	4.688.794	08/05/2024	Dinheiro
Dividendos propostos	2023	711.272	737.577	08/05/2024	Dinheiro
Dividendos na forma de JCP propostos	2023	4.490.712	4.656.787	08/05/2024	Dinheiro
Dividendos complementares	2022	6.240.910	7.811.286	27/12/2024	Dinheiro
Dividendos complementares na forma de JCP	2022	2.868.433	3.590.206	27/12/2024	Dinheiro
Dividendos complementares na forma de JCP	2023	5.276.120	5.793.534	29/11/2024	Dinheiro
Dividendos complementares	2023	2.006.657	2.221.865	27/12/2024	Dinheiro
Total		25.594.104	29.500.049		

(1) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento. A despesa com a atualização está apresentada na rubrica "Atualização monetária líquida de ativos e passivos" da demonstração do resultado.

(2) O valor atualizado em 2023 era de R\$ 4.521.896.

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

Os saldos apresentados no quadro abaixo, incluem atualização monetária pela taxa Selic da data a que se referem os lucros até os períodos reportados.

	Ano Base	30/06/2025	31/12/2024
Dividendos complementares	2024	657.317	5.485.517
Juros sobre o capital próprio (JCP) complementares	2024	6.011.419	781.552
Total		6.668.736	6.267.069
Circulante		6.668.736	6.267.069
Não circulante		-	-

22. RESULTADO OPERACIONAL

22.1. Resultado da intermediação financeira

O quadro a seguir apresenta a abertura do efeito das operações de crédito sobre o resultado, além de incluir os demais fatores que compõem o resultado da intermediação financeira, principal objeto de negócio do BNDES.

	Três meses findos em 30/06/2025						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
Receitas de intermediação financeira							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	14.970.130	(2.805.737)	4.544	-	-	51.401	12.220.338
Operações de crédito	8.494.384	(1.906.535)	4.544	-	-	51.401	6.643.794
Repasses Interfinanceiros	4.963.227	(299)	-	-	-	-	4.962.928
Venda a prazo de TVM	(4.150)	(898.903)	-	-	-	-	(903.053)
Direitos recebíveis	35.213	-	-	-	-	-	35.213
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.481.456	-	-	-	-	-	1.481.456
Resultado com títulos e valores mobiliários	6.469.459	(297.373)	1.955.850	(557.389)	-	(955.202)	6.615.345
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	1.718.886	-	-	-	-	(955.202)	763.684
Títulos federais	3.529.120	-	1.958.455	(557.389)	-	-	4.930.186
Debêntures	1.077.564	-	(2.605)	-	-	-	1.074.959
Fundos mútuos de investimento	2.623	-	-	-	-	-	2.623
Títulos de renda fixa no exterior	141.266	(297.373)	-	-	-	-	(156.107)
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	365.717	365.717
Total	21.439.589	(3.103.110)	1.960.394	(557.389)	-	(538.084)	19.201.400
Despesas de intermediação financeira							
Financiamentos e repasses	(14.846.332)	3.374.195	-	-	-	-	(11.472.137)
Depósitos interfinanceiros	(35.132)	-	-	-	-	-	(35.132)
Depósitos especiais	(102.558)	-	-	-	-	-	(102.558)
Operações compromissadas	(1.141.359)	-	-	-	-	-	(1.141.359)
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	(581.389)	-	-	-	-	-	(581.389)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.498.315)	1.745.133	-	-	-	-	246.818
Dívida subordinada	(11.486.178)	1.629.062	-	-	-	-	(9.857.116)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(1.401)	-	-	-	-	-	(1.401)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	-	(2.578.649)	-	-	-	(2.578.649)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(179.952)	-	(179.952)
Resultado da carteira de câmbio	-	(53.502)	-	-	-	-	(53.502)
Total	(14.846.332)	3.320.693	(2.578.649)	-	(179.952)	-	(14.284.240)
Resultado bruto da intermediação financeira	6.593.257	217.583	(618.255)	(557.389)	(179.952)	(538.084)	4.917.160

	Três meses findos em 30/06/2024						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
Receitas de intermediação financeira							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	11.476.956	4.635.381	-	-	-	40.774	16.153.111
Operações de crédito	6.692.120	3.588.867	-	-	-	40.774	10.321.761
Repasses Interfinanceiros	3.949.334	1.036.536	-	-	-	-	4.985.870
Venda a prazo de TVM	587	9.978	-	-	-	-	10.565
Direitos recebíveis	51.940	-	-	-	-	-	51.940
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	782.975	-	-	-	-	-	782.975
Resultado com títulos e valores mobiliários	4.222.800	589.571	(1.454.615)	(100.124)	-	(531.641)	2.725.991
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	913.008	-	-	-	-	(531.641)	381.367
Títulos federais	2.445.403	-	(1.452.901)	(100.025)	-	-	892.477
Debêntures	765.008	-	(1.714)	(99)	-	-	763.195
Fundos mútuos de investimento	1.169	-	-	-	-	-	1.169
Títulos de renda fixa no exterior	98.212	589.571	-	-	-	-	687.783
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	227.862	227.862
Total	15.699.756	5.224.952	(1.454.615)	(100.124)	-	(263.005)	19.106.964
Despesas de intermediação financeira							
Financiamentos e repasses	(10.027.561)	(6.131.823)	-	-	-	-	(16.159.384)
Depósitos interfinanceiros	(17.178)	-	-	-	-	-	(17.178)
Depósitos especiais	(90.885)	-	-	-	-	-	(90.885)
Operações compromissadas	(856.942)	-	-	-	-	-	(856.942)
Obrigações por emissão de debêntures e LF	(32.251)	-	-	-	-	-	(32.251)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.063.011)	(3.004.051)	-	-	-	-	(4.067.062)
Dívida subordinada	(7.964.417)	(3.127.772)	-	-	-	-	(11.092.189)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(2.877)	-	-	-	-	-	(2.877)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	-	3.309.758	-	-	-	3.309.758
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	1.107.650	-	1.107.650
Resultado da carteira de câmbio	-	27.582	-	-	-	-	27.582
Total	(10.027.561)	(6.104.241)	3.309.758	-	1.107.650	-	(11.714.394)
Resultado bruto da intermediação financeira	5.672.195	(879.289)	1.855.143	(100.124)	1.107.650	(263.005)	7.392.570

	Seis meses findos em 30/06/2025						
	Juros	Varição cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
Receitas de intermediação financeira							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	28.602.188	(7.233.900)	210.966	-	-	96.037	21.675.291
Operações de crédito	16.155.508	(5.016.482)	210.966	-	-	96.037	11.446.029
Repasses Interfinanceiros	9.651.582	(4.609)	-	-	-	-	9.646.973
Venda a prazo de TVM	(6.863)	(2.212.809)	-	-	-	-	(2.219.672)
Direitos recebíveis	66.128	-	-	-	-	-	66.128
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	2.735.833	-	-	-	-	-	2.735.833
Resultado com títulos e valores mobiliários	12.325.725	(767.617)	2.729.397	(788.480)	-	(1.673.469)	11.825.556
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	2.751.139	-	-	-	-	(1.673.469)	1.077.670
Títulos federais	6.692.021	-	2.733.462	(788.375)	-	-	8.637.108
Debêntures	2.593.288	-	(4.065)	(105)	-	-	2.589.118
Fundos mútuos de investimento	4.903	-	-	-	-	-	4.903
Títulos de renda fixa no exterior	284.374	(767.617)	-	-	-	-	(483.243)
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	606.387	606.387
Total	40.927.913	(8.001.517)	2.940.363	(788.480)	-	(971.045)	34.107.234
Despesas de intermediação financeira							
Financiamentos e repasses	(27.614.063)	8.687.906	-	-	-	-	(18.926.157)
Depósitos interfinanceiros	(70.048)	-	-	-	-	-	(70.048)
Depósitos especiais	(198.958)	-	-	-	-	-	(198.958)
Operações compromissadas	(2.177.919)	-	-	-	-	-	(2.177.919)
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	(957.884)	-	-	-	-	-	(957.884)
Obrigações por empréstimos e repasses	(2.925.049)	4.331.194	-	-	-	-	1.406.145
Dívidas subordinadas	(21.281.982)	4.356.712	-	-	-	-	(16.925.270)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(2.223)	-	-	-	-	-	(2.223)
Resultados com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	-	(4.617.375)	-	-	-	(4.617.375)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(1.946.849)	-	(1.946.849)
Resultado da carteira de câmbio	-	(168.341)	-	-	-	-	(168.341)
Total	(27.614.063)	8.519.565	(4.617.375)	-	(1.946.849)	-	(25.658.722)
Resultado bruto da intermediação financeira	13.313.850	518.048	(1.677.012)	(788.480)	(1.946.849)	(971.045)	8.448.512

	Seis meses findos em 30/06/2024						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
Receitas de intermediação financeira							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	23.560.563	5.795.295	-	-	-	81.084	29.436.942
Operações de crédito	13.632.438	4.533.863	-	-	-	81.084	18.247.385
Repasses Interfinanceiros	8.095.130	1.248.707	-	-	-	-	9.343.837
Venda a prazo de TVM	802	12.725	-	-	-	-	13.527
Direitos recebíveis	105.009	-	-	-	-	-	105.009
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.727.184	-	-	-	-	-	1.727.184
Resultado com títulos e valores mobiliários	8.225.360	752.098	(1.786.102)	(100.762)	-	(819.336)	6.271.258
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	1.889.165	-	-	-	-	(819.336)	1.069.829
Títulos federais	4.405.606	-	(1.780.140)	(100.025)	-	-	2.525.441
Debêntures	1.728.540	-	(5.962)	(737)	-	-	1.721.841
Fundos mútuos de investimento	2.215	-	-	-	-	-	2.215
Títulos de renda fixa no exterior	199.834	752.098	-	-	-	-	951.932
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	462.963	462.963
Total	31.785.923	6.547.393	(1.786.102)	(100.762)	-	(275.289)	36.171.163
Despesas de intermediação financeira							
Financiamentos e repasses	(20.285.267)	(7.896.145)	-	-	-	-	(28.181.412)
Depósitos interfinanceiros	(33.585)	-	-	-	-	-	(33.585)
Depósitos especiais	(195.094)	-	-	-	-	-	(195.094)
Operações compromissadas	(1.783.115)	-	-	-	-	-	(1.783.115)
Obrigações por emissão de debêntures e LF	(54.128)	-	-	-	-	-	(54.128)
Obrigações por empréstimos e repasses	(2.061.474)	(3.936.478)	-	-	-	-	(5.997.952)
Dívida subordinada	(16.154.961)	(3.959.667)	-	-	-	-	(20.114.628)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(2.910)	-	-	-	-	-	(2.910)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	-	4.353.823	-	-	-	4.353.823
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	222.361	-	222.361
Resultado da carteira de câmbio	-	93.723	-	-	-	-	93.723
Total	(20.285.267)	(7.802.422)	4.353.823	-	222.361	-	(23.511.505)
Resultado bruto da intermediação financeira	11.500.656	(1.255.029)	2.567.721	(100.762)	222.361	(275.289)	12.659.658

22.2. Despesas Tributárias

As despesas tributárias, exceto os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL, divulgados na Nota Explicativa no 17), são majoritariamente referentes a PIS e COFINS.

22.3. Outras receitas operacionais

O principal efeito registrado na rubrica do Resultado de “Outras receitas operacionais” refere-se à baixa dos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 entre o BNDES e a FAPES, no valor de R\$ 1.707.559, em março de 2025.

Tal baixa foi amparada nos termos do acordo celebrado entre as empresas do Sistema BNDES e FAPES, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (“SecexConsenso”) do TCU.

Informações adicionais estão mencionadas na Nota Explicativa 19.1.1.1. seção “Contas a Pagar – FAPES”.

23. PARTES RELACIONADAS

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme definições contidas na IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

23.1. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	30/06/2025	31/12/2024
Ativo		
Títulos públicos federais (Nota Explicativa nº 7.1)	122.083.625	103.296.746
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota Explicativa nº 23.1.1)	715.048	666.579
Passivo		
Obrigações por repasses no país (Nota Explicativa nº 11.1. c)	29.919.659	51.433.282
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa nº 21.2)	126.300	348.016
Outras obrigações com STN	35.500	31.614
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota Explicativa nº 21.5)	6.668.736	6.267.069
Patrimônio líquido		
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa nº 21.2)	8.731.760	8.731.760

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Resultado				
Resultado com títulos públicos federais	4.699.679	892.477	8.004.934	2.525.441
Receitas com outros créditos – equalização	1.481.456	782.975	2.735.833	1.727.184
Despesas com operações de repasses	(602.190)	(1.070.777)	(1.048.375)	(1.737.530)
Despesas com outras obrigações - equalização	(1.401)	(2.877)	(2.223)	(2.910)

23.1.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	30/06/2025	31/12/2024
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	715.048	666.579
Outros créditos	-	-
Total	715.048	666.579

Os créditos perante o Tesouro Nacional são em sua maioria valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf e Programas Agropecuários). A apuração se dá pela diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP/TMS acrescido da remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final.

A composição dos saldos é a seguinte:

	30/06/2025	31/12/2024
Valores Apurados e não baixados em:		
2025	713.512	664.801
2024	-	37
Anos anteriores	1.536	1.741
Total	715.048	666.579

As movimentações desta rubrica foram as seguintes:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	666.579	488.331
Valores apurados no período	2.735.946	3.307.544
Atualização Monetária	1.336	209
Recebimentos	(2.688.814)	(3.129.507)
Outras	1	2
Saldo no final do período	715.048	666.579

Abertura dos valores apurados nos períodos findos, segregados por ações orçamentárias:

	30/06/2025	31/12/2024
Investimentos	1.341.004	1.521.519
Pronaf	1.176.160	1.485.177
PSI	104.627	182.708
Custeio	111.302	113.522
Cerealistas	2.853	4.618
Total	2.735.946	3.307.544

23.1.2. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

23.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC.

Essas operações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com partes independentes.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Ativo	45.650.930	44.088.237
Operações de créditos e repasses interfinanceiros ⁽¹⁾	45.827.404	43.734.352
Provisão para perdas de crédito ⁽¹⁾	(176.474)	(57.813)
Outros	-	411.698
Passivo	553.230.952	502.128.339
Empréstimos e repasses no país ⁽²⁾	1.326.368	27.326.850
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Notas explicativas nº 14 e nº 26.1)	83.967.119	25.600.797
FAT Constitucional - dívidas subordinadas (Notas explicativas nº 12.1 e nº 12.3)	462.824.410	443.893.437
FAT Depósito especial (Notas explicativas nº 12.2 e nº 12.3)	3.791.336	4.056.194
Emissão de debêntures (Nota explicativa nº 15.1)	329.133	401.583
Outros	992.586	849.478

⁽¹⁾ Os prazos das operações de créditos e repasses interfinanceiros estão contidas de forma agregada na Nota Explicativa n.º 4.5 e o impacto no resultado na Nota Explicativa n.º 22.

⁽²⁾ Mais de 80% do saldo refere-se a obrigações com o FMM, detalhado na Nota Explicativa n.º 11.1.c).

23.3. Prestação de Serviços de Privatização e Concessão

O BNDES oferece Apoio técnico a Entes Públicos, visando promover parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de interesse público, outras medidas de desestatizações ou soluções financeiras que viabilizem a participação de capital privado em investimentos públicos.

As condições para pagamento da remuneração do BNDES e ressarcimento dos gastos realizados com a contratação dos serviços técnicos especializados, bem como outros custos necessários à composição dos Projetos de Estruturação, são reguladas nos contratos de estruturação de projetos firmados com os clientes. Informações adicionais estão disponíveis no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos>.

Adicionalmente, informações sobre processos de desestatização em andamento e encerrados, e demais informações podem ser consultadas no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.

Em 30 de junho de 2025, o saldo de remuneração do BNDES, ressarcimento dos gastos e outros custos relacionados a prestação de serviços de privatização e concessão foram de R\$ 197.103 (R\$ 171.444 em 31 de dezembro de 2024) e a receita com os serviços foram de R\$ 77.885 (R\$ 3.072 em 31 de março de 2024).

23.4. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 19:

	30/06/2025	31/12/2024
Passivo		
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar - PBB	1.552.243	1.623.958
Passivo atuarial - Plano de assistência e saúde - PAS	3.199.384	2.860.695
Patrimônio líquido		
Ajuste de avaliação patrimonial - PBB	2.174.331	3.742.411
Ajuste de avaliação patrimonial - PAS	1.715.851	1.924.436

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Despesas				
PBB	(23.742)	(63.955)	(56.015)	(121.509)
PAS	(68.001)	(77.579)	(130.104)	(143.385)

23.5. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 9. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Ativo		
Debêntures	2.300.110	2.155.393
Direitos e recebíveis	14.520	192.135
Provisão para perdas de crédito	(8.327)	(192.876)

23.6. Remuneração de empregados e dirigentes

O sistema BNDES possui Conselho de Administração e Fiscal unificado para o BNDES, FINAME e BNDESPAR.

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Sistema BNDES (membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e dos Conselhos Fiscais):

	30/06/2025	30/06/2024
Benefícios de curto prazo:		
Honorários, benefícios e encargos	10.994	9.437
RVA (Parcela à vista)	1.831	-
Benefícios pós emprego:		
Remuneração compensatória – quarentena	-	144
Benefícios de Longo Prazo:		
RVA (Parcelas diferidas)	1.194	-
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho:		
Férias proporcionais e indenizadas	-	-

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob a supervisão do BACEN.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas ao pessoal-chave da administração e aos empregados no período:

	30/06/2025		30/06/2024	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	102,28	100,71	92,18	96,24
Menor Salário	9,24	3,91	8,83	3,74
Salário Médio	35,41	46,16	33,47	43,37

23.7. Participação nos lucros

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados:

	30/06/2025		31/12/2024	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Saldo no início do exercício	5.865	327.753	3.884	289.266
Ajustes (valor prov. / exerc. anteriores)	279	2.342	126	14.740
Pagamentos realizados	(3.024)	(330.095)	(2.057)	(304.006)
Ajuste provisão RVAs – diferidas ⁽¹⁾	-	-	245	-
Provisão do exercício	-	-	3.667	327.753
Saldo no final do período	3.120	-	5.865	327.753

⁽¹⁾ O ajuste dos valores diferidos pode decorrer da redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento; e da atualização pela variação do patrimônio líquido em referência ao ano anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria Executiva (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

RVA	30/06/2025	31/12/2024
2025	-	3.026
2026	1.476	1.244
2027	1.033	983
2028	611	612
Total	3.120	5.865

24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Conforme descrito na Nota Explicativa n.º 31.4, a metodologia de elaboração do resultado por segmento de negócios foi revisada em 2025, sobretudo no que tange à alocação das despesas de captação, pessoal, administrativas e outras. Neste contexto, o BNDES apresenta a informação por segmento referente ao período findo em 30 de junho de 2025, sem comparabilidade com períodos anteriores.

	30/06/2025					
	Crédito e Serviços	Renda Variável	Tesouraria e ALM	Corporativo não alocado	Remuneração do Acionista	Totais
Receita com Operações de Crédito, Repasses e Serviços	29.240.214	-	217.647	-	-	29.457.861
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	2.594.498	-	5.880.505	-	-	8.475.003
Despesas de Captação	(26.075.422)	(5.291.363)	(6.726.611)	-	10.352.953	(27.740.443)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.759.290	(5.291.363)	(628.459)	-	10.352.953	10.192.421
Provisão para Risco de Crédito	2.323.646	-	242.713	-	-	2.566.359
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.082.936	(5.291.363)	(385.746)	-	10.352.953	12.758.780
Resultado com Participações Societárias	-	4.093.463	-	-	-	4.093.463
Despesas de Pessoal e Administrativas	(1.014.716)	(113.448)	-	(546.707)	-	(1.674.871)
Outras despesas líquidas	440.828	(43.099)	(435.869)	667.572	(229.805)	399.627
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.509.048	(1.354.447)	(821.615)	120.865	10.123.148	15.576.999
Tributos sobre o Lucro	(2.069.431)	1.458.209	226.431	(33.310)	(2.789.854)	(3.207.955)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	5.439.617	103.762	(595.184)	87.555	7.333.294	12.369.044
Resultado com Alienações de Participações Societárias, líquido de tributos ⁽¹⁾	-	945.899	-	-	-	945.899
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	5.439.617	1.049.661	(595.184)	87.555	7.333.294	13.314.943
ATIVOS	597.485.556	81.535.612	193.098.179	15.852.914	-	887.972.261

⁽¹⁾ Desde 01/01/25, com a entrada em vigor da Resolução CMN n.º 4.966/2021 no padrão Cosif, o resultado das alienações de participações societárias mensuradas ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA) e da amortização de cotas de fundos de investimento não transitam mais pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), sendo registrados diretamente na rubrica de "Lucros (prejuízos) acumulados" no Patrimônio Líquido. Neste contexto, a Informação por Segmento contempla o Lucro Líquido somado ao resultado de alienações e amortização de cotas de fundos, que ora denomina-se "Lucro Líquido Ajustado".

	30/06/2024				
	Financiamentos	Participações societárias	Tesouraria/ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	23.949.040	-	-	-	23.949.040
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	1.677.986	-	6.885.798	-	8.563.784
Despesas de Captação	(21.002.908)	(4.242.010)	4.792.139	-	(20.452.779)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.624.118	(4.242.010)	11.677.937	-	12.060.045
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	1.977.935	-	(254.713)	-	1.723.222
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.602.053	(4.242.010)	11.423.224	-	13.783.267
Resultado com Participações Societárias	-	4.975.250	-	-	4.975.250
Despesas Administrativas e com Pessoal	(1.315.994)	(167.755)	(52.824)	-	(1.536.573)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.189.481)	(71.786)	(456.317)	-	(1.717.584)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.096.578	493.699	10.914.083	-	15.504.360
Tributos sobre o Lucro	(1.265.471)	1.168.333	(3.094.609)	1.022.383	(2.169.364)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.831.107	1.662.032	7.819.474	1.022.383	13.334.996
ATIVOS	532.676.033	84.566.568	146.378.775	14.357.873	777.979.249
Investimentos em coligadas (MEP)	-	1.962.642	-	-	1.962.642

25. GESTÃO DE RISCOS

25.1. Gerenciamento de Riscos

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseado nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e *Compliance* (AIC) do Sistema BNDES são responsáveis, entre outros, por:

- Definir e propor à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controle interno para o Sistema BNDES;
- Desenvolver e gerir metodologias de gestão de riscos e controle interno, reportando o resultado das atividades à Alta Administração;
- Monitorar os Sistemas de Gestão de Continuidade de Negócios, de Gestão de Segurança da Informação e de Gestão de Apetite ao Risco do Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para devedores duvidosos de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES; e
- Disseminar a cultura de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

O gerenciamento de riscos das empresas do Sistema BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento desses temas no Sistema BNDES é composta pelo Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Diretoria Executiva; *Chief Risk Officer*; Comitê de Gestão de Riscos, Subcomitê de Gestão de Risco de Modelos, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos e de controle interno.

Esta estrutura se baseia no conceito de camadas ou linhas. A primeira linha é constituída pelas Unidades Fundamentais (Áreas), que possuem a responsabilidade de gerir os riscos que podem afetar as suas respectivas atividades, devendo definir e manter controles adequados. As Áreas de Gestão de Riscos (AGR) e de Integridade e Compliance (AIC) atuam como segunda linha, sendo responsáveis por apoiar os gestores na identificação e avaliação dos respectivos tipos de riscos e controles. A terceira linha compreende a Auditoria Interna que tem a função de avaliar a efetividade da gestão de riscos. Seu reporte é realizado ao Comitê de Auditoria, ao Comitê de Riscos e ao Conselho de Administração.

Cabe destacar que, em linha com o que é exigido na Resolução CMN n.º 4.557/2017, que aborda a implementação de estruturas de gestão de capital para assegurar que as instituições mantenham nível de capital suficientemente prudente, desenvolvam e utilizem melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento de seus riscos, bem como planejem de forma consistente suas necessidades futuras de capital, o BNDES definiu sua estrutura organizacional de gerenciamento de capital com a seguinte composição: (i) Área Financeira, responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; (ii) AGR, responsável por elaborar o relatório ICAAP, que contém o cálculo de necessidade de capital para cobertura dos riscos aos quais o BNDES está exposto, bem como simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (“teste de estresse”); (iii) Área de Integridade e Compliance, que realiza as estimativas atinentes ao risco operacional no âmbito do Departamento de Gestão de Risco Operacional e elabora

o relatório de validação independente do ICAAP, que está sob atribuição do Departamento de Controle Interno; (iv) Área de Planejamento, responsável pela estratégia e diretrizes para o perfil de atuação do BNDES; e (vi) Área de Auditoria Interna, que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital do Banco.

Atendendo às diretrizes dispostas na Resolução BACEN n.º 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço eletrônico <https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos>. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

25.1.1. Risco Operacional

O BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN n.º 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O risco operacional abarca o risco legal, o risco à continuidade de negócios e o risco à segurança da informação (incluindo o risco cibernético).

Em linha com o arcabouço legal, o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos, com seus respectivos controles.

As atividades se baseiam nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional, de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos a esses temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Apetite por Riscos do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio do estabelecimento de limites quantitativos e qualitativos.

O processo de gestão de riscos é executado em toda a Instituição, permitindo refletir tempestivamente as alterações nos ambientes interno e externo, baseado em metodologias que se complementam, tais como a realização de ciclos bienais nas áreas para ampla atualização do inventário de riscos, a avaliação de novos produtos e serviços e a avaliação de riscos transversais e corporativos.

A base de dados de perdas operacionais do BNDES contempla as perdas ocorridas, na qual os eventos de risco operacional são registrados conforme preconizado pela Resolução CMN n.º 4.557/2017 e pela Circular BACEN n.º 3.979/2020. As perdas com valor acima do apetite a risco da instituição são objeto de análise específica realizada pela unidade de gestão de risco operacional em conjunto com as unidades envolvidas, visando avaliar os riscos operacionais associados, suas causas e definir ações de tratamento.

No tocante às ações para a mitigação dos riscos à segurança da informação, previstas no Plano Estratégico de Segurança da Informação do Sistema BNDES, merecem destaque o levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação.

A gestão da continuidade de negócios busca aprimorar continuamente a resiliência da Instituição, preparando-a contra eventos que possam interromper a execução de seus processos críticos e apoiando a resposta tempestiva em caso de uma crise no escopo da continuidade de negócios. Para isso, o BNDES possui um Plano de Gerenciamento de Incidentes que estabelece a estrutura de governança sobre a matéria, permitindo que o Banco se organize rapidamente para continuidade de suas atividades.

Por fim, o fortalecimento da cultura de riscos operacionais envolve a periódica realização de ações de capacitação e disseminação de conceitos e práticas, voltadas tanto para o corpo funcional quanto para a Alta Administração, entre as quais se destacam a disponibilização de treinamentos obrigatórios elaborados especificamente para cada público; a disponibilização de guias, manuais e tutoriais sobre procedimentos de gestão de risco operacional, buscando maior autonomia e efetividade na atuação das diversas unidades; a realização de ações de comunicação, como matérias na Intranet; e a divulgação da revisão periódica das políticas corporativas sobre o tema.

Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza, como metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), a abordagem padronizada conforme procedimentos estabelecidos na Resolução BCB n.º 356/2023.

A parcela RWA_{OPAD} passou de R\$ 70.317.751, em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 60.195.901, em 30 de junho de 2025. A parcela sofreu redução (-14%) em função da aplicação da nova abordagem padronizada, em detrimento da Abordagem do Indicador Básico que vinha sendo utilizada até então e foi descontinuada pelo regulador a partir de 2025. A nova abordagem introduziu um componente de perdas internas (*Internal Loss Multiplier* – ILM) que atua sobre o componente de indicador de negócios (*Business Indicator Component* – BIC), de forma a atenuar ou incrementar a exigência de capital. Para o cálculo referente ao 1º semestre de 2025, o ILM ficou abaixo de 1, atenuando o capital exigido, em função do baixo volume de perdas frente ao resultado financeiro dos últimos 3 anos.

RWA_{OPAD}	30/06/2025
Componente do Indicador de Negócios (BIC)	6.513.876
Multiplicador de Perdas Internas (ILM)	0,74
Capital mínimo (BIC x ILM)	4.815.672
RWA_{OPAD} (Capital mínimo ÷ 8%)	60.195.901

25.1.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Mensuração do Risco de Mercado e Governança

O BNDES segue os normativos contábeis de evidenciação de instrumentos financeiros e divulga o *Value – at – Risk* (VaR) e o IRRBB. Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e bancária, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. Os instrumentos da carteira de negociação são contabilizados pelo valor de mercado no Balanço e seu risco pode ser medido utilizando a metodologia de VaR descrita na seção a seguir e o *Drawdown at Risk*.

A carteira bancária corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação, incluindo todas as ações e participações societárias. Para os instrumentos expostos a taxa de juros, o risco é medido utilizando as métricas da metodologia padronizada do IRRBB. Para as ações, o BNDES utiliza o VaR, e *Drawdown at Risk*, documentado para apuração do risco.

As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Indicador de risco para carteira para negociação, operações de mercado de capitais e operações cambiais

Uma das métricas utilizadas nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,92, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Os valores para 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, segregados por fator de risco, são apresentados na tabela abaixo:

Fatores de risco	30/06/2025	31/12/2024
Juros	7.727	12.333
Câmbio	270.956	135.849
Ações	1.500.702	1.869.833
Efeito Diversificação	(313.487)	(120.943)
VaR total	1.465.898	1.897.072

Risco de taxa de juros da Carteira Bancária

O BNDES utiliza duas métricas para apurar o risco de juros da carteira bancária: *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE). A métrica NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a métrica EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas métricas são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura. O IRRBB apurado pelo BNDES consiste na soma entre estas duas métricas ponderadas pela probabilidade de cada cenário.

A metodologia utilizada na apuração das métricas relativas ao risco de taxa de juros da carteira de não negociação (carteira bancária) é determinada pela Circular BCB 3.876/2018.

Tais métricas se traduzem em análise de sensibilidade dos instrumentos da carteira bancária e, em conjunto com o VaR apurado para os demais instrumentos, evidenciam a sensibilidade da carteira integral do Banco nos diversos fatores de risco a que se encontra exposto.

A tabela a seguir apresenta os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII), *Economic Value of Equity* (EVE) e IRRBB, para 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Métrica	30/06/2025	31/12/2024
ΔEVE	5.855.077	6.751.071
ΔNII	1.009.305	5.093.111
IRRBB (Total)	1.169.184	5.243.498

Ativos Ponderados pelo Risco Referente à Parcela de Risco de Mercado (RWA_{MPAD})

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo à de risco de mercado (RWA_{MPAD}). Os componentes da parcela de risco de mercado são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RWA _{MPAD}	30/06/2025	31/12/2024
RWA _{JUR1}	1.637.102	2.937.854
RWA _{JUR2}	-	-
RWA _{JUR3}	3.429.418	862.466
RWA _{CAM}	68.165.728	27.395.988
RWA _{CVA}	1.533.424	1.607.357
RWA _{DRC}	-	-
Total parcela RWA_{MPAD}	74.765.672	32.803.665

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RWA_{ACS}) e de commodities (RWA_{COM}), bem como o risco de *default* da carteira de negociação (RWA_{DRC}) foram nulos ao final do período analisado, visto que atualmente a carteira de negociação do Sistema BNDES é formada por títulos públicos federais e derivativos e que o BNDES não possui exposição a *commodities*.

Já a parcela referente às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte RWA_{CVA} foram incorporadas ao RWA_{MPAD} a partir de 1 de julho de 2023, conforme Resolução CMN n.º 5.038, de 29 de setembro de 2022, e Resolução BCB n.º 291, de 8 de fevereiro de 2023.

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	30/06/2025	31/12/2024
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	87.432.432	91.986.291
Juros	TJLP	10.903.138	12.006.791
Juros	Prefixado	17.462.102	16.468.184
Juros	IPCA / TLP	(12.209.695)	(15.714.112)
Juros	TR	(3.508.648)	(2.626.137)
Câmbio	Moeda Estrangeira	(246.632)	(220.222)
Operações de renda variável			
Preços	Ações	73.692.578	75.192.206
Preços	Bônus de Subscrição	976	1.440
Preços	Cotas de Fundos de Investimentos	4.210.373	4.436.270
Preços	Opções	577.502	-

25.1.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro buffer de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Destaca-

se que, a partir de janeiro de 2021, a metodologia de cálculo dos indicadores de curto prazo foi revisada de forma que hoje se utiliza diferentes cenários de estresse no cálculo. Além disso, o horizonte de análise dos índices, passou de 1 a 3 meses para 1 a 6 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

A tabela a seguir apresenta os valores desses indicadores para 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Indicadores de Risco de Liquidez	30/06/2025	31/12/2024
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	25,5	6,4
Índice de Caixa Mínimo - 6 meses (ICM)	6,15	3,9
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	1,29	1,3

Adicionalmente, a divulgação dos saldos dos instrumentos financeiros por período de vencimento está apresentada na Nota Explicativa nº 4.5.

25.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplimento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN n.º 4.557/2017, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório de Pilar 3 citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.

Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pela Resolução Bacen n.º 229/2022. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas e informadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWA_{CPAD}) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada ($RWACPAD$). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	30/06/2025	31/12/2024
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.235.092	2.502.967
Títulos e Valores Mobiliários	81.884.729	77.385.198
Repasse Interfinanceiros	77.556.351	76.768.634
Operações de Crédito	294.294.539	278.816.309
Outros Direitos a receber	2.973.535	4.835.351
Investimentos e Imobilizado de Uso	131.173.040	100.292.664
Limite de Crédito e Saldos a liberar	26.766.393	25.486.873
Créditos Tributários	5.140.951	6.891.256
Demais itens do RWA_{CPAD}	548.793	491.235
Exposição TOTAL da parcela do RWA_{CPAD}	622.573.423	573.470.487

Adicionalmente ao cálculo do capital regulamentar, o BNDES elabora estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras: probabilidade de inadimplência da contraparte (PD), exposição em caso de inadimplência (EAD) e perda dada a inadimplência (LGD). A probabilidade de inadimplência por faixa de risco é estimada com base na frequência histórica, e as taxas de recuperação são calculadas a partir dos fluxos de recebimentos identificados para os contratos inadimplentes. São estimados ainda matrizes de migração de estados e o valor em risco para a carteira de créditos, atualmente estimado por metodologias analíticas e por simulação.

Controle do Limite de Risco de Crédito

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN n.º 4.677/2018 e n.º 4.995/2022, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

A tabela a seguir apresenta os valores percentuais apurados para a maior exposição a cliente, conforme a Res. CMN n.º 4.677/2018, relativo ao Capital Nível I, e o valor percentual apurado para o setor público, conforme a Res. CMN n.º 4.995/2022, relativo ao Patrimônio de Referência.

Descrição do Limite	30/06/2025	31/12/2024
Maior exposição a cliente (em % do Capital Nível I) – Máximo: 25%	20,4%	24,6%
Exposição ao setor público (em % do Patrimônio de Referência) – Máximo: 45%	11,2%	10,9%

O BNDES segue o determinado pela Resolução CMN n.º 4.678/2018, que estabelece um cronograma de redução de excessos, até sua total eliminação em 31/12/2027. Até o presente momento, não foram apurados excessos de exposição.

Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

Descrição do Mitigador	Posição Mitigada	
	30/06/2025	31/12/2024
Garantia prestada pela União ou Tesouro Nacional	34.209.193	34.055.140
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) ⁽¹⁾	1.001.503	1.313.364
Garantias de pessoas jurídicas de direito privado não financeiras de grande porte baixo risco de crédito	23.684.129	34.942.509
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	16.145.936	17.487.153
Total	75.040.761	87.798.166

⁽¹⁾ A utilização deste mitigador é restrita a operações de crédito aprovadas até 08/02/2018, conforme Resolução BCB nº 232/2022.

Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de crédito total apurada com base em metodologia padronizada (RWA_{CPAD}), sem a aplicação de mitigadores de risco ou de Fatores de Conversão em Crédito (FCC) e Fatores de Exposição Potencial Futura (FEPF).

	30/06/2025	31/12/2024
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
Ativo Realizável		
Disponibilidades	23.755	19.428
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	60.182.408	40.083.819
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	211.484.639	228.963.369
Relações Interfinanceiras	224.320.335	221.111.208
Operações de Crédito	330.708.751	325.836.617
Outros Créditos	57.672.986	21.407.104
Outros Valores e Bens	923.366	1.099.214
Permanente		
Investimentos	2.160.905	2.203.700
Imobilizado de uso	155.750	93.998
Intangível	4.937	5.807
Itens não contabilizados no balanço patrimonial (Off balance)		
Saldos a Liberar	100.964.013	105.331.178
Limite de Crédito	167.983.905	157.673.255
Garantias Financeiras	459.338	423.000
(+) Risco de Crédito da contraparte	46.452.614	43.067.693
(-) Não exposição	(163.528.674)	(153.025.437)
(+/-) Outros ajustes	(974.682)	-
Total da Exposição considerada no RWA_{CPAD}	1.038.994.346	994.293.953

A divulgação da concentração de riscos de ativos financeiros com exposição ao risco de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 4.6.

A reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

25.1.5. Risco Social, Ambiental e Climático

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)¹ do BNDES é composta por princípios e diretrizes que orientam sua atuação na promoção da sustentabilidade. Nela, o conceito de responsabilidade social, ambiental e climática é definido como valorizar e integrar as dimensões social, ambiental e climática em sua governança, estratégia, políticas, práticas, procedimentos, produtos, atividades e relacionamentos, com vistas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo”.

Seus princípios abrangem temas como “Desenvolvimento sustentável”, “Direitos humanos”, “Ética e transparência”, além de “Alinhamento com normas e políticas públicas” pertinentes — inclusive aquelas decorrentes de pactos e acordos internacionais — que promovam o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades sociais e regionais, o combate à pobreza, a transição justa e sustentável para uma economia neutra em carbono e a conservação da natureza. Entre esses acordos ou compromissos multilaterais, destacam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), bem como os compromissos climáticos e de biodiversidade assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris e do Marco Global da Diversidade Biológica de Kunming-Montreal.

A PRSAC se desdobra e concretiza por meio de diversas atuações do Banco e por intermédio de outros normativos. No que tange à gestão socioambiental e climática das operações, há um regulamento interno que estabelece abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática no processo de concessão de apoio financeiro a operações do mercado de capitais, a operações diretas, indiretas não automáticas e mistas, bem como o apoio à exportação de bens e serviços. Essas operações são classificadas, em uma escala de três níveis (“A, B, C”), para cada um dos seguintes riscos: social, ambiental, socioambiental, climático físico² e climático de transição³. Operações de maior risco estão sujeitas a procedimentos mais detalhados de diligência e acompanhamento, relativos ao tratamento de potenciais impactos sociais e ambientais e à análise de vulnerabilidades para possíveis ameaças climáticas, além da avaliação do sistema de gestão socioambiental e climática dos clientes.

Por sua vez, para as operações indiretas automáticas, a avaliação de risco socioambiental e climático é realizada pelo agente financeiro intermediário, observando-se a regulamentação vigente, cabendo ao BNDES realizar a avaliação de conformidade dessas operações por amostragem, de modo a verificar o cumprimento de obrigações por esses agentes.

Para mais informação acesse a PRSAC e seus instrumentos no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos/prsac-e-instrumentos>.

¹ Lançada em 2010, com princípios e diretrizes que pautam a atuação do BNDES na temática SAC, a Política já passou por quatro revisões: em 2014, para adequação à Resolução CMN n.º 4.327/2014; em 2019, conforme previsto na referida resolução, com consulta a partes interessadas (146 contribuições de diferentes segmentos da sociedade: academia, empresas privadas, instituições públicas e sociedade civil); e, em 2022, para adequação à Res CMN n.º 4.945/2021 e em 2025 para atualização de sua redação frente aos desafios do desenvolvimento sustentável atinentes à atuação do BNDES e em respeito a prazo estabelecido na CMN 4945/2021 para sua revisão.

² Risco climático físico é a possibilidade da ocorrência de perdas associadas a intempéries ou alterações ambientais a longo prazo causadas por mudanças em padrões climáticos.

³ A classificação do risco climático foi iniciada nas operações que foram protocoladas no Sistema BNDES a partir de 26/07/2024. Risco climático de transição é a possibilidade de perdas associadas à necessidade de adequação das empresas à transição para uma economia de baixo carbono.

25.2. Apuração dos requisitos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.958/2021.

	Fórmulas	30/06/2025	31/12/2024
I- Fator "F" do PR	PR / RWA	8,0%	8,0%
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
II- Adicional de Capital Principal (ACP)	ACP / RWA	2,5%	2,5%
Conservação	ACP Conservação / RWA	2,5%	2,5%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
Fator "F" do PR + ACP	(PR + ACP) / RWA	0,0%	10,5%
Capital Principal + ACP	(Capital Principal + ACP) / RWA	10,5%	7,0%
Nível I + ACP	(Nível I + ACP) / RWA	7,0%	8,5%

Mensuração do Capital Regulamentar

O Capital Regulamentar do Conglomerado Prudencial é apresentado a seguir:

CAPITAL REGULAMENTAR – Consolidado	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio de Referência (PR)	193.368.598	191.102.900
Nível I	172.297.005	164.763.408
Capital Principal	172.297.005	164.763.408
Patrimônio Líquido	165.315.182	158.441.043
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	8.731.759	8.731.759
Ajustes Prudenciais	(1.749.936)	(2.409.394)
Ágios Pagos	(3.641)	(3.884)
Ativos Intangíveis	(4.937)	(5.807)
Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Relacionados à CSLL	(1.089.057)	-
Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(652.301)	(2.399.703)
Nível II	21.071.593	26.339.492
Dívidas subordinadas – FAT constitucional ⁽¹⁾	21.071.593	26.339.492

⁽¹⁾ Conforme artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os recursos do FAT Constitucional reconhecidos no PR em 2025 correspondem à aplicação do limitador de 40% sobre o valor computado no Nível II em 30/06/2018 (em 31/12/2024, aplica-se o limitador de 50%).

No semestre findo em 30 de junho de 2025, o Patrimônio de Referência do Conglomerado teve um acréscimo de R\$ 2,3 bilhões, principalmente pelo aumento do patrimônio líquido, compensado em parte pela redução no valor do capital de Nível II.

No mesmo período de comparação, os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), compostos pelo somatório das parcelas de risco de crédito (RWA_{CPAD}), de mercado (RWA_{MPAD}) e operacional (RWA_{OPAD}), registraram um crescimento de R\$ 81 bilhões (12%). Esse aumento foi impulsionado pela elevação das parcelas RWA_{CPAD} e RWA_{MPAD} , parcialmente compensada pela redução na parcela RWA_{OPAD} . O crescimento das parcelas citadas decorreu, sobretudo, da alteração na ponderação das participações societárias, que passou de 130% para 160% (abertas) e de 160% para 220% (fechadas) em 2025, conforme disposto no inciso II do artigo 85 da Resolução BCB n.º 229 (RWA_{CPAD}); e do aumento da exposição cambial líquida apurada a partir dos ativos de crédito, participações societárias e captações (RWA_{MPAD}).

	30/06/2025	31/12/2024
Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽¹⁾	757.534.996	676.591.904
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	622.573.423	573.470.487
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	74.765.672	32.803.666
Risco operacional (RWA _{OPAD})	60.195.901	70.317.751

⁽¹⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 4.958/2021 e alterações.

	30/06/2025	31/12/2024
Risco da Carteira Bancária (IRRBB)	1.169.185	5.243.498

	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽¹⁾	60.602.800	54.127.352
Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - IRRBB)	131.596.614	131.732.050
Adicional de Capital Principal (ACP)	19.659.347	16.920.829
ACP Conservação ⁽²⁾	18.938.375	16.914.798
ACP Contracíclico ⁽³⁾	720.972	6.031

⁽¹⁾ Corresponde à aplicação ao RWA do fator de 8,00%, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.958/2021.

⁽²⁾ Resulta da aplicação de 2,5% ao montante RWA, a partir de 1º de abril de 2022, conforme § 4º do art. 8º da Resolução CMN nº 4.958/2021.

⁽³⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015. Fica limitado ao percentual máximo de 2,5% em relação ao montante RWA, conforme § 6º do art. 8º da Resolução CMN nº 4.958/2021.

Índices	30/06/2025	31/12/2024
Índice de Basileia (IB)	25,53%	28,24%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	22,74%	24,35%
Índice de Capital Principal (ICP)	22,74%	24,35%
Razão de Alavancagem (RA)	16,64%	16,69%

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

26.1. Gestão de fundos e programas

Delegado pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor ou agente operador dos fundos relacionados nos quadros a seguir.

a) Fundos com valores mantidos ou aplicados pelo BNDES

O quadro apresenta os recursos sob gestão do BNDES, aplicados em operações de crédito com risco do BNDES ou risco do próprio fundo, em operações de títulos e valores mobiliários junto ao BNDES, os recursos mantidos em disponibilidade, além de outros ativos.

Valores aplicados	30/06/2025	31/12/2024
Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito (FGI-PEAC)	21.924.545	21.489.287
Fundo Social	18.375.270	20.143.750
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	18.877.512	22.013.194
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)	24.848.214	13.772.287
Fundo Amazônia (FA)	5.978.192	5.831.384
Fundo Rio Doce (FRDC)	5.482.813	-
Fundo de Amparo ao Trabalhador - Depósitos Especiais (FAT-DE)	3.791.336	4.056.194
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	3.728.802	3.538.970
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	3.630.122	3.591.290
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	1.883.170	1.736.822
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)	1.208.761	1.211.543
Fundo Garantidor para Investimentos - Crédito Solidário RS (FGI - PEACRS)	1.042.240	1.092.284
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	1.062.643	1.010.429
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	357.697	336.165
Fundo Garantidor BNDES SEBRAE (FGBS)	134.317	126.875
Fundo Nacional para Repartição de Benefícios (FNRB)	-	9.718
Total	112.325.634	99.960.192

b) Ativos de fundos não aplicados no BNDES

Os fundos relacionados têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. Os títulos e valores mobiliários mantidos na carteira do Fundo de Garantia à Exportação não possuem gestão ativa do BNDES. Tais títulos foram transferidos pela União ao FGE.

Ativos dos Fundos	30/06/2025	31/12/2024
FGE	53.800.433	52.575.150
FGPC	32.591	29.098
Total	53.833.024	52.604.248

c) Outros fundos

O BNDES foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, por determinação do Decreto n.º 99.464/1990, tendo a Lei n.º 9.491/1997 mantido essa determinação, enumerando inclusive, suas competências e atribuições no que concerne ao PND. O FND foi um fundo contábil constituído, a título de depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indiretas da União emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, inclusive por participações minoritárias detidas pela União, direta e indiretamente, incluídas no PND. A Medida Provisória nº 517/2010, convertida na Lei 12.431/2011, extinguiu o Fundo.

d) Receitas de comissões e taxas dos fundos no BNDES

	Três meses findos		Seis meses findos	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	166.893	164.178	336.942	327.567
Fundo Rio Doce (FRDC)	116.538	-	116.538	-
Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito (FGI-PEAC)	53.975	53.018	107.000	105.837
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)	15.820	5.116	23.290	18.644
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	4.960	4.582	9.695	9.096
Fundo Garantidor para Investimentos - Crédito Solidário RS (FGI - PEACRS)	2.753	724	5.462	976
Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT)	2.734	-	4.421	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	1.333	-	1.333	346
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	209	-	686	-
Fundo Garantidor BNDES SEBRAE (FGBS)	309	-	606	-
FGEnergia	155	-	306	-
Fundo Nacional para Repartição de Benefícios (FNRB)	38	85	108	121
Subtotal	365.717	227.703	606.387	462.587
Outros	-	159	-	376
Total	365.717	227.862	606.387	462.963

As receitas de comissões e taxas dos fundos são registradas na rubrica de “Rendas com administração de fundos e programas” nas Demonstrações dos Resultados.

26.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações “Greenfield”, “Sépsis”, “Cui Bono” (Lava Jato) e “Carne Fraca”, e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos às entidades indicadas no Acordo de Leniência, o total de R\$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades consideradas lesadas pelo MPF, o montante de R\$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R\$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020. O total recebido pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 133.087, desse montante, R\$ 83.284, referente à 1ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo, foi recebido durante o exercício de 2020. Até 30 de junho de 2025 e nos anos de 2024, 2023, 2022 e 2021, o BNDES não recebeu os depósitos em sua própria conta referente à 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo. Adicionalmente, há depósito judicial de R\$ 3.755 realizado em 2020 cujo requerimento do alvará de levantamento foi solicitado e depende do respectivo deferimento para o efetivo recebimento pelo BNDES.

Em 09/02/2022, o Conselho Institucional do Ministério Público Federal (CIMPf) rejeitou o recurso apresentado pela J&F, para renegociar a redução dos valores totais (R\$ 10.300.000) que deve ser pago pela companhia em multas e investimentos em projetos sociais, no âmbito do Acordo de Leniência assinado com o MPF em 2017. Tal pedido já havia sido negado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF.

Em 19/12/2023, o Ministro Dias Toffoli proferiu decisão de caráter liminar em favor da J&F para autorizar: i) a suspensão das obrigações pecuniárias decorrentes do Acordo de Leniência, ii) a suspensão de todos os negócios jurídicos de caráter patrimonial decorrentes do ajuste, e iii) a reavaliação dos anexos do acordo junto à CGU. O Procurador-geral da República, em 05/02/2024, apresentou recurso contra essa decisão.

As decisões ainda são provisórias, no âmbito administrativo e judicial. O BNDES não é parte, mas está acompanhando a evolução dos procedimentos judiciais e administrativos.

Após avaliação da situação fática atual, dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como “ativo contingente”, nos termos do IAS 37. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no IAS 37, os “ativos contingentes” não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

26.3. Agenda ASG

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a economia verde, desenvolvimento socioambiental e governança está expresso em nossa visão, e guia a estratégia e as operações do Banco. A gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), correspondente em inglês “ESG”: *Environmental, Social and Governance*, inclui fatores sociais, de transparência, de relacionamento e climáticos, e nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Banco incorpora em suas políticas o comprometimento socioambiental e com a agenda ASG. As atividades e empreendimentos não apoiáveis, contempla avanços em setores críticos em termos de risco socioambiental. A lista com as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES pode ser consultada em <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes>.

Mais informações sobre a agenda ASG no BNDES podem ser consultadas no Relatório da Administração, Relatório anual e no endereço eletrônico: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel>.

27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS

O quadro a seguir apresenta a reconciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES de acordo com as práticas contábeis reguladas pelo BACEN e CMN (“Padrão Cosif”) e aquelas divulgadas pelo BNDES nestas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (“Padrão IFRS”).

	30/06/2025				31/12/2024
	Lucro líquido do período	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	Resultados acumulados não apropriados	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Padrão Cosif	12.369.044	21.112.106	863.448	165.315.182	158.441.042
Ajustes de práticas contábeis:					
(a) Instrumentos elegíveis ao capital principal	142.804	-	(142.804)	8.731.760	8.731.760
Perda por redução do valor recuperável	(4.854.459)	14.643.322	(9.780.824)	8.039	5.124.090
(b) Baixas da carteira de crédito	(5.629.379)	-	5.629.379	-	5.629.379
(c) Operações da carteira de crédito	724.281	-	(716.242)	8.039	(801.967)
(d) Ações DPV no escopo da IAS 39	-	15.398.966	(15.398.966)	-	-
(e) Outros instrumentos financeiros no escopo da IFRS 9	50.639	(755.644)	705.005	-	296.678
(f) Ajuste a valor Justo de debêntures VJR	298.352	-	(298.352)	-	-
(g) Alienação de ações não coligadas	44.551	-	(44.551)	-	-
(h) Participações em coligadas	243	-	1.456	1.699	1.456
(i) Ajustes da taxa efetiva de juros	57.717	-	(57.717)	-	(57.717)
(j) Arrendamento mercantil	(934)	-	934	-	(9.479)
Outros ajustes	-	315.957	(315.957)	-	-
Efeito tributário sobre os ajustes de práticas contábeis	903.935	(5.477.128)	4.570.242	(2.951)	(1.499.948)
Lucro líquido do período no padrão IFRS			8.961.253		
Padrão IFRS	8.961.253	30.594.257	3.757.128	174.053.729	170.731.204
Total de ajustes no Padrão IFRS	(3.407.791)	9.482.151	2.893.680	8.738.547	12.290.162

a) Segundo o Padrão IFRS, determinados instrumentos de dívida são classificados no patrimônio líquido, entretanto, o BACEN, por meio do Ofício BCB/Desup n.º 6323/2015, determinou que tais instrumentos sejam apresentados e divulgados como item do passivo no Padrão Cosif. Desta forma, o BNDES reclassifica os juros dos instrumentos elegíveis ao capital principal do resultado no Padrão Cosif registrando diretamente em Lucros acumulados visto que são considerados como remuneração do capital próprio para o Padrão IFRS.

b) O critério para baixa dos ativos financeiros no Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) levava em consideração expectativas de recuperação, enquanto no Padrão Cosif, para operações da carteira de crédito (Resolução CMN 2.682/1999), o tempo de atraso era o fator determinante para a não manutenção do ativo no Balanço. A partir de 1º de janeiro de 2025 não há mais diferença de prática devido a adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021. Sendo assim, no primeiro semestre de 2025 o saldo total destas operações foi baixado para resultado.

c) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” para operações da carteira de crédito. O Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) aplica uma abordagem de redução ao valor recuperável de ativos financeiros baseada no modelo de três estágios, enquanto o Padrão Cosif até 31 de dezembro de 2024 (Resolução CMN 2.682/1999) estabelecia a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa através da definição de classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais. A partir de 1º de janeiro de 2025 não há mais diferença de prática devido a adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

d) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de cálculo da “Perda por redução ao valor recuperável” de ações classificadas como disponíveis para venda (DPV) no Padrão IFRS dentro do escopo da IAS 39 – Instrumentos Financeiros. Até 31 de dezembro de 2017 o Padrão IFRS determinava o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável no resultado, utilizando conceito de perdas atrelado ao declínio significativo ou prolongado do valor do ativo, enquanto no Padrão Cosif, (i) a Circular BACEN n.º 3.068/2001 determina o reconhecimento da perda utilizando o conceito de perdas de caráter permanente e (ii) a Resolução CMN n.º 4.175 prevê que a perda apurada com determinadas ações permaneça em ORA e transite pelo resultado apenas quando de sua realização.

- e) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” para títulos e valores mobiliários no Padrão IFRS dentro do escopo da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Conforme o Padrão Cosif até 31 de dezembro de 2024 (Circular BACEN n.º 3.068/2001) as perdas consideradas de caráter permanente eram reconhecidas no resultado do período, enquanto de acordo com o Padrão IFRS (IFRS 9 - Instrumentos Financeiros) o conceito de perda permanente (i) não se aplica para instrumentos patrimoniais e debêntures classificadas na categoria designada ao VJR, e (ii) segue a metodologia de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” descrita no item (c) acima.
- f) Segundo a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o BNDES classifica determinadas debêntures na categoria “Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado” e reconhece o Ajuste a Valor Justo (“AVJ”) da parcela de renda fixa no resultado do período. De acordo com o Padrão Cosif até 31 de dezembro de 2024, tais debêntures eram classificadas na categoria “Disponível para Venda”, sendo o AVJ reconhecido como ORA, dado que a Circular BACEN n.º 3.068/2001 não previa a categoria “Designado ao Valor Justo por Meio de Resultado”.
- g) A partir da adoção do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, no Padrão IFRS o ganho/perda na alienação de ações avaliadas ao “valor justo por meio de outros resultados abrangentes” é reconhecido diretamente em lucros acumulados, enquanto no Padrão Cosif o ganho/perda com tais operações era reconhecido no resultado do período em que ocorriam, porém, a partir de 1º de janeiro de 2025, com a adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021, o ganho/perda na alienação de ações no Padrão Cosif também passa a ser reconhecido em lucros acumulados.
- h) A partir de 1º de janeiro de 2022 o ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligadas, que no Padrão IFRS já era reconhecido no resultado do período seguindo o IFRS 3 – Combinação de Negócios, passou a ter o mesmo tratamento no Padrão Cosif mediante a entrada em vigor da Resolução CMN n.º 4.817/ 2020.
- i) No Padrão IFRS, as receitas incrementais e diretamente atribuíveis à originação do crédito são incluídas no cálculo do custo amortizado e diferidas ao longo do período do contrato em vez do reconhecimento imediato no resultado pelo Padrão Cosif até 31 de dezembro de 2024.
- j) Ajuste de prática decorrente da adoção a partir de 1º de janeiro de 2019 do IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, sendo que, não há mais diferença de prática a partir de 1º de janeiro de 2025, com a adoção da Resolução CMN n.º 4.975/2021.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de maio de 2025, os acionistas da JBS S.A. aprovaram a operação que resultou na dupla listagem de suas ações na bolsa de valores no Brasil e nos Estados Unidos (“Dupla listagem”).

A efetivação da Dupla Listagem ocorreu em 06 de junho de 2025, através da incorporação das ações da JBS S.A. pela JBS N.V., considerando a relação de troca de 2:1, ou seja: cada 2 (duas) ações ordinárias da JBS S.A. foram convertidas em 1 (um) BDR, cada qual lastreado em 1 (uma) Class A Share (ação ordinária classe A) da JBS N.V.

Demais condições e efeitos reconhecidos na BNDESPAR estão apresentados na Nota Explicativa n.º 7.2: JBS – Dupla listagem.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conversão em ações da JBS

Em 09 de julho de 2025, a subsidiária BNDESPAR realizou a conversão de suas BDRs (*Brazilian Depositary Receipts*) de Class A Share (ação ordinária classe A) da JBS N.V. ("JBSS34") em ações ordinárias classe A da JBS N.V., listadas nos Estados Unidos na *New York Stock Exchange* sob o *ticker* "JBS", conforme Notas Explicativas n.º 7.2: JBS – Dupla listagem e Nota Explicativa n.º 28.

Remuneração da Petrobras

Em comunicado no dia 7 de agosto de 2025, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R\$ 0,67192409 por ação ordinária e preferencial como antecipação da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2025.

O valor a ser pago será da seguinte forma: i) primeira parcela, no valor de R\$ 0,33596205, em 21 de novembro de 2025, integralmente sob a forma de juros sobre capital próprio; e ii) a segunda parcela, no valor de R\$ 0,33596204, em 22 de dezembro de 2025, sendo R\$ 0,20092175 sob a forma de dividendos e R\$ 0,13504029 sob a forma de juros sobre capital próprio.

Considerando as quantidades de ações detidas pelo BNDES e sua subsidiária integral BNDESPAR em 30/06/2025, o valor total estimado de dividendos e juros sobre capital próprio a receber perfaz R\$ 695.750, sendo R\$ 90.877 sobre as ações de propriedade do BNDES e R\$ 604.873 sobre as ações detidas pela BNDESPAR.

Remuneração à União

Em 12 de agosto de 2025, o BNDES pagou dividendos complementares à União, na forma de juros sobre o capital próprio (JCP), no montante de R\$ 6.783.656, referente ao resultado apurado no exercício de 2024, sendo R\$ 6.267.068 o valor aprovado pelo Conselho de Administração e R\$ 516.588 de atualização monetária.

Tarifas de exportação aos Estados Unidos da América

Os recentes anúncios de aumento de tarifas para as exportações brasileiras com destino aos Estados Unidos da América têm gerado pronta mobilização federal. O BNDES, principal instituição promotora do desenvolvimento brasileiro, poderá participar desses esforços, no âmbito de suas atividades e legislações aplicáveis. A Administração do BNDES segue acompanhando a situação e possíveis impactos nas demonstrações financeiras e em novas operações, caso aplicáveis, serão avaliados apropriadamente e de forma prospectiva.

30. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

- (i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
- (ii) operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
- (iii) receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e
- (iv) tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

31. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

Destaca-se que a elaboração destas demonstrações financeiras demanda a realização de estimativas e julgamentos. Dessa forma, a seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais consideradas significativas pela Administração do BNDES.

31.1. Instrumentos Financeiros

31.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento. Eles são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo valor justo por meio do resultado baseado nos modelos de negócio do BNDES para a gestão e na avaliação das características contratuais do fluxo de caixa desses instrumentos.

a) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Avaliação do modelo de negócios para gestão dos fluxos de caixa

O BNDES determina seus modelos de negócios para a gestão de seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como os portfólios de ativos financeiros são administrados para atingir os objetivos do negócio e como são fornecidos os reportes à Administração.

O documento contendo o Modelo de Negócios do Sistema BNDES (aprovado pelo seu Conselho de Administração) apresenta as quatro categorias definidas da seguinte maneira:

- **Modelo de Negócio 1 (MN1): Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais**

Estão contidos neste modelo, os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada na coleta de fluxos de caixa contratuais objetivando carregar esses instrumentos até os seus vencimentos. As vendas serão incidentais a este objetivo e serão insignificantes.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

- **Modelo de Negócio 2 (MN2): Manter tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais quanto para vender**

Estão contidos neste modelo, os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada tanto no recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros antes do seu vencimento.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

- **Modelo de Negócio 3 (MN3): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda fixa e derivativos**

Neste modelo de negócios são inseridos os ativos financeiros de renda fixa que falharam no teste de fluxos de caixa, os mantidos para negociação e os derivativos.

• **Modelo de Negócio 4 (MN4): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda variável**

Os ativos inseridos neste modelo são os investimentos em ações não coligadas e em cotas de fundos de investimentos em participações.

Quando a gestão desses instrumentos indicar que não sejam mantidos para negociação, o BNDES escolherá (irrevogavelmente) no início de mensurá-los subsequentemente ao “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

b) Categorias de mensuração dos ativos financeiros

(i) Custo amortizado

Os ativos financeiros enquadrados no MN1 são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito esperadas.

(ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros enquadrados no MN2 são subsequentemente mensurados ao valor justo com a contrapartida em Outros resultados abrangentes.

Para os instrumentos de patrimônio designados para essa categoria, a mensuração subsequente foi realizada ao valor justo com os ganhos e perdas não realizados, oriundos de mudanças no valor justo desses instrumentos reconhecidos na conta “Outros Resultados Abrangentes”, e líquidos dos efeitos tributários. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada será transferido dentro do Patrimônio Líquido (da rubrica “Outros Resultados Abrangentes” para “Resultados acumulados não apropriados”).

(iii) Ao valor justo por meio do resultado

Nesta categoria os ativos financeiros de renda fixa ou renda variável são registrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes reconhecidos no resultado do exercício.

(iv) Resumo das categorias de ativos financeiros do Sistema BNDES

Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado:

- Títulos públicos federais;
- Fundos de investimentos;
- Derivativos; e
- Debêntures híbridas.

Mensurados ao Custo Amortizado:

- Disponibilidades;
- Aplicações interfinanceiras de liquidez tais como: carteira de câmbio, depósitos interfinanceiros, disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira e, operações compromissadas;
- Debêntures simples de emissão privada;
- Repasses interfinanceiros e Operações de crédito; e
- Venda a prazo de TVM, direitos recebíveis; direitos a receber da Eletrobras, créditos perante o Tesouro Nacional, dividendos e juros sobre capital próprio a receber, devedores diversos, devedores por depósitos em garantia e pagamentos a ressarcir.

Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes:

- Ações não coligadas, cotas de fundos de investimentos em participações, debêntures e títulos públicos federais.

c) Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros somente serão reclassificados quando o BNDES alterar o seu modelo de negócios para administrá-los.

d) Baixa dos ativos financeiros

Ativos financeiros são baixados somente quando não houver expectativas razoáveis de recuperação dos direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa ou quando o BNDES transfere os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita no resultado no exercício em que ocorrerem.

31.1.2 Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

b) Classificação e mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ou ao valor justo.

c) Resumo das categorias de passivos financeiros do Sistema BNDES

Mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- Derivativos.

Mensurados ao custo amortizado:

- Depósitos especiais do FAT, depósitos diversos, depósitos interfinanceiros, depósitos vinculados;
- Operações compromissadas;
- Debêntures, letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito de desenvolvimento emitidas;
- Empréstimos e repasses;
- Dívidas subordinadas;
- Fundos financeiros e de desenvolvimento; e
- Outras obrigações: contas a pagar, credores vinculados a liquidação de operações, obrigações por depósitos a apropriar, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, credores por compra de ações a prazo e obrigações vinculadas ao Tesouro Nacional.

d) Baixa dos passivos financeiros

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

31.1.3 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando o BNDES tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

31.1.4 Derivativos

O BNDES, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, o BNDES utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em determinadas debêntures.

31.1.5 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Sistema BNDES aplica na abordagem para redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios conforme o aumento significativo de risco de crédito. Tal abordagem é aplicada aos instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os compromissos de crédito e as garantias financeiras, quando emitidas. Para a aplicação dessa abordagem, o BNDES se baseia em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de condições econômicas e, dessa forma, determinar se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de seus instrumentos.

a) Determinação dos estágios e do aumento significativo no risco de crédito

A abordagem de estágios da provisão para perda esperada de crédito é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros do BNDES desde o reconhecimento inicial.

Para isso, o BNDES dispõe de sistema interno de classificação de risco de crédito, e utiliza adicionalmente classificações externas de risco e informações prospectivas para avaliar a deterioração na qualidade de crédito de um instrumento financeiro. Uma deterioração deve ser considerada significativa quando é atribuído à exposição um *rating* a partir do qual não se espera que seja verificada uma recuperação dentro de um determinado período de tempo. Em outras palavras, quando uma operação tem seu *rating* rebaixado a um nível em que não se costuma verificar uma recuperação ao nível original, considera-se que houve aumento significativo do risco de crédito. Para estabelecer qual é o nível de risco limite para mudança de estágio, o BNDES realiza análise feita a partir da frequência histórica observada de migrações entre *ratings*.

O BNDES avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma coletiva, onde os ativos financeiros são agrupados com base em classificações de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte, dentre outros fatores relevantes. Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no Estágio 1, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o Estágio 2, e para isso, o BNDES utiliza dois critérios:

- i. *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e
- ii. Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Quando ocorre um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro, o ativo financeiro é migrado para o Estágio 3, e uma provisão para perdas de crédito igual às perdas esperadas para a vida útil é realizada. São os seguintes os critérios de migração para esse estágio:

- Operação declarada pelo BNDES como ativo com problema de recuperação de crédito; ou
- Operação vencida há mais de 90 dias;

O BNDES utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- Pagamento das prestações do devedor passe a depender, no todo ou em parte, do recebimento de recursos oriundos do acionamento pelo BNDES ou de pagamento efetuado por terceiro interessado não integrante do grupo econômico do devedor;
- Deterioração significativa da qualidade do crédito;
- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- Declaração de falência do devedor.

O BNDES, dessa forma, entende que a definição de aumento significativo de crédito utilizada para migração entre os estágios é consistente com os seus modelos internos para gerenciamento de risco de crédito.

Eventualmente, o BNDES avalia de forma individual as operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos de modo a obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa cujo recebimento seja esperado. Para isso, o BNDES exerce julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais. Os títulos públicos federais emitidos no Brasil são considerados livres de risco e, dessa forma, não há provisionamento para perdas.

b) Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado.

Enquanto que para migração do Estágio 3 para os demais estágios, a operação deve deixar de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

- i. O inadimplemento financeiro tenha sido regularizado por meio da liquidação integral das prestações vencidas e não pagas;
- ii. Realização de amortização significativa;
- iii. Alteração do cliente ou do seu controlador;
- iv. Alteração significativa no valor ou na qualidade da garantia.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

c) Mensuração das perdas de crédito esperadas

A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

(i) da probabilidade de inadimplência (PD), com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro,

(ii) na perda dada a inadimplência (*Loss Given Default* - LGD) dos Estágios 1 e 2 (e eventuais estimativas individualizadas para as exposições relevantes no Estágio 3); e

(iii) na exposição à inadimplência (*Exposure at Default* - EAD).

(iv) e avaliação individual de determinadas operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos, com uso de julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

O BNDES, para ajustar suas estimativas de PD, se baseia na estimação de matrizes de migração ajustadas ao ciclo macroeconômico (*point-in-time* – PIT).

31.1.6 Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

O BNDES classifica a hierarquia de mensuração do valor justo conforme a relevância dos dados observados no seu processo de mensuração da seguinte maneira (a composição dos instrumentos por nível está apresentada na Nota Explicativa nº 4.3):

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que se possa ter acesso na data da mensuração. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1.

Nível 3: Técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A necessidade de reclassificação entre os níveis da hierarquia de valor justo é verificada no encerramento de cada trimestre, ocasião na qual é verificado o nível de liquidez dos ativos financeiros, a disponibilidade de informações observáveis e, no caso dos ativos cuja precificação envolva informações (*inputs*) observáveis e não observáveis, a significância dos *inputs* não observáveis (análise de sensibilidade).

Para determinar o nível de liquidez dos ativos são considerados o volume financeiro médio e a frequência das negociações nos pregões mais recentes. No caso específico das debêntures, a disponibilidade de preço de referência ANBIMA é o fator determinante para classificação como Nível 1.

As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN n.º 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão.

As técnicas de avaliação específicas adotadas para valorizar os instrumentos financeiros utilizam preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares, quando disponíveis. O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado por meio de modelos amplamente conhecidos, como Black-Scholes-Merton, e também por modelos desenvolvidos e/ou adaptados internamente, como fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*), Múltiplos e Método de Monte Carlo.

Os principais dados não observáveis utilizados na mensuração de valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 são:

- Derivativos avaliadas pelos modelos Black-Scholes-Merton e Método de Monte Carlo: volatilidade de longo prazo;
- Ações avaliadas por múltiplos: demonstrações financeiras e seleção de indicadores relevantes e empresas pares do setor/subsetor/segmento;
- Ações avaliadas por fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*): informações financeiras e operacionais das empresas avaliadas, projeções elaboradas internamente e pelas empresas avaliadas, curvas de spread de risco de crédito, volatilidades históricas para série de retornos de ações e estimativas elaboradas sobre fluxo de receitas de empresa;
- Debêntures: curvas de spread de risco de crédito;
- Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e Direitos recebíveis: curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) e curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado.

Para fins de cálculo da sensibilidade apresentada na nota 4.3.3., são adotadas as seguintes técnicas, quando aplicável:

- Debêntures simples: recálculo dos preços dos ativos aplicando choque na curva de spread de risco de crédito;
- Derivativos avaliadas pelos modelos *Black-Scholes-Merton* e Método de Monte Carlo: estimativa do impacto da variação na volatilidade calculado por meio da grega vega (que mede a sensibilidade de uma opção à variável volatilidade); e
- Ações e Fundos sem liquidez: choque linear nos preços dos ativos.

Para as opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores, não será atribuída nenhuma precificação a título de valor justo, podendo ser considerado o custo líquido ou valor nulo. São também mantidos a custo ou valor nulo os derivativos cujos ativos-objeto, para opções de compra, ou cuja contraparte, para opções de venda, sejam participações residuais em empresas extintas, baixadas, em situação problemática, com pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou que já foram objeto de *Impairment* total.

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros - com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante - trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

As cotas de fundos de investimento são administradas por instituições financeiras privadas e são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data-base das demonstrações financeiras.

O valor justo de empréstimos e demais instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito e que não possuem preço cotado em mercado ativo é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado. Em casos em que não foi possível expandir os fluxos de caixa de um determinado contrato, o saldo líquido de provisão foi utilizado como *proxy* do valor justo.

O valor justo de debêntures e títulos de renda fixa no exterior, que não possuem preço cotado em mercado ativo, é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva de mercado atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado quando aplicável.

Com relação às principais captações do BNDES, com o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, com a Secretaria do Tesouro Nacional, com fundos financeiros e de desenvolvimento e com instituições de desenvolvimento internacionais, cabe destacar que tais captações reúnem características próprias que permitem ao BNDES atender aos seus objetivos principais e preveem taxas, condições e prazos específicos, determinados pelos normativos aplicados a cada captação. Nesse sentido, os saldos contábeis das captações se aproximam dos seus valores justos, tanto no seu reconhecimento inicial, quanto em datas subsequentes.

No primeiro semestre de 2025 ocorreram as seguintes revisões metodológicas na mensuração de valor justo de instrumentos financeiros:

- revisão nos critérios de aplicação de múltiplos na avaliação de ações por metodologia de múltiplos, sem impacto significativo na mensuração para o BNDES; e
- nova metodologia de apuração de curvas de *spread* de risco de crédito, que passou a utilizar como insumo base de perdas do Sistema BNDES para alguns casos. Esta alteração metodológica não implicou em impacto significativo na mensuração de posições do BNDES.

31.2. Investimento em coligadas

As coligadas são todas as entidades sobre as quais o BNDES possui o poder de participar nas políticas financeiras e operacionais das investidas, sem controlá-las de forma individual ou conjunta. A influência significativa é presumida quando se possui, direta ou indiretamente, 20% ou mais do capital social votante da investida. A presunção de influência é afastada quando não há participação nas decisões da investida, mesmo possuindo 20% ou mais do capital votante.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas, que representam mais de 20% do capital votante, não conferem influência significativa sobre tais entidades, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas, ocorridas após sua aquisição. A participação nos lucros ou prejuízos de empresas coligadas é reconhecida no resultado, e a participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas por diluição ou por aumento do percentual de participação nas coligadas são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para o BNDES na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Quando a participação da subsidiária BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as informações das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes do BNDES, possuindo contabilidade não integrada, e, conseqüentemente, cronogramas diversos de elaboração dos demonstrativos contábeis, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

31.3. Ativos Mantidos para Venda

O BNDES classifica como "Ativos Mantidos para Venda", o ativo não circulante cujo valor será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. A classificação nessa categoria é realizada apenas nos casos em que o ativo cumpre os seguintes requisitos, conforme contido no IFRS 5 - Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:

- (i) está pronto para venda em suas condições atuais; e
- (ii) a venda é altamente provável e deve ocorrer em até um ano.

31.4. Informação por segmentos

O relatório de segmentos operacionais foi elaborado considerando os valores apurados conforme as práticas contábeis adotadas no BR GAAP, uma vez que a Administração utiliza estas informações para a análise dos negócios. A reconciliação entre as práticas contábeis em BR GAAP e as em IFRS e seus efeitos sobre os principais valores apresentados no relatório por segmentos está apresentada na Nota Explicativa nº 27.

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente em participações societárias, enquanto a FINAME atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a FINAME como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Em 2025, visando aprimorar a informação do desempenho por unidade de negócios, foi revisada a metodologia de elaboração do resultado por segmento, sobretudo os critérios de alocação das despesas de captação, pessoal, administrativas e outras.

A nova abordagem passou a considerar o destaque dos “Custos Corporativos Não Alocados”, representado pelas despesas não relacionadas diretamente a nenhum segmento de negócios e da “Remuneração do Acionista”, representado pelo custo de oportunidade do Patrimônio Líquido.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) “Crédito e Serviços”; (ii) “Renda Variável”; (iii) “Tesouraria e ALM (gestão de recursos financeiros)”. Adicionalmente, passam a ser demonstrados, como citado anteriormente, os “Custos Corporativos Não Alocados” e a “Remuneração do Acionista”.

O apoio financeiro através de instrumentos de Crédito e Serviços compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito, repasses e debêntures, e inclui também a prestação de Serviços, relacionada à atuação em estruturação de projetos e ofertas públicas de Títulos e Valores Mobiliários – TVM. O resultado alocado a esse segmento compreende, principalmente, as receitas de juros e atualização monetária oriundas dos contratos de operações de crédito e repasses; da equalização dos créditos perante o Tesouro Nacional; da renda com administração de fundos e programas; das comissões e encargos; e das debêntures detidas pelo BNDES e pela BNDESPAR.

O apoio financeiro através de operações de Renda Variável engloba o resultado com participações societárias, incluindo resultado com alienações, receita com dividendos/JCP de não coligadas, equivalência patrimonial de coligadas, resultado com fundos de renda variável, resultado com derivativos de renda variável e despesa com provisão para perdas em investimentos – *impairment*). O segmento abrange tanto investimentos em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) quanto empresas não coligadas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa) e fundos de investimentos. Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas. É importante mencionar que as receitas geradas pela carteira de Renda Variável não são incluídas no grupo do “Resultado Bruto de Intermediação Financeira”, mas sim na rubrica “Resultado com Participações Societárias”.

O segmento de Tesouraria e ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM – *Asset Liability Management*), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio, assim como os efeitos de descasamentos e derivativos. O efeito da variação cambial em cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive na provisão para risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de “ALM”, responsável, entre outras atribuições, pela gestão das exposições cambiais do Sistema BNDES.

Os Custos Corporativos Não Alocados representam as despesas com pessoal, administrativas e outras despesas não alocadas diretamente a nenhum segmento de negócios.

A Remuneração do Acionista é calculada gerencialmente através da aplicação da Taxa SELIC sobre o Patrimônio Líquido médio e o custo de oportunidade correspondente é alocado aos segmentos de Renda Variável e Tesouraria e ALM.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas, incluindo os respectivos efeitos tributários.

As despesas de captação alocadas aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento “Crédito e Serviços”: custo financeiro considerando os valores efetivamente cobrados ao cliente em cada operação. O resultado da intermediação financeira deste segmento corresponde ao *spread* total (básico e de risco) gerado pelas respectivas carteiras, além das receitas com tarifas, comissões e serviços.
- Segmento “Renda Variável”: custo financeiro alocado gerencialmente corresponde à taxa SELIC aplicada sobre o saldo médio mensal da carteira, com contrapartida em receita de Remuneração do Acionista.

• Segmento "Tesouraria e ALM": custo financeiro alocado gerencialmente corresponde à taxa SELIC aplicada sobre o saldo médio mensal do Patrimônio Líquido não alocado ao segmento de Renda Variável, com contrapartida em receita de Remuneração do Acionista. Cabe ainda ao ALM a responsabilidade pela gestão dos descasamentos entre fontes e usos de recursos, ou seja, pela diferença entre o custo cobrado ao cliente e o custo efetivo das fontes de captação do BNDES.

As despesas atribuíveis diretamente aos segmentos são alocadas aos segmentos de acordo com as premissas definidas em modelo de custos e os Custos Corporativos Não Alocados incluem essencialmente despesas das áreas de *back* e *middle* office que não sejam não atribuíveis diretamente aos negócios.

A apuração dos tributos do segmento de Renda Variável é feita com base no resultado tributável e nas alíquotas de imposto de renda e contribuição social aplicáveis e, para os demais segmentos, aplica-se ao lucro antes do imposto de renda (LAIR) de cada um a alíquota efetiva remanescente.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

31.5. Conversão de moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira realizadas pelo BNDES são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício.

31.6. Reconhecimento de Receita

Receitas e despesas de juros

As receitas e as despesas de juros sobre todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de intermediação financeira" e "despesas de intermediação financeira" na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Receitas de honorários e comissões

As receitas de honorários e comissões são reconhecidas conforme o regime contábil de competência no exercício em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados, e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

Receita de dividendos

A receita de dividendos, advinda das participações societárias classificadas na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de recebimento é estabelecido.

31.7. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

Os detalhes sobre o reconhecimento de ativos de direito de uso estão descritos na Nota Explicativa nº 32.9.

31.8. Ativo intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

31.9. Operações de arrendamento mercantil

O BNDES reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado, quando aplicável, e também por remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos das obrigações contratuais, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Para tanto, o BNDES adotou a taxa Pré-DI na data de cada contratação ou remensuração.

31.10. Redução ao valor recuperável de outros ativos

Investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, o BNDES avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado anualmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: i) pelo preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa ou ii) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

Ativos associados a processos contenciosos ou administrativos

A existência de processos contenciosos judiciais ou administrativos sobre Outros Créditos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar acarreta no reconhecimento integral da estimativa de perda financeira (riscos possível e provável, respectivamente).

31.11. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

31.12. Provisões e contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Basicamente, a norma requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: são obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação, reconhecimento e divulgação das ações é a seguinte:

Crítérios Jurídicos	Risco de perda	Possibilidade de Perda	Risco de desembolso	Provisão / Divulgação
Risco Máximo	Chance de perder maior do que de ganhar	Provável	Sim	Provisão de 100%
			Não	Divulga
Risco médio	Chance de perder igual a de ganhar	Possível	Sim	Divulga em Nota Explicativa
			Não	
Risco Mínimo	Chance de ganhar maior do que de perder	Remota	Não	Não há provisão e divulgação em Nota Explicativa

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

31.13. Benefícios a empregados

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados o benefício de aposentadoria complementar e atualmente patrocinam dois planos de previdência complementar, sendo um estruturado na modalidade Benefício Definido (BD) e outro, na modalidade Contribuição Definida (CD). Ambos são administrados pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, entidade fechada com a finalidade de gerir os planos de previdência e complementar os benefícios previdenciários de seus participantes, bem como fazer a gestão do benefício de assistência à saúde.

31.13.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a alteração regulamentar aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB

concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir dessa alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 7.264,18 (sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e dezoito centavos) em 30/06/2025.

Dentre os riscos relevantes associados ao PBB, tem-se a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 30/06/2025 era de R\$ 8.157,41 (oito mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018).

A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB, não mais afeta o plano. A partir da última alteração do Regulamento do PBB (publicada em 20/01/2023), este risco foi tratado e mitigado com o reajuste do benefício dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador a seus empregados e atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do PBB ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do PBB

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

Estrutura Regulatória

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 054, de 18/01/2023, e publicada no DOU em 20/01/2023, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades

fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e

- **Resoluções CGPAR n.º 37/2022 e n.º 38/2022**, que revogaram as Resoluções n.º 25/2018 e n.º 9/2016, respectivamente, e afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar no que tange às diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar e às atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA) do dia 20/03/2025, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 4.032 dias úteis (16 anos), no patamar de 7,00% ao ano. O mesmo vértice encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 30/06/2025 a 6,93% ao ano, representando redução de 0,07 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução CNPC n.º 43 de 06/08/2021, alterada pela Resolução CNPC n.º 61 de 11/12/2024, dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e traz, em seus anexos, a planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A obrigação de Benefício Definido (BD) é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

31.13.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), foi aprovado em 08/12/2022 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e iniciou suas operações em 19/12/2022, quando aberto o período para adesão de empregados não participantes do PBB.

O PBCD é patrocinado exclusivamente pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e, assim como os demais planos de benefícios do Sistema BNDES, administrado pela FAPES.

Não há riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBCD, nem foram identificados riscos incomuns específicos ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida - PBCD prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) de aposentadoria normal;
- b) por invalidez; e
- c) de pensão por morte.

O participante tem opção de definir: (i) nível de contribuição básica ao plano, sendo a contrapartida paritária do patrocinador limitada a uma alíquota de 8,5% do salário; (ii) contribuições e riscos adicionais (por invalidez ou morte); (iii) seu perfil de investimento; e (iv) futuramente, a forma de cálculo dos benefícios.

Estrutura Regulatória

O PBCD é regido por seu Regulamento Básico, aprovado pela Portaria DILIC/PREVIC/MTP n.º 1.248/2022, publicada no DOU em 08/12/2022, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela PREVIC, pelo CNPC e por outras emanadas do poder público, igualmente ao PBB.

Avaliação atuarial e contabilização

O PBCD é um plano de contribuição definida, em todas as suas fases, tanto na de acumulação, quanto na de percepção de benefícios, inclusive para os de riscos adicionais, e a obrigação legal ou construtiva do Patrocinador limita-se à paridade com as contribuições básicas de, no mínimo, 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado será determinado pelo saldo de conta individual, resultante do montante de contribuições pagas pelo participante e pelo Patrocinador para o plano, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Portanto, não há risco atuarial (de benefícios inferiores ao esperado) nem de investimento (de aplicações insuficientes para cobrir os benefícios esperados), que recaia para o Patrocinador, e não gera obrigação pós-emprego.

31.13.3. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – PAS aprovado pela diretoria do BNDES, em conformidade com as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O BNDES oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, condicionado ao cumprimento dos requisitos do PAS. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 30 de junho de 2025, a partir da avaliação atuarial semestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de maio de 2025 e atualizada até 30 de junho de 2025, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Seus custos de serviços correntes e financeiro são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas integrantes do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

31.13.4. Novo Plano de Assistência e Saúde – Novo PAS

O Novo Plano de Assistência e Saúde (Novo PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES e destinado aos empregados que ingressaram no BNDES a partir de 19/03/2018, e seus dependentes, com custeio compartilhado por meio de cobrança de mensalidade e coparticipação. Ao fim do vínculo, o beneficiário arca com 100% da mensalidade. Entretanto, enquanto não houver ex-empregado para avaliação da suficiência de cobertura dos custos incorridos por essa classe de beneficiários, o BNDES não incorre em obrigação pós-emprego decorrente do Novo PAS.

O Novo PAS iniciou operação em abril de 2025. Sua criação foi aprovada pela Diretoria do BNDES em 2022, tendo sido seu Regulamento alterado pela Resolução DIR nº 4.306/2024-BNDES, de 28/11/2024, e registrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 28/01/2025, também em conformidade com as normas emitidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR.

31.13.5. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

32.13.6. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Participação dos Empregados no Lucro” na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

31.14. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto se estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes. Nesse caso, os tributos são também reconhecidos diretamente no patrimônio.

Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são constituídos com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração. São calculados com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados usando o método do passivo, e incidem sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os tributos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativo for realizado ou quando o imposto de renda e contribuição social diferidos passivo for liquidado.

As diferenças temporárias principais são decorrentes do ajuste a valor justo de certos ativos e passivos financeiros e provisões; e em relação a aquisições, à diferença entre valores justos de ativos líquidos adquiridos e suas bases contábeis. Entretanto, não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio ou o resultado contábil, nem o lucro real ou o prejuízo fiscal/base negativa.

Os tributos diferidos também são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em coligadas e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Na hipótese de resultarem saldos ativos, o reconhecimento ocorre quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usadas diferenças temporárias.

31.15. Distribuição do lucro e destinação de reservas

As políticas contábeis adotadas tanto na constituição e destinação das reservas quanto no pagamento dos dividendos tem como base as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras, e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

O valor a ser distribuído a título de dividendos ao Acionista único é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração. Em termos gerais, a Política de Dividendos dá a seguinte destinação ao Lucro Líquido Ajustado:

	%
Dividendo Mínimo Obrigatório	25,0
Reserva para futuro aumento de capital	40,0
Reserva de Equalização de Dividendos	35,0

Os juros sobre capital próprio e juros sobre os instrumentos elegíveis ao capital principal são tratados como dividendos e são apresentados nestas Demonstrações Financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido.

A Reserva para equalização de dividendos pode ser utilizada para pagamento de dividendos complementares, desde que projeções para os três anos subsequentes indiquem que tal pagamento não provoque qualquer descumprimento nos limites prudenciais.

31.16. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação dessas Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras que possam afetar os saldos dos ativos, passivos e contingências necessárias para divulgação devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido. Dessa forma, os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do Sistema BNDES para o período apresentado e por fim das informações prestadas nas Notas Explicativas.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

- Cálculo de valores justos de instrumentos financeiros, incluindo derivativos;
- Definição de metodologia e uso de dados prospectivos para o cálculo das perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros VJORA;
- Levantamento dos critérios para determinação das baixas de ativos financeiros;
- Cálculo de redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas;
- Cálculo atuarial dos planos de benefícios definidos;
- Mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos; e
- Provisões e contingências ativas e passivas.

Mudança nas estimativas contábeis – Parâmetros do cálculo da provisão para perdas de crédito

Para a implementação da regulação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, vigente a partir de 1 de janeiro de 2025 nas Demonstrações Financeiras elaboradas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, o BNDES efetuou a revisão da metodologia de cálculo da provisão para perdas esperadas de crédito em instrumentos financeiros sujeitos à esta provisão, de forma a incluir dispositivos exigidos pela referida norma local, garantindo maior precisão e transparência na avaliação do risco de crédito. No julgamento da Administração, estes dispositivos refletem uma melhor estimativa para o cálculo das perdas esperadas de crédito e estão em harmonia com os preceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Desta forma, os seguintes critérios foram aplicados a partir das Demonstrações Financeira Intermediárias Consolidadas em IFRS de 30 de junho de 2025:

(i) *Rating* de assinatura dos contratos: Acompanhamento do aumento significativo do risco de crédito de todos os instrumentos financeiros renegociados desde o início do contrato original da operação que deu origem à renegociação, mesmo nas renegociações que não configurem reestruturações de crédito. Ou seja, o critério passa a considerar como reconhecimento inicial o rating na data da assinatura do contrato original que ensejou a renegociação e não o rating do contrato renegociado na data da renegociação;

(ii) Arrasto dos contratos em estágio 3: O critério passa a alocar no terceiro estágio todos os contratos de uma contraparte que tenha pelo menos um contrato classificado neste estágio; ou seja, caso haja um contrato de uma dada contraparte (CNPJ) em estágio 3, todos os outros contratos dessa mesma contraparte automaticamente deverão ser marcados para o estágio 3; e

(iii) Reestruturação de contratos baixados da carteira de crédito: os contratos baixados e que retornem à carteira ativa por renegociação passam a ser alocados no terceiro estágio e ter uma provisão de 100% do seu valor de exposição – ou seja, suas PDs e LGDs devem ser definidas em 100%, podendo haver a constituição de provisão inferior quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes, devidamente comprovados, indicarem a melhora significativa na capacidade de a contraparte honrar a obrigação, nas condições pactuadas.

O BNDES efetuou a revisão desta estimativa, decorrente de novas informações disponíveis e da experiência adquirida ao longo dos anos na aplicação da norma e do processo de avaliação da perda esperada de crédito, da revisão periódica realizada pela instituição, da avaliação das melhores práticas do mercado, e da evolução contínua dos processos da instituição. Dessa forma, esta mudança não se relaciona com períodos anteriores.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Santos Mello – Presidente

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Carlos Afonso Nobre

Clarice Costa Calixto

Clemente Ganz Lúcio

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Jean Keiji Uema

Maria Laura da Rocha

Nelson Edgar Leite

Robinson Sakiyama Barreirinhas

Uallace Moreira Lima

CONSELHO FISCAL

Suzana Teixeira Braga - Presidente

Pedro Henrique Giocondo Guerra

Flávio José Roman

Denis do Prado Netto - Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

Nelson Edgar Leite – Presidente

Carlos Ahmar

Marcos Tadeu de Siqueira

Waldemir Bargieri

DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Maria Fernanda Ramos Coelho

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baere de Araújo Filho

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Marco Aurelio Santos Cardoso

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Thatiane Heloisa Werneck Soares
CRC RJ 091.410/O-8



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - setor 2, 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Brasília - DF**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e suas controladas em 30 de junho de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas”. Somos independentes em relação ao BNDES e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil.



Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria dos períodos corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Perdas esperadas de operações de créditos e repasses interfinanceiros

Conforme Notas Explicativas nº 6.4 e 31.1.5 das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES revisa de maneira contínua sua carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros, avaliando a estimativa de perdas esperadas dessas operações (“<i>impairment</i>”). O BNDES possui políticas internas e modelos de apuração de perdas esperadas de operações sujeitas ao risco de crédito que exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte do BNDES, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes, informações do cliente, garantias prestadas, histórico financeiro entre outros.</p> <p>Devido à relevância das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, às incertezas e ao grau de julgamento, inerentes à determinação da estimativa das perdas esperadas dessas operações, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– teste do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas;– avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em risco de crédito, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo BNDES para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, bem como a aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo BNDES; e– avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de perdas esperadas para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros, bem como as respectivas divulgações do BNDES, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2025.</p>

2 – Valor justo de instrumentos financeiros

Conforme Notas Explicativas nº 7 e 31.1.6 das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados nos níveis 2 e 3 que estão mensurados a valor justo por meio do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes. Esses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, mensurados a valor justo, são relevantes para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do BNDES.</p> <p>Para os instrumentos financeiros cuja mensuração de valor justo não utiliza diretamente preços cotados (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo), a determinação do valor justo está sujeita a um nível maior de subjetividade, na medida que o BNDES efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Desta forma consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários como um dos principais assuntos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – avaliação do desenho dos controles internos chave implementados pelo BNDES sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros; – para uma amostra de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos desenvolvidos pelo BNDES para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados; – recálculo por amostragem, do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, bem como análise da política e dos critérios referentes a indicadores de evidência de perda esperada desses instrumentos financeiros; e – avaliação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas descritas nas notas explicativas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e registro do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2025.</p>

3 – Obrigações de benefícios a empregados

Conforme Notas Explicativas nº 19 e 31.13 das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES patrocina planos de pensão e planos de saúde de benefício definido que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A determinação das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e saúde depende, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. O BNDES contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos a determinação da mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter nas obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – entendimento dos processos internos associados à mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo as etapas envolvidas na determinação, revisão e aprovação das premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados; – avaliação do trabalho, da competência e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e o escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e – avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, de determinadas premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados, sobretudo aquelas relacionadas à mortalidade, taxa de desconto, salários, benefícios, custos médicos, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das obrigações de benefícios a empregados é aceitável no contexto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2025.</p>

Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

A diretoria executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade de o BNDES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar o BNDES e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BNDES e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BNDES e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BNDES e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões



estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BNDES e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do semestre e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

